

A Defesa Nacional



DEZEMBRO

NÚMERO

1957

521

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1957

N. 521

SUMARIO

CULTURA PROFISSIONAL

Página

- A Profunda Transformação das Forças Armadas Francesas — Tradução do Ten-Cel J. Campos de Aragão 5

2600 ou 2800 ?

- O Antigo Problema da Deriva de Referência — Cap Nelson Cibulka 11

- Os Combates em "Snook" — Pelo Gen S. L. A. Marshall, trad. do Sr. Vitor Lima 17

CULTURA GERAL

- O Ano Geofísico Internacional — A meteorologia no AGI — A exploração da atmosfera superior — O programa para estudo da Amárda — Trinta e nove estações localizadas no Pólo Sul — A participação do Brasil no Ano Geofísico Internacional — Abraão de Morais, Diretor do Observatório Astronômico e Geofísico 25

- Rondônia: Borracha, Minérios e Aventura 32

- Distribuição Regional da Agricultura Brasileira 41

- Exportação de Minérios Brasileiros 45

- Recursos Minerais da Bahia 49

DIVERSOS

- Washington Luiz e a Era Rodoviária no Brasil 55

- "Romanel Soldado e Escrivão" — Por Liddell Hart, trad. do Cel P. E. F. da Silva 59

- Compreensão Humana, Condição Básica da Liderança — Coronel James E. Mrazek, tradução do Ten-Cel Adolpho J. de Paula Couto (Do "Army", novembro de 1956) 67

BRASILIANAS

- Villares produz 60 tipos de águas especiais — Porto para São Luis — Migrantes nacionais entrados no Estado de São Paulo, de 1951 a 1956 — Descoberto na Paraíba um povoado de negros — Coloca-se o Brasil em décimo terceiro lugar entre os produtores de ferro no mundo — A mineração no Nordeste 73

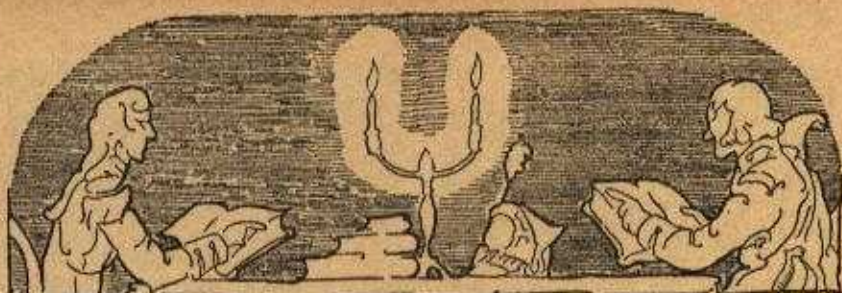
NOTÍCIAS MILITARES

- Contribuição da Aeronáutica para o Progresso Industrial — Novo tipo de fuzil — O primeiro "Dia do Aviador" — 29ª Exposição de Equilíbrio do Exército — (Discurso do Gen Rafael Danton Garrastazu Tetzela)

ATOS OFICIAIS

- Parecer, Portarias, Avisos e Decretos publicados no "Diário Oficial" até 19 de novembro de 1957.





CULTURA PROFISSIONAL

A PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS FRANCESAS

Tradução do Ten-Cel J. CAMPOS DE ARAGÃO.

(Transformação imposta pela realidade nuclear, pelo conflito ideológico e pela necessidade de se manter, ainda, o arcabouço clássico)

(O presente artigo foi traduzido da "Revue Militaire D'Information", — N. 282 do corrente ano. Além das tendências evolutivas das Forças Armadas francesas no presente, este artigo encerra, também, um golpe de vista sobre a situação geral do Oriente Médio.)

A 25 de janeiro de 1957, o novo ministro da Defesa britânica, Senhor Duncan Sandays, deixava Londres para Washington, a fim de examinar, com o seu colega, Sr. Wilson, entre outras coisas, a cooperação anglo-americana no domínio nuclear. As vésperas, na Câmara dos Comuns, o Sr. Macmillan, sucessor do Sr. Anthony Eden, tinha definido as atribuições do Sr. Duncan Sandays e precisado que seu objetivo essencial era tentar a redução das despesas militares e dos efetivos das três forças armadas.

A imprensa de Londres proclama, então, que as despesas deviam ser concentradas sobre os bombardei-

ros, as armas nucleares e os engenhos teleguidados, numa palavra: "modernização" das forças armadas, a fim de permitir economias substanciais.

A procura destas economias conduz a Grã-Bretanha a propor aos componentes da União Européia Ocidental uma redução de 75.000 a 50.000 homens nos efetivos ingleses estacionados na Alemanha Ocidental. Este projeto examinado a 26 de fevereiro provoca vivas objeções da parte dos outros membros da U.E.O., bem como, da parte do General Norstard, comandante supremo das Forças Aliadas. Tal projeto foi enviado ao Conselho do

NATO antes de retornar ao Conselho da UEO.

Não temos a intenção de examinar hoje os detalhes do projeto britânico e suas possibilidades de aplicação. Nós nos propomos, tão somente, a mostrar que a preocupação de modernização das forças armadas não é só um problema dos ingleses, porém também nosso e já levantado há alguns meses.

Com efeito, a discussão do orçamento da Defesa Nacional permitia ao Sr. Bourges-Maunoury, ministro responsável, esboçar da tribuna da Assembléia um programa de renovação das forças armadas, inspirado em preocupações idênticas às inglesas e que, como foi público, precedeu de dois meses a viagem do Sr. Duncan a Washington.

Antes de apresentar à Assembléia o Orçamento para 1957, o Sr. Bourges-Maunoury, ministro da Defesa Nacional, focalizou o balanço das missões cumpridas pelas forças armadas depois da constituição do Governo.

Na Argélia, em primeiro lugar, onde se tornara necessário "pacificar sem fazer a guerra", 400.000 homens eram imprescindíveis para tão ingrata tarefa, que devíamos superar "sem tirar nada da Tunísia, nem do Marrocos, nem dos territórios outros franceses, e, deixando ainda estacionados onde se encontram a parte essencial exigida pelo pacto do Atlântico".

O ministro fez a Assembléia aprovar a homenagem que ele prestou à juventude francesa tão corajosa e plenamente consciente da importância de sua missão. Rendeu, a seguir, igual homenagem ao Exército ativo:

"Após 10 anos", disse, "este Exército vem sendo orientado no sentido da segurança européia no quadro do Pacto do Atlântico; ele estava habituado a utilizar um material clássico, destinado a travar combates tradicionais de grandes unidades. Soube, contudo, adaptar-se para esta nova missão tão humana que é a pacificação."

Ao mesmo tempo, o esforço dos nossos engenheiros não foi menos

considerável. Os números citados pelo Sr. Bourges-Maunoury são eloquentes. No início de 1956, nossa aviação não dispunha senão de 23 helicópteros ligeiros e 20 médios; a 1 de dezembro ela dispunha de 43 ligeiros, 41 médios e 31 pesados; em junho próximo, possuirá 80 helicópteros médios e em dezembro 118 helicópteros pesados e 249 ligeiros. Os aparelhos são fabricados em série pela indústria francesa, assim como helicópteros de combate fabricados sob licença. Orientação importante e segura que prova que não foram só os acontecimentos na Argélia que levaram a tais resultados, porém a vontade de reformar fundamentalmente as nossas forças armadas.

"Afirmamos assim", disse o ministro, "nossa vontade de que, no futuro, as forças armadas francesas não sejam mais somente suscetíveis de se movimentarem em terra, porém, que sejam capazes igualmente de se utilizarem da terceira dimensão. Graças à criação da aviação ligeira, integramos o espaço aéreo à manobra terrestre. Isto é uma verdadeira revolução"... Trata-se de uma troca análoga àquela do canhão 75, mais tarde, pelo carro de combate."

O PACTO DO ATLÂNTICO

Certamente, temeu-se que nosso esforço na África do Norte fosse realizado em detrimento da contribuição dada ao Pacto do Atlântico e ainda, que tal fato compromettesse a solidariedade do mesmo. O Sr. Bourges-Maunoury restabeleceu plenamente a confiança:

"Mantemos na Alemanha", disse, "o essencial de nossa contribuição ao 'Arcabouço do Atlântico'. A despeito do acréscimo do esforço militar na África do Norte conseguimos deixar mais de 70.000 homens na Alemanha, até 1 de outubro de 1956. É preciso reconhecer, contudo, que estes efetivos suficientes foram menos operacionais que dantes, porém nossas missões aéreas continuaram de pé."

"As divisões do tipo NATO que enviamos para a Argélia conservaram sua estrutura inicial, de modo a estarem em condições de ser recuperadas instantaneamente para o papel a elas reservado no seio da coligação, se assim exigir a situação internacional."

Melhor ainda :

"Nosso esforço militar na Argélia constitui uma contribuição positiva e eficaz ao Pacto do Atlântico e o triunfo sobre a revolução na Argélia assegurará evidentemente a rota da África Francesa, base da retaguarda da aliança Atlântica."

A RÚSSIA E O EGITO

Abordando em seguida, sem rodeios, a operação anglo-francesa realizada no início de novembro para proteger o direito internacional, o ministro salienta, como razão, que "jamais na história uma operação anfíbia foi concretizada assim tão rapidamente, com tal precisão e sobretudo com tão acentuado cuidado de poupar as populações civis".

De outra parte, se a França forneceu algum material a Israel ela o fez também a certos países árabes, na mesma época e, de qualquer forma, estas entregas nada tiveram de comparável com o fornecimento russo aos egípcios. O Sr. Bourges-Maunoury apresentou algumas estatísticas, mais eloquentes do que todos os discursos, sobre as intenções soviéticas de transformar o Egito em verdadeiro arsenal visando a uma agressão :

"A presa feita pelos israelitas em Sinal comportava uma centena de carros de combate de fabricação russa, 1.000 veículos diversos, cerca de 200 peças de artilharia abrangendo numerosas armas de um modelo soviético e cerca de 6.000 toneladas de munição. De outra parte, no que concerne a aviões e material pesado, o Egito recebeu da Rússia 90 "Mig 15", 50 bombardeiros "Ilyouchine", 145 carros "T 34", 60 carros "Stalin" e 120 carros com casamatas e canhões de 100 polegadas."

APÓS JANEIRO

Tomam mais força, tornando-se mais significativas, hoje em dia, as apreciações feitas pelo Sr. Bourges-Maunoury, quando se confrontam suas palavras com as declarações feitas ao semanário inglês *Sunday Times* em Viena e publicadas a 24 de fevereiro último por este jornal. Estas declarações emanaram de um antigo oficial superior alemão engajado num "Comando" egípcio destinado a ações de guerrilha, na África do Norte. Este oficial revelou o acréscimo considerável do fornecimento de armas, feito pela Rússia ao Egito, depois do mês de janeiro de 1957. Preciso que cerca de 500 "Mig 19" — último modelo de avião de combate a reação, e, bem superior aos precedentes — assim como fuzis, canhões, tanques e morteiros pesados foram enviados a Nasser. A ajuda soviética foi consentida, apenas, em troca de que as forças egípcias fôssem inteiramente equipadas pela Rússia e pela Tcheco-Eslováquia. Um acordo secreto foi concluído entre os dois países durante o mês de janeiro. Algumas das suas cláusulas estipularam que, no futuro, em caso de operações militares, os pilotos dos aparelhos à reação, os técnicos e os estados-maiores terrestres — todos soviéticos — não abandonariam seus postos nem suas máquinas, como aconteceu no momento do desembarque anglo-francês. Os soviéticos permaneceriam lutando ao lado dos egípcios. Enfim, um tipo de V-1, bomba voadora alemã fabricada na Alemanha Oriental, seria aprestada para ser entregue ao Egito.

Sobre um outro plano, o jornal inglês *News Chronicle* escrevia, a 25 de fevereiro, que a União Soviética tinha persuadido a Síria de lhe conceder uma base militar muito importante, durante 20 anos, na região de Latakiah, a cerca de 115 quilômetros de Chipre. Os aviões de combate e os bombardeiros soviéticos, bem como numerosos oficiais russos e tchecos seriam desde logo segundo o jornal inglês, postos ao pé da obra. No mesmo dia, o

jornal *New York Herald Tribune* anunciava, de Bonn, que os dois últimos oficiais do destacamento de conselheiros militares alemães junto às forças armadas sírias haviam sido despedidos pelo governo de Damas, a fim de permitir a ocupação do posto pelos oficiais russos e tchecos.

Tais indicações justificariam — caso necessário — a posição tomada pelos governantes franceses nos negócios do Oriente Próximo e em consequência a vigilância desenvolvida.

O ORÇAMENTO DE 1957

Após ter invocado os resultados obtidos depois de um ano pelas forças armadas francesas, o ministro da Defesa Nacional analisou, rapidamente, o orçamento destinado à Defesa Nacional para 1957 e as perspectivas que o mesmo oferecia.

Precisou, inicialmente, que este orçamento em lugar de ser "desatualizado", como se dissera, é talvez, ao contrário, "bastante atual", na compreensão de que é difícil, hoje em dia, — fazer-se face aos encargos imediatos e orientar-se ao mesmo tempo, a evolução necessária. Foi o que experimentou ressaltar:

"O exército foi, com efeito, organizado depois de dez anos, essencialmente, em função de nossos compromissos atlânticos e no quadro da segurança européia. Para que o mesmo pudesse ser voltado na direção da União Africana francesa, foi preciso, às pressas, passar por um reajustamento parcial."

"Compete-nos agora cuidar de, para o futuro, organizarmos forças armadas que possam continuar a fazer face, com sucesso, a estas missões imediatas, porém que, ao mesmo tempo, sejam aptas às formas do conflito do futuro."

"O orçamento responde então a um duplo imperativo: primeiro, a necessidade de desenvolver uma política nacional autônoma — os acontecimentos recentes mostraram esta obrigação — segundo, a necessidade, no quadro da aliança atlântica, de

se ter forças armadas aptas, principalmente, às formas do conflito que possa ameaçar a Europa."

A DEFESA DA MOEDA

Estabelecido no quadro da política de defesa da moeda, em que se fixou o governo, este orçamento, não pode ser senão um orçamento de transição. O Sr. Bourges-Maunoury mostra que, exclusão feita aos créditos referentes à Argélia, o orçamento militar de 1957 apresenta dois aspectos: pela sua massa financeira este é um orçamento de recondução: "pois que nos limitamos", disse ele, "às cifras do ano passado; porém, pelo conteúdo, ele prepara a orientação das forças armadas de ontem para aquelas que serão no amanhã".

O total atinge a "940 milliards" (940 mil milhões de francos) em crédito de pagamento. Os créditos de programa elevam-se a "387 milliards", inclusive aqueles que são destinados aos territórios franceses de ultramar. Porém "113 milliards" da autorização de programa figuram nos coletivos concernentes à África do Norte, se bem que o total das autorizações de programa atinjam, finalmente, "500 milliards". O Sr. Bourges-Maunoury obteve, de outro modo, com o ministro da Economia e Finanças, por antecipação sobre o ano de 1958, um montante de autorização de programa de "202 milliards".

"Em conclusão", disse o Sr. Bourges-Maunoury, "este orçamento traduz um grande esforço para não pesar demasiadamente sobre a economia do país, que sofre uma forte crise de mão-de-obra e em meios de produção. Se esta situação deveria mudar, é certo que poderíamos procurar mercados importantes, a fim de remediar os marasmo em certos setores."

AS TRÊS MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS

No âmago de sua exposição, o Sr. Bourges-Maunoury deu ênfase a que o orçamento tinha sido calculado levando-se em conta o fato

de que as nossas forças armadas devem responder às missões fundamentais: a defesa interior e exterior da União Francesa, a manutenção da ordem interior e a defesa em superfície. Enfim, a defesa ocidental no quadro do NATO, levando-se em conta a realidade nuclear. O ministro indicou, francamente, que estas missões são contraditórias e "que não se pode encontrar polivalência absoluta para todos os materiais e unidades a serem utilizados".

IMPERATIVOS CONTRADITÓRIOS

Assim:

"A defesa da União Francesa e as operações de manutenção da ordem exigem unidades rústicas respondendo às exigências da guerrilha, do combate em montanha e do emprego aeroterrestre. Por outro lado, a guerra nuclear, tal como se pode imaginar, exige que se possa concentrar o mínimo de potência sobre o mínimo de volume. E, pois, antes de tudo um problema de materiais que alie a potência à mobilidade.

A necessidade de conciliar estes imperativos contraditórios sob ângulo orçamentário conduziu-nos, os secretários do Estado e a mim, também, a projetarmos modificações profundas na estrutura de nossa aparelhagem militar, no que concerne às forças, bem como aos programas de armamento. O trabalho está em curso e deve ser apresentado próximamente."

A França — é preciso insistir — não está atrasada. Já há longos meses, o ministro da Defesa Nacional e os secretários de Estado vêm estudando cuidadosamente a modificação e a estrutura de nossa aparelhagem militar.

IDEOLOGIA E GUERRILHA

Para o Sr. Bourges-Maunoury dois fatos essenciais devem dominar todas as formas de um conflito no futuro: a ideologia traduzida pelo que se convencionou chamar a

guerra de subversão e o efeito nuclear: "A ideologia não é novidade. Tornou-se um dos fatores mais determinantes dos conflitos modernos. Empresta às suas manifestações uma forma original onde o traço característico é a interpenetração dos adversários no coração, mesmo, das instituições nacionais.

A ideologia encontra sua plena expressão na guerrilha. E sob essa forma, materializada pela rebelião na Argélia, que se manifesta a ameaça tendente a atingir os territórios além mar e, desguarnecendo a NATO, na direção sul. No caso de um conflito mundial, certamente, teremos na Europa esta forma de guerra em combinação com as operações gerais, conduzidas com os meios clássicos do momento".

A REALIDADE NUCLEAR

Disse o ministro:

"A potência destruidora do fator nuclear é tal que um sistema de defesa ou de segurança coletiva baseado somente em meios tradicionais parece, hoje, irrisório. Este fator atômico supera a relação de forças."

O ARCAFOUÇO NECESSÁRIO

A despeito destas duas dominantes, uma grande incógnita permanece quanto a forma que pode tomar a ameaça. Se a existência de um conjunto de forças clássicas não é mantido na Europa, esta situação poderá provocar num agressor eventual a tentação de intervir com o apoio, por exemplo, de uma ação subversiva, na esperança secreta de que não se ousaria desencadear o fenômeno atômico, face a este ataque convencional."

"Estas duas dominantes, nuclear e ideológica, aliadas à necessidade de manter um conjunto de forma clássica, impõem-nos uma transformação profunda de nosso aparelho militar. Esta transformação, nós a devemos realizar não somente para continuarmos com o nosso lugar no sistema de aliança ou coligação,

porém para orientar os aliados no sentido de um sistema de segurança coletiva eficaz e sem fissura."

A existência da diversidade de ameaças — o Sr. Bourges-Maunoury provou de uma maneira indiscutível — impõe-se uma transformação em todos os domínios, para dotar as organizações e o sistema de forças de uma flexibilidade suficiente, garantindo, assim, instantaneamente, as três capacidades de ação que se considera habitualmente:

- a capacidade de resposta;
- a capacidade de defesa (tanto interior como exterior);
- a capacidade de manobra e de intervenção ofensiva.

CAPACIDADE DE RESPOSTA

"A capacidade de resposta", disse o ministro, "é evidentemente ligada à posse de explosivos nucleares e de engenhos ou aviões capazes de levar longe tais explosivos.

Esta capacidade, não a podemos ter nesse momento, bem sabeis, pelo fato de nos filarmos ao Pacto do Atlântico. Daí todos os nossos esforços serem voltados para o fortalecimento do Pacto. Nossa intenção é de fazermos salientar junto aos nossos aliados americanos, o imperativo categórico que representa para a paz esta noção fundamental.

É preciso que não reste a menor dúvida no espírito daqueles que podem ameaçar a paz: toda agressão de sua parte contra um dos países integrantes do Pacto deve provocar uma resposta fulminante.

Logo que o marechal Bulganin acreditou-se autorizado a nos ameaçar com seus engenhos, o chefe supremo das forças atlânticas chamou-lhe a atenção, em termos que não permitiram qualquer ambigüidade, que a segurança atlântica não era apenas uma palavra em vão.

A capacidade de resposta é ligada, também, à posse de bombardeiros ou de engenhos a longa dis-

tância. As três forças armadas receberam instruções formais e os créditos necessários para realizarem no mais breve prazo, em protótipo e em série, os bombardeiros e os engenhos de toda sorte suscetíveis de nos dar um potencial suficiente de engenhos portadores de bombas atômicas.

Tal fato nos permitirá, assim, de conservarmos nosso lugar sob o ângulo da capacidade de "ataque" ou de "resposta" no dispositivo militar interaliado. O esforço é orientado mais particularmente sobre a produção atômica, os engenhos autopropulsados e os desenvolvimentos eletrônicos de toda sorte".

O ministro assinalou, também, que no período inicial era bom que cada força armada, cada serviço técnico, fôsse exercido no sentido peculiar a cada um. Atualmente a coordenação exerce-se, notadamente, pelo processo de estipulação dos programas e pelos contatos permanentes entre chefes de serviços técnicos.

"A capacidade de defesa exigeu às nossas forças encarregadas da defesa interior do território, tanto da Metrópole quanto da União Francesa, o desdobramento de um dispositivo militar apto essencialmente à luta contra a insurreição.

No domínio da contraguerrilha, a experiência adquirida na África do Norte, particularmente a "gendarmérie", que é o elemento básico de todo dispositivo de defesa interior, permitiu-nos não somente de desdobrar estruturas eficazes e de criar materiais aptos — helicópteros e aviões ligeiros — porém de ser para nossos aliados, menos experimentados que nós neste domínio, guias esclarecedores."

E o Sr. Bourges-Maunoury concluiu:

"Através da experiência, construiremos uma força armada renovada, capaz de fazer face a todas as formas de ameaças e de guerra, apta sobretudo a impedir que as ameaças possam efetivamente transformarem-se em guerra."

26ØØ ou 28ØØ?

O ANTIGO PROBLEMA DA DERIVA DE REFERÊNCIA

Cap. NELSON CIBULARS.

Desde os nossos tempos de Cadete, estamos habituados a ouvir e responder à eterna "barbada" das verificações de Técnica do Tiro de Artilharia: "Qual a melhor Deriva de Referência?" A resposta, a mais sumária que conseguimos encontrar, pode ser resumida na seguinte: (fig. 1).

Na qual:

E — eixo do munhão da peça.

L — luneta na posição central do tubo.

L' e L'' — luneta nas posições extremas do tubo.

Pela simples análise da fig. 1, podemos concluir que a direção mais desfavorável para a referência será a formada pelo prolongamento da linha: eixo do munhão da peça-eixo vertical da luneta, uma vez que a paralaxe correspondente às posições extremas da luneta seriam observadas das balizas em verdadeira grandeza; por seu turno, a direção mais favorável será a constituída pela tangente ao arco descrito pela luneta quando esta gira em torno do eixo do munhão da peça, no ponto médio deste arco, que corresponde ao tubo a zero em direção.

Verifica-se, imediatamente, que o valor desta direção ideal de referência é uma função do ângulo α , expresso na figura.

Para os materiais 105 mm, dizem os técnicos, seu valor é o de 28ØØ milésimos.

AS NOVIDADES DO OBUS 105 MM M2 A1

Tudo isto dito acima, não constituiu novidade de espécie alguma. Todos nós o sabemos sobejamente. Mas, o que nem todos sabem (porque não tiveram a ventura de servir no REsA) é que o material 105 M2 A1 pertencente àquela Unidade sofreu, comparativamente com o seu antecessor, duas modificações que trouxeram reflexos dignos de estudo na parte relativa à Deriva de Referência. Assim:

- a) O suporte da luneta, com o fito talvez de proporcionar maior comodidade ao apontador, foi elevado de um valor igual a 2Ø3,2mm;
- b) Foi, ainda, introduzido na luneta um prato azimutal e um tambor móveis.

A modificação constante da letra a supra, veio fazer com que, ao se imprimir no tubo uma elevação X, o suporte da luneta se deslocando solidário ao tubo faz com que o pé da normal da luneta se afaste para a retaguarda, até atingir um valor teórico igual à projeção em verdadeira grandeza do suporte com o plano horizontal. É o que se verifica pelo esboço abaixo (fig. 2).

Onde:

- 1 — Posição do tubo com elevação zero.

- b) deveria ser, concomitante-mente ao dito supra, igual ao valor correspondente à direção da tangente ao arco descrito pela luneta, em seu ponto médio.

Poderão, os comodistas, dizer que "a variação da posição da luneta não é tanta que influencie no cálculo da Deriva Ideal de Referência". A estes, responderemos nós que, se analisarmos o "Gráfico da Variação do ângulo α em função da Eleva-

ção", e tendo-se em vista as faixas de emprego para os tiros Vertical e Mergulhante, os valores teóricos das derivas de referência seriam respectivamente:

$$225\varnothing \simeq 23\varnothing \varnothing \text{ e } 255\varnothing \simeq 26\varnothing \varnothing.$$

Fizemos questão de frisar teóricos, uma vez que estes são os valores que nos darão a menor paralaxe possível em relação à dupla baliza.

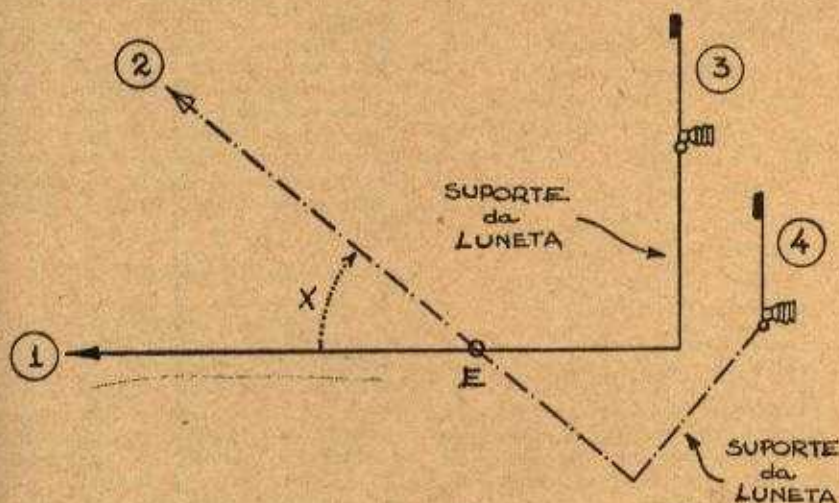


Figura 2

Este cálculo, porém, entra em choque com a afirmativa da letra a supra. Como conciliar estes dois interesses?

SOLUÇÃO PARA O CASO

Se nós pesquisarmos a maior deriva de referência que nos dê um paralaxe para as balizas menor do que $0,5$ milésimos (valor perfeitamente desprezível no tiro de campanha) teremos encontrado a solução conciliatória.

Necessário se torna encararmos este problema sob dois aspectos:

- o do Tiro Mergulhante (TM).
- o do Tiro Vertical (TV).

Dizem os recentes regulamentos de procedência norte-americana que a deriva ideal a ser usada com a dupla baliza (quer no caso do TM, quer no do TV) é de $28\varnothing\varnothing$ milésimos.

Nós, no entanto, somos levados, face as explicações que se seguem, a discordar desta afirmativa.

Cumpramos ressaltar que os valores lineares e angulares utilizados no nosso cálculo tiveram de ser obtidos por medições diretas no material, na inexistência ao nosso alcance de manuais técnicos do Obus M2 A1. Assim sendo, não podemos exigir precisão absoluta destas medidas pois que, quem se resolver a tomá-las (como nós o fizemos na

3ª Bateria do REsA) verificará as dificuldades que se apresentam e terá de lançar mão de uma série de artifícios como nós o fizemos. De qualquer forma, são dados que nos inspiram relativa confiança e nos permitem calcular, com aproximação, aquilo que desejamos.

As nossas medições nos forneceram os seguintes valores: (fig. 3).

Onde :

α = Pos a \emptyset do Tubo

α_1 = Pos a 35 \emptyset ou a 1 \emptyset 5 \emptyset do tubo

D = dist eixo-luneta L

D' = dist eixo-luneta L'

L = pos da luneta c/tubo a \emptyset

L₁ = posição da luneta c/tubo a 35 \emptyset ou 1 \emptyset 5 \emptyset

Valores medidos :

D (Elev \emptyset) = 41,7 cm

D (Elev 35 \emptyset) = 48,5 cm

D (Elev 1 \emptyset 5 \emptyset) = 65,8 cm

α (Elev \emptyset) = 1225"

α_1 (Elev 35 \emptyset) = 944"

α_1 (Elev 1 \emptyset 5 \emptyset) = 63 \emptyset "

Conforme já havíamos visto, resta-nos pesquisar qual a deriva de Referência que nos forneça uma paralaxe para as balizas, menor ou no máximo igual a 0,5 milésimos.

Este cálculo de \hat{p} da figura 3 poderá ser obtido desde que se resolva os seguintes triângulos :

$$1) \triangle LEL_1$$

$$2) \triangle LL_1 Bal_2$$

$$3) \triangle L_1 Bal_1 Bal_2$$

e ainda que, para que a deriva 28 $\emptyset\emptyset$ atenda, como dizem os norte-americanos, ao TM e ao TV, o valor

de \hat{p} terá que ser : $\hat{p} \leq 0,5''$

Dividiremos o nosso cálculo em duas partes :

a) Cálculo de \hat{p} para o T M

b) Cálculo de \hat{p} para o T V.

CÁLCULO DE \hat{p} PARA O T M

Neste caso, ao calcularmos por logaritmos os triângulos citados

supra, constatamos que o ângulo \hat{p} é igual a 2 minutos, ou seja aproximadamente 0,5 milésimos.

Empregamos como base de raciocínio a elevação de 35 \emptyset milésimos para o TM, uma vez que esta é a média de emprêgo ideal das Tabelas Gráficas de Tiro.

Verificamos, em conclusão, que a deriva 28 $\emptyset\emptyset$ ATENDE ao tiro mergulhante. Cumpre-nos ressaltar que se torna necessário ao Comandante da Linha de fogo fazer com que as peças sejam apontadas e referidas em 28 $\emptyset\emptyset$ com uma alça igual a 35 \emptyset e sítio 3 $\emptyset\emptyset$ para que os erros provenientes dos pequenos deslocamentos da luneta se distribuam quer num sentido, quer noutro.

CÁLCULO DE \hat{p} PARA O T V

Partindo-se da premissa de que a peça tenha sido apontada com uma elevação 35 \emptyset milésimos, ao calcularmos a paralaxe p para o T V, chegamos à conclusão de que, diversamente ao que se passou com o TM, o valor da paralaxe p aumentou para 4 minutos e 41 segundos, ou seja, aproximadamente, 1,34 milésimos. Este cálculo foi feito tendo como base de raciocínio a elevação 1 \emptyset 5 \emptyset , média de emprêgo para o T V.

Verificamos, em conclusão, que a deriva 28 $\emptyset\emptyset$ NAO ATENDE concomitantemente ao T M e T V.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o que foi dito e calculado anteriormente, chegamos às seguintes conclusões :

- Devemos usar, sempre que possível, o prato móvel da luneta. Isto poderá ser feito sempre que empregarmos um ponto de referência afastado e jamais um ponto próximo. Este afastamento do ponto de referência deve ser tal

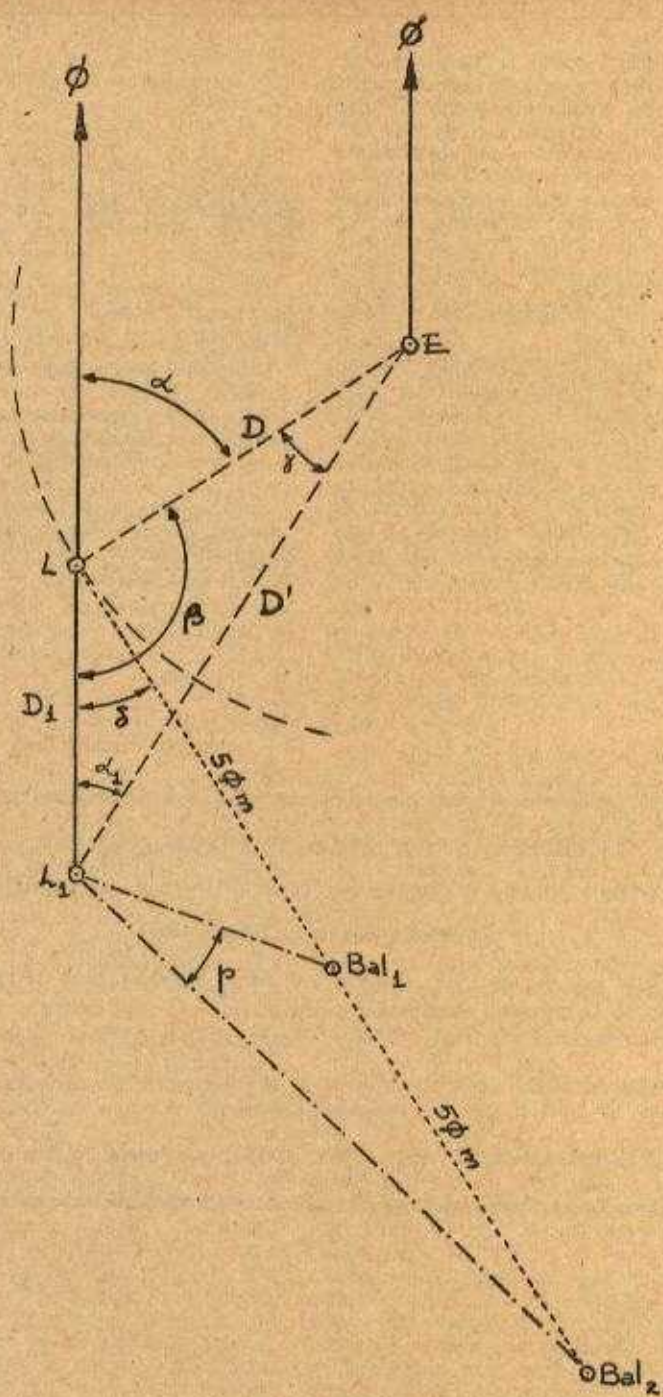


Figure 3

que, tanto a paralaxe correspondente ao deslocamento da luneta em torno do eixo do munhão, como a correspondente ao afastamento da luneta para a retaguarda ao se elevar o tubo, sejam de um valor inferior ou no máximo igual a 0,5 milésimos. Pelos nossos cálculos, esta distância é de 840 metros, para a direção mais desfavorável.

- 2) Ao serem utilizadas as balizas como ponto de referência, a deriva 2800 deve ser empregada para o T M.
- 3) Para o caso do T V, discordamos quanto ao emprego do valor 2800 para Deriva de Referência. Deveria ser usada, salvo melhor juízo, uma nova deriva de refe-

rência, a ser empregada quando do uso do T V.

* * *

Eis, em suma, o nosso trabalho. Dedicamo-lo aos jovens Tenentes de nossa Arma. Se algum deles o leu, estamos plenamente recompensados.

Aqueles que se interessam pelos problemas técnicos da Artilharia aqui fica nosso pedido:

"Meditem sobre os problemas expostos.

Procurem descobrir nossas falhas. Procurem encontrar uma solução única para a nossa deriva de referência.

Aquêles que o tentarem estarão, com seu esforço, cooperando para o engrandecimento da tradicional ARMA DE MALLET."

CORTINAS DE MADEIRA CURITIBANAS

ÓTIMAS PARA VARANDAS, INTERIORES E ESCRITÓRIOS

Atenção, Senhores Decoradores

São bonitas, decorativas, evitam os raios solares, sem escurecer o ambiente. Protegem os móveis, a pintura da sala, as cortinas, etc. São leves, duráveis e de fácil manejo. Temos grande variedade de padrões.

Entregas rápidas, demonstração sem compromisso em qualquer bairro

PEDIDO — DEPÓSITO

RUA PEDRO AMERICO, 333 — Tel: 45-3817 — Catete — Rio de Janeiro

OS COMBATES EM "SNOOK"

Pelo Gen S. L. A. MARSHALL

Trad. do Sr. VICTOR LIMA.

Até mesmo o nome do lugar é apropriado. De acôrdo com o Dicionário Webster, "snook" quer dizer: cheirar, mexericar, ficar de to-cála. E pode, também, significar "achatamento do nariz".

Quaisquer dessas definições poderia ter ocorrido ao soldado erudito, porém desconhecido, que, pela primeira vez, olhou para aquele posto avançado e disse: — Vamos chamá-lo de "Snook". A pequena protuberância interrompia o chão plano do vale do Yokkokchon, num isolamento curioso. Foi, sem dúvida, um ato de desafio deliberado, que levou os americanos a teimar em guarnecer do tropas esse posto avançado.

No entanto, havia algo sôbre Snook, que encantava os olhos e deleitava os sentidos. Tôdas as outras colinas com postos avançados pareciam melancólicas. Apenas Snook se alevantava viva e desperta. Era como se Deus tivesse criado esse curioso lugar para proteger, com todo o cuidado, os homens encarregados de vigiar as trevas da noite.

Snook achava-se ligada à grande cadeia de montanhas por uma ramificação, que descia de maneira acentuada e se adelgava profundamente e, do alto, muito se assemelhava à cauda de um imenso dinossauro penetrando em território inimigo. A última vértebra dessa cauda era o Posto Avançado Snook. Da linha principal de resistência corria uma trincheira de comunicação, de um quilômetro de extensão, ao longo da espinha do dinossauro, que servia de ligação para a pequena fortaleza. Essa trincheira era tão profunda, que não permitia a instalação de armas de apoio. Suas encostas eram

tão íngremes e sua crista tão afilada, que podia suportar com galhardia o fogo dos morteiros. O inimigo se não conseguisse penetrar na trincheira propriamente dita não poderia utilizar-se das colinas mais elevadas dessa cauda para se apoderar, pela retaguarda, do Posto Avançado Snook. Entretanto, como essa cauda corria quase que em linha reta diretamente do alto da colina, o fogo lançado de trás da grande cordilheira podia bater as encostas da extensão, mesmo quando os reforços de infantaria desciam para Snook, utilizando-se da trincheira profunda.

Em cima da vértebra, havia espaço apenas para um alojamento, que era chamado de PC, e para uma trincheira de sacos de areia, em linha reta e com cerca de 9 metros de extensão, que podia abrigar um máximo de dez homens. Para proteger e reforçar a posição do batalhão, foram estabelecidos em arco, em torno da base de Snook, oito postos de escuta, que estavam mais próximos do inimigo do que o PC por uma distância média de 200 metros. (Ver croquis).

Havia dois ou três homens em cada um desses postos de escuta em torno de Snook.

Em vista de sua situação extremamente isolada, dos meios limitados à disposição e da natureza curiosa do terreno, Snook tinha, portanto, mais o aspecto de uma patrulha estacionária do que de um reduto fortificado. A vértebra da cauda do dinossauro na qual esse posto se achava instalado não estava protegida por campos minados, pois a posição era muito pequena e a encosta muito inclinada para per-

sado pelo menos uma noite na posição. O tempo médio de serviço da guarnição e dos postos de escuta, inclusive do sargento Transeau, era de treze dias. Dos oito homens em cima de Snook, quatro eram novos recompletamentos.

Todos os postos de escuta estavam ligados ao PC por meio de um circuito aberto de telefone. O mesmo circuito aberto mantinha o batalhão em contato contínuo com o que se passava em Snook. Se, por exemplo, um elemento do posto de escuta chegasse ao telefone e gritasse o alerta para Transeau, todos os outros postos de escuta o ouviriam também, o mesmo sucedendo com o PC da companhia e com o Major Acuff, no Batalhão.

Exatamente às 23,04, Transeau ouviu o matraquear de armas leves num ponto qualquer das proximidades. Os ruídos estavam um pouco abafados e, a princípio, não pareceram de grande importância para Transeau, embora ele tivesse imediatamente comunicado o fato a Acuff.

Enquanto ele falava com Acuff, alguns postos de escuta entraram na ligação e deram seu alerta. Eles tinham ouvido os tiros; mas nada tinham visto; queriam saber o motivo do tiroteio. Transeau contou todos os postos que se tinham comunicado com o PC. Apenas um não dera o alarme e continuava calado. Era o posto de escuta n. 14. Enquanto isso, todos os postos de escuta notavam esse silêncio e insistiam junto a Transeau: "Não estamos ouvindo nada do posto 14. O que aconteceu?"

Havia amplos motivos para esse silêncio. No posto de escuta n. 14 os seus três homens estavam mortos. Mais tarde, pelo exame de seus corpos, ficou estabelecido que tinham sido mortos por um inimigo com uma sub-metralhadora e, depois disso, para evitar quaisquer dúvidas, ainda tinham sido atacados com uma granada. No entanto, os homens que estavam em Snook desconheciam, nessa ocasião, o acontecido. Transeau comunicou-se com Acuff, dizendo-lhe que não recebe-

ra qualquer comunicação do posto n. 14.

— Utilize-se dos outros elementos dos postos de escuta e cubra o vazio — disse-lhe Acuff.

Esse conselho, perfeitamente lógico e seguro em outras circunstâncias, não levava em conta, entretanto o peso e a velocidade da ameaça. O tempo já transcorrido e o curso dos acontecimentos já tinham tornado impossível essa manobra, como aliás Transeau pôde compreender, antes de ter tempo de repetir a ordem de Acuff.

O soldado Harold Gardner estava agora no circuito aberto telefônico, falando para Transeau, diretamente do posto n. 15:

— Estamos vendo o inimigo! São uns cinquenta ou sessenta deles. Submergiram o posto 14 e estão vindo diretamente em nossa direção! Temos que evacuar o posto!

— Está certo! Corram o mais depressa possível para a colina — ordenou Transeau.

Acuff ouviu o rápido diálogo e decidiu que sua iniciativa, agora, seria a de pedir o fogo de apoio pesado que poderia salvar Snook, deixando ao arbítrio de Transeau a decisão de evacuar ou não os demais postos de escuta avançados.

Os soldados Gardner e Bae Yon Bee correram velozmente para Snook. A esse tempo, o corpo principal dos elementos chineses já interceptava o seu caminho em direção ao PC. Assim, tiveram que correr ascensionalmente, em diagonal, tentando alcançar a trincheira de comunicação existente entre Snook e a colina principal.

* * *

Inteiramente ocupado com o controle das comunicações, que o mantinha dentro do alojamento, Transeau não teve tempo para expor a situação aos sete homens que, com ele, guarneciam Snook. Eles teriam que agir de acordo com o instinto e com o que eles tinham aprendido no treinamento básico. O mesmo teria que acontecer com os homens

que estavam nos postos de escuta, em terreno mais baixo.

O fato realmente extraordinário é que, sem exceção, todos os homens decidiram permanecer onde estavam, disparar imediatamente assim que vissem qualquer coisa parecida com o inimigo e se deslocar apenas quando devidamente instruídos para isso. As vozes que tinham ouvido no circuito aberto telefônico estavam firmes e isso muito contribuíra para mantê-los também firmes. Eles tinham tomado suas próprias decisões antes mesmo de Transeau dizer ao telefone:

— Estamos sendo atacados em Snook. Fiquem onde estão e dêem tudo que puderem!

Para os soldados Roy L. Howell e Robert Cayl, que pela primeira vez estavam entrando em combate, parecia um tanto desconcertante o fato de que não tinham recebido qualquer aviso e que ninguém lhes dissera: "Atenção! Estamos sendo atacados. Aquêles lá em baixo são os inimigos! Disparem suas armas!" Pelo menos, era assim que eles esperavam ser normal em tais casos. Porém, o ruído de "duas ou três metralhadoras" lhes parecera um tanto estranho para seus ouvidos ainda não acostumados a batalha. E, quatro ou cinco minutos depois de ouvirem os primeiros tiros, granadas dos morteiros inimigos, chegando na média de dez ou doze por minuto, começaram a estremecer a terra em torno deles. Eles acharam, então, que Snook e suas vidas estavam em perigo e, por isso, precisavam fazer alguma coisa.

Howell ouviu um fuzil automático Browning (disparado por um dos elementos dos postos de escuta) entrar em ação. Ele disse:

— Quando ouvi esse ruído familiar, sai como que de um transe. Até então, apesar de ter ouvido o fogo inimigo, minha reação era ainda aquela de estar assistindo a um filme de cinema...

Howell estava bem próximo do PC. Ele caminhou cinco ou seis

metros e olhou para baixo da encosta. Numa distância de mais ou menos quarenta metros, ele pôde divisar de vinte e cinco a trinta homens, escalando a encosta, em sua direção. Avançavam, em coluna e de maneira oblíqua, como se tivessem intenção de atingir uma posição a cavaleiro e entrar na trincheira, à retaguarda de Snook. Com uma rapidez impressionante, ele disparou quatro pentes de balas com sua M1 e viu "vários chineses" caírem. Outros mudaram de direção quando ele abriu fogo e, caindo de bruços no chão, começaram a rastejar em sua direção. Enquanto continuavam a avançar, gritavam: "Pare o fogo!" Outros, entre eles, diziam: "Espalhem-se! Espalhem-se!" Embora falassem bom inglês, não se deixou impressionar. Botou seu fuzil de lado e colocou suas três granadas no parapeito da trincheira. Quando os chineses, que vinham logo à frente, chegaram a uns vinte metros dele, tirou o pino das granadas e lançou-as. Ouviu gritos e viu dois chineses caírem ao sólo, enquanto outros rolavam pela encosta da montanha e se perdiam nas trevas. Quando esses alvos desapareceram, Howell parou de atirar.

O soldado Robert Cayl estava a uns dez metros de Howell. Achava-se sentado na trincheira, procurando descansar, quando ouviu os primeiros tiros. Depois que Howell abriu fogo, Cayl levantou-se e procurou olhar por cima da trincheira. Os chineses que estavam empenhados em combate com Howell achavam-se mais próximos dele, mas a trincheira fora cavada de maneira irregular e onde Cayl se encontrava era justamente, mais profunda. Além disso, Cayl era mais baixo do que Howell. Mesmo nas pontas dos pés, ele não podia ver além do parapeito. Assim, agachou-se e se deslocou alguns metros, sem ainda saber o que fazer. Chegou, assim, a apenas alguns passos de Howell, que continuava a atirar para baixo da encosta. Até então, Cayl ainda não vira o inimigo. Olhou para cima. Viu a cabeça de um homem aparecer por cima da trincheira, a ape-

nas uns dois metros de distância. Logo depois, mais duas cabeças surgiram, logo seguidas de uma quarta e uma quinta. Porém, como o para-peito cobria os corpos desses soldados inimigos, ele podia ver apenas suas cabeças, o que lhe fazia lembrar uma galeria de tiro ao alvo. Disse para si mesmo: "Devem ser os chineses". As cabeças não se mexeram e Cayl procurou também ficar imóvel. Ainda agachado, tirou o pino de uma granada e lançou-a para cima do para-peito, numa distância de apenas dois metros. Ouviu-se uma forte explosão. E o inimigo gritou. Não pôde conter seu entusiasmo.

— Acertei! Acertei!

E, assim, sentiu-se bastante satisfeito, embora não tivesse ninguém ali para apreciar sua alegria. Atirou outra granada. Subitamente, alguém lhe segurou o braço. Era seu companheiro, o soldado John Alcott. Alcott disse:

— Tenho três granadas!

E entregou uma a Cayl. Agachados, atiraram suas três granadas por cima do para-peito e ouviram mais gritos, depois que as bombas explodiram. Em seguida, ficaram de costas um para o outro, voltados para direções opostas, com fuzis prontos para entrar em ação ao longo da trincheira, caso o inimigo voltasse a aparecer. Mas não houve mais necessidade de atirar.

Transeau, por um momento apenas, saiu do alojamento do PC. Podia ouvir o ruído da batalha ao longo da trincheira de Snook, mas não conseguia ver nenhum de seus comandados. Julgou, assim, que sua posição estivesse para cair. Mas, assim mesmo, não ousava abandonar o telefone. O fogo de apoio dos morteiros e da artilharia amiga ainda não chegara. Além disso, os homens que estavam nos postos de escuta continuavam em perigo e por certo não ficariam mantendo suas posições se ele parasse de falar e julgassem, assim, que Snook tivesse caído. Deste modo, ele se limitou a dar uma olhada pela encosta. Com seu fuzil, disparou vários tiros

para baixo da encosta e, em seguida, voltou ao seu telefone. Sem saber, atirara no momento exato para o lugar exato.

* * *

O plano inimigo fora bastante simples. O corpo principal da tropa — uns quarenta ou cinquenta homens — avançara para o objetivo principal, subindo pela encosta esquerda de Snook, com o propósito de penetrar em sua retaguarda. Um grupo menor, composto talvez, de uns dez homens, subira diretamente pelo nariz do Snook, tentando apossar-se do PC e liquidar a guarnição.

O soldado Freddie Sakai achava-se a uns 7 metros de Transeau, guardando a entrada para o PC. Ele ouvira um ruído estranho num ponto próximo da encosta do lado direito. (Howell e Cayl estavam empenhados na luta no lado esquerdo). Sakai esgueirou-se um pouco mais e procurou ver o que provocara o ruído. A uns dez metros de distância estavam cinco chineses. Três deles pularam para a trincheira. Sakai esvaziou seu fuzil nêles. Um quarto chinês pulou no teto do alojamento que servia de PC, disparando uma arma de repetição na direção de Sakai — que se achava a uns cinco metros, agora. Sakai esquivou-se para um lado, protegeu-se na parede de sacos de areia, recarregou sua arma e saiu outra vez disparando. Embora ele tenha visto o chinês cair de cima do PC, estava quase certo de que não o atingira. Porém, era impossível agora trepar no teto do PC e averiguar o que acontecera. O quinto chinês continuava de pé, indeciso, do lado de fora da trincheira. Sakai atirou e o inimigo caiu. Com isso ficou encerrada sua ação. Ele disse, mais tarde: "Foi uma pena; não tive tempo para lutar de verdade".

O soldado George Sakasegawa achava-se na entrada superior, a fim de defender o reduto caso o inimigo entrasse na trincheira de comunicação. Ele ficou preocupado porque ninguém veio informá-lo sobre o motivo das rajadas de armas

automáticas no vale. Passaram-se cinco minutos. Sakasegawa procurava identificar qualquer movimento estranho na trincheira. Súbitamente, olhou sobre o seu ombro esquerdo em direção da muralha. Seis chineses estavam no parapeito de terra, bem em cima de sua cabeça, olhando para ele. Atrás de Sakasegawa alguém abriu fogo (foi, provavelmente, Transeau) com um fuzil. O barulho despertou Sakasegawa. Disparou três pentes com sua M1, em menos de um minuto. Três dos seis chineses caíram diante de seu fogo, mas em sua excitação ele não podia ter certeza. Os outros desapareceram do outro lado do parapeito. Sakasegawa debruçou-se no parapeito e disparou mais um pente de balas. Ouviu vozes e pensou que o inimigo estivesse procurando contornar a posição e penetrar na trincheira de comunicação mais abaixo. Com o fuzil apoiado no parapeito, ele se debruçou ainda mais. Porém, além de uns vinte metros ele não podia ver nada, porque um monte de terra cobria sua visão. Nas proximidades ele podia ouvir os disparos de armas automáticas, ao mesmo tempo que explodiam granadas. Mas não podia dizer de que direção vinham os sons.

Sakasegawa aguardou uns cinco minutos, temeroso de que, se disparasse mais sua arma, acabaria ficando sem munição. Súbitamente, duas granadas bateram na terra, a uns poucos metros de sua cabeça, rolaram pela encosta e explodiram; os granadeiros inimigos, sem dúvida, deviam estar a uns dez metros mais abaixo. O soldado Andy Amadelo juntou-se a Sakasegawa. Caiu outra granada, quase junto aos pés de Amadelo, mas perdeu sua força no ar e, ao explodir, nem mesmo arranhou o soldado.

— Acho bom a gente responder essas granadas — disse Amadelo.

Assim, os dois soldados lançaram quatro granadas pela encosta da colina. Não chegaram a ver qualquer sinal positivo de que os chineses estivessem se movimentando nessa direção. Mas, de qualquer maneira, esse era o flanco vulne-

rável e o principal ponto de perigo. O lançamento de granadas era, apenas, uma precaução. Eles, também, nada mais ouviram do inimigo.

* * *

Os soldados Gardner e Bee, que tinham escapado do pósto de escuta avançado n. 15, bloqueados pelo avanço do corpo principal do inimigo e desviados, assim, de seu caminho, não conseguiram ir muito longe. Por uma casualidade, encontraram-se com o grupo inimigo que recuava do fogo de Sakasegawa. Havia uns doze chineses. Gardner e Bee tentaram correr, para escapar. Várias granadas explodiram em seus calcanhares. Quando os estilhaços penetraram em suas pernas, eles tropeçaram e caíram.

— Vamos lançar nossas granadas! — gritou Gardner.

Eles se levantaram bruscamente e arremessaram duas granadas cada um. Nessa ação, se separaram. Durante algum tempo ficaram escondidos no mato. Não estavam certos de ter acertado qualquer chinês, embora tivessem visto o grupo dispersar-se e fugir. Depois que o caminho ficou livre, conseguiram, separadamente, atingir o PC do Snook.

Fora dessa ação de Gardner e Bee e da morte dos três homens que guarneciam o pósto de escuta n. 14, os outros postos de escuta não entraram na luta. Ficaram alertas, com suas armas prontas para entrar em ação, mas o inimigo não os importunou.

Sakai, enquanto isso, continuava preocupado com o soldado chinês que ele vira e que tentara subir no teto do PC. O homem desaparecera nas sombras e Sakai, que é de pequena estatura, não conseguira ver por cima do teto. Transeau saiu, uma vez mais, do alojamento que servia de PC. O chinês surgiu, súbitamente, dentre os sacos de areia e disparou sua arma, atingindo Transeau no ombro. Depois pulou o parapeito da trincheira e sumiu na escuridão, antes que Sakai pudesse atirar.

Foi esse o tiro perdido dos combates.

Transeau voltou ao teu telefone, para informar Acuff:

— Major, acho que resolvemos a parada. Lutamos há vinte minutos e até agora não ouvi um único grito de meus homens.

Ele não tivera tempo ainda de fazer uma verificação das baixas. Estava, vamos dizer assim, deduzindo de outiva. E sua dedução era absolutamente certa.

* * *

A luta se iniciara às 23.04. Às 23.27 os atacantes chineses soltaram dois sinais vermelhos sobre Snook. Deve ter sido um sinal de socorro, pois desde então os soldados inimigos não mais tentaram atacar o posto avançado.

Acuff, enquanto isso, colocara o seu fogo de apoio ao longo dos flancos da cauda do dinossauro e no fundo do vale, um pouco adiante de Snook. Foi um crescendo gradual, iniciado nos três primeiros minutos por duas peças de 50, seguidos mais tarde por um pelotão de morteiros de 4.2, quatro mor-

teiros de 60 mm e uma bateria de 105. Quando os dois sinais chineses foram lançados, Acuff pediu maior concentração de fogo e, dentro de um minuto, a cortina de fogo fechava todo o círculo em volta de Snook. Essa barragem cortou a via de retraimento dos inimigos. Um grande grupo de soldados inimigos foi visto por Transeau, diante do clarão das bombas que explodiam, tentando escapar; mas, de súbito, foi esse grupo atingido por uma salva de granadas de 4.2 e, quando a fumaça se dissipou, não havia mais sinais de vida.

Às 24.00 dois sinais foram disparados pelos chineses na colina chamada Pokkae. Era o sinal da retirada, embora muito tardio. Os elementos que tinham atacado Snook estavam praticamente eliminados, devido aos esforços mais ou menos desordenados de sete soldados americanos, cheios de decisão e sangue frio.

Transeau sentou-se para fazer a contagem final, o total de inimigos abatidos e suas próprias baixas, antes de se comunicar com Acuff. Com o seu levantamento completo, resolveu, então, pedir os primeiros socorros.

FÁBRICA DE LUSTRES

EM BRONZE, METAL E FERRO BATIDO PLAFONS E APLIQUES

ACEITAMOS ENCOMENDAS

LEOPOLDO ROTH & IRMÃO

SECÇÃO DE LAPIDAÇÃO

RUA FREI CANECA, 25

Telefone : 32-2928

REFORMAS EM GERAL

Aguardamos, neste novo enderêço, a visita dos nossos amigos e fregueses



O ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL

A meteorologia no AGI — A exploração da atmosfera superior — O programa para o estudo da Antártida — Trinta e nove estações localizadas no Pólo Sul — A participação do Brasil no Ano Geofísico Internacional

ABRAHÃO DE MORAIS

Diretor do Observatório
Astronômico e Geofísico

(O Estado)

Para o esclarecimento de muitas questões da Meteorologia foram estabelecidas certas faixas, que, ao longo de um mesmo meridiano, cobrem grande intervalo de latitudes, e que terão grande importância no estudo da circulação geral da atmosfera. Neste sentido, o continente americano oferece condições únicas, pois permite, entre os meridianos de 70° e 80°, a Oeste de Greenwich, estabelecer uma rede de estações em terra, desde o Norte do Canadá até o Sul da América Meridional, com extensão até o continente antártico. Em 1955, somente nos Estados Unidos já havia 57 estações preparadas para observações sistemáticas. Outras faixas cobrindo grande extensão continental foram também consideradas. A se-

gunda, ao longo do meridiano situado a 10°, a Leste de Greenwich, cobre a Europa Ocidental, Tunísia, Saara, costa ocidental da África, indo até o Antártico. A terceira, ao longo do meridiano situado a 140°, a Leste de Greenwich, atravessa território soviético, Japão, Nova Guiné e Austrália. As estações aí localizadas deverão colher os principais elementos meteorológicos, e os dados obtidos contribuirão com certeza para um progresso substancial do conhecimento científico dos movimentos atmosféricos, ainda pouco explorados, sobretudo no que diz respeito ao Hemisfério Sul.

Procurar-se-á, também, obter mais informações sobre a atmosfera superior, que atualmente só foi explorada sistematicamente até a

altura de 20 km. O conhecimento das trocas de energia, de momento, de massa, de vapor de água, entre os trópicos e as regiões polares, entre a troposfera e a estratosfera, depende de observações em altitudes maiores. Esta exploração será feita durante o Ano Geofísico por meio de balões especiais lançados por estações de rádio-sondagem que deverão alcançar a altura de 30 km. Somente os Estados Unidos disporão de uma centena de tais estações, algumas das quais deverão funcionar em colaboração com outros países latino-americanos. Os resultados que então forem obtidos deverão proporcionar, como é óbvio, considerável melhoria nas previsões do tempo e do clima. Serão lançados globos que deverão atingir a alturas mais elevadas ainda e foguetes chegarão a centenas de quilômetros de altitude.

Outros problemas merecerão atenção, como o da Radiação Solar, o da Ozona Atmosférica, o da Eletricidade Atmosférica, o da composição do Ar etc. Com cuidado especial será considerada a meteorologia das regiões polares, sobretudo a da Antártida, onde, em vários lugares, serão estabelecidas estações completas.

ANTARTIDA

Entre os estudos a serem realizados durante o Ano Geofísico ressaltam os relativos à Antártida pela multiplicidade do interesse que apresentam, e que, provavelmente, ultrapassa o domínio propriamente científico.

Constituirão um afluxo sem precedente os quatro ou cinco mil seres humanos que se fixarão durante o Ano Geofísico nesse continente, cuja descoberta (por volta de 1820), nos primórdios da navegação a vapor, é reclamada por americanos, russos e ingleses. A chegada de cerca de 50 navios, da aviação e de algumas centenas de veículos motorizados, constituirá uma atividade anormal nessas paragens.

Continente de cerca de 15 milhões de quilômetros quadrados, maior portanto que a Europa, a An-

tártida é uma estranha mistura do conhecido e do desconhecido.

Foi explorada de 1898 a 1916 por Amundsen, Scott, Shackelton, mas a fase moderna do reconhecimento se iniciou com a expedição do Almirante Byrd, em 1928. Vastas porções dessa região, cobertas de camadas de gelo que podem atingir 2.000 metros de espessura, de onde afloram picos, por vezes de 4.000 metros de altura, ainda não foram vistas pelo homem. Pode-se dizer que a topografia da parte visível da Lua é melhor conhecida que a da Antártida. Numerosos dados sobre a meteorologia e a geofísica da Antártida já são conhecidos, mas certas anomalias, por exemplo, a pressão barométrica persistentemente baixa (cerca de 2,5 cm de Hg menos do que no resto do mundo) exigem explicação. Em compensação, em alguns casos, como por exemplo em certos aspectos da oceanografia, o conhecimento das águas que limitam a Antártida é superior ao de algumas áreas oceânicas mais temperadas e acessíveis.

Desprezar o estudo da região Antártida seria ignorar uma área igual a um décimo da área da Terra. Isso exige interpolações ao longo de trecho de mais de 6.000 km. que adquiriria especial significado para as pesquisas meteorológicas circumeridianas. Tal área exerce considerável influência no clima do mundo inteiro. Por outro lado, os pólos magnéticos terrestres têm decisiva importância sobre a intensidade de fenômenos eletromagnéticos, como os que estão relacionados ao geomagnetismo, auroras, etc. Não se sabe ao certo se os dois pólos magnéticos terrestres têm influências idênticas, sendo desejável observações simultâneas para esclarecimento do assunto.

Sendo o único continente completamente coberto de gelo, a Antártida fornece uma ocasião única para o estudo da glaciação continental, que desempenhou no passado um importante papel na história geológica da Terra. Se todo o gelo da Antártida se fundisse, o nível dos oceanos subiria de uma quantidade avaliada entre 40 a 60

metros. Parece certa a diminuição dos gelos polares do Norte, porém a recente expedição enviada à Antártida (1949-1952) pela Noruega, Inglaterra e Suécia, examinando os "nunataks", ou picos que emergem do gelo, chegou à conclusão de que, nos últimos cinquenta anos, o nível do gelo não baixou nessa região.

Muitos destes problemas interessam diretamente a todas as nações do mundo.

No programa do estudo da Antártida, do Ano Geofísico, participarão onze Nações: Austrália, Chile, França, Inglaterra, Japão, Nova Zelândia, Noruega, União Sul-Africana, União Soviética, Estados Unidos e Argentina.

Duas conferências, uma em Paris (julho de 1956), outra em Bruxelas (setembro de 1956), foram realizadas para coordenação dos trabalhos.

Ao todo, 39 estações serão estabelecidas pelas várias Nações. As sete estações dos Estados Unidos cobrirão cerca da metade do continente do Oeste, do mar de Weddell à Terra de Maria Byrd, sendo que uma delas estará localizada no Pólo Sul. Três estações russas estarão localizadas, uma no Pólo Magnético Sul, outra no centro do continente, denominado Pólo de inaccessibilidade, outra na região de Knox. Os japoneses voluntariamente se estabelecerão numa falha importante, situada na Costa do Príncipe Harald, entre estações da Austrália, em Mawson, e da Noruega.

Dessa forma, pela primeira vez, na Antártida haverá um conjunto de estações que permitirá traçar um mapa de tempo baseado em observações reais. Os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de uma Central Antártida, na "Pequena América", que deverá fazer a análise do tempo e as previsões para todas as estações. Essa estação terá um laboratório para análise dos constituintes químicos do ar, onde provavelmente haverá meios de determinar as razões entre os isotopos de vários elementos.

Todas as estações estarão atentas à Aurora Austral, examinando suas correlações com a Aurora Boreal.

Na realidade, os estudos já se iniciaram, tendo já sido enviados à Antártida missões de vários países, como a França, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia.

Em janeiro de 1956, os soviéticos desembarcaram na Terra de Wilkes, anunciando a descoberta surpreendente de uma zona de algumas centenas de quilômetros quadrados, onde o clima seria bastante ameno, com uma temperatura de 26°C no verão.

Em março de 1955, a Casa Branca anunciava a partida para a Antártida de expedições, com objetivo "de estudos científicos relativos à meteorologia, à glaciologia, à física da ionosfera, ao magnetismo terrestre, às auroras austrais, aos raios cósmicos, à sismologia e à gravimetria". O empreendimento, cujo término foi previsto para fins de 1959, a princípio avaliado em pouco mais de 2 milhões de dólares, está orçado agora em 10 milhões.

De fato, os trabalhos americanos foram iniciados antes do anúncio oficial da Casa Branca, sob o patrocínio triplice do governo norte-americano, da National Academy of Science e da National Science Foundation. Em 7 de janeiro de 1954, o quebra-gelo "U.S.S. Atka", partindo de Wellington, alcançava a Antártida pelo lado do Pacífico, fazendo um roteiro que cobria cerca de metade da costa do Continente, e voltando para os Estados Unidos em março de 1955.

Além do reconhecimento das regiões, para o estabelecimento de bases futuras, conseguiram os cientistas que neles viajaram resultados de grande importância.

Sob a direção do australiano K. B. Fenton, foram realizados estudos sobre a radiação cósmica, patrocinado pela Universidade de Chicago e pelo Conselho Canadense de Pesquisas. As medidas da radiação cósmica foram feitas sem interrupção, durante as 24 horas do dia, desde a partida do navio

de Boston até a volta do mesmo aos Estados Unidos. J. A. Simpson, havia descoberto, em 1948, que a concentração dos neutrons, produzidos na atmosfera pelos raios cósmicos, aumenta consideravelmente quando se passa do equador aos pólos magnéticos terrestres. As partículas de radiação cósmica, vindas do exterior da Terra, são desviadas pelo campo magnético, havendo uma tendência das mesmas para os pólos geomagnéticos.

O equador magnético seria então a região de concentração neutônica mínima. O "Atka" cruzou este equador uma vez no Atlântico e uma vez no Pacífico. Da análise, ainda incompleta, dos resultados, Simpson concluiu que o campo magnético do exterior da Terra é distribuído de modo diferente do que se supunha, estando o equador magnético mais inclinado do que se pensava, relativamente ao equador geográfico.

As medidas do gás carbônico revelaram um teor desse gás no ar antártico, menor do que o obtido em 1939-1941 pela expedição norte-americana. Outras pesquisas importantes foram feitas no setor ionosférico.

Estes resultados já são suficientes para se ter uma idéia dos que serão obtidos no programa do Ano Geofísico Internacional.

O BRASIL NO ANO GEOFÍSICO

Importante será a contribuição brasileira que se estenderá a quase todos os setores do programa do Ano Geofísico Internacional. As instituições científicas cujas atividades têm alguma relação com as que serão desenvolvidas no AGI não pouparam esforços para que nosso País pudesse participar com brilho nesse grande empreendimento. Na reunião dos representantes dos países do Hemisfério Ocidental, realizada em julho de 1956, no Rio de Janeiro, para discussão dos programas americanos, foi possível apreciar em conjunto, a importância e a extensão da cooperação brasileira.

Esta cooperação será apresentada nos setores da longitude e latitude pelo Observatório Nacional, Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo e Conselho Nacional de Geografia; no setor de pesquisas ionosféricas pelo Instituto Astronômico e Geofísico, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, pela Marinha Nacional e Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos; no setor dos Raios Cósmicos pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro e Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos; no setor de Gravimetria pelo Observatório Nacional e Conselho Nacional de Geografia; no setor de Geomagnetismo pelo Observatório Nacional; no setor de Meteorologia pelo Serviço de Meteorologia; no setor de Oceanografia pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e pela Marinha Nacional.

Os trabalhos que serão executados nos diversos setores merecerão artigos especiais.

Esses trabalhos são do maior interesse sob vários pontos de vista. Apesar de ser puramente científica a finalidade principal do Ano Geofísico, certos programas como os de Gravimetria e Geomagnetismo, que se estenderão a grande parte do vasto território brasileiro, poderão ter aplicação prática imediata na topografia, cartografia e geodésia. Os trabalhos relativos à Oceanografia, parte dos quais já realizados nos cruzeiros do "Almirante Saldanha", além de permitirem melhor conhecimento do regime dinâmico das águas do Atlântico, terão considerável importância de natureza econômica.

Outro aspecto digno de nota é que, além de sua importância intrínseca, os trabalhos executados em nosso País terão reflexos em âmbito internacional. Esses trabalhos contribuirão para o aumento do prestígio do Brasil entre as Nações que concorrem para o desenvolvimento científico.

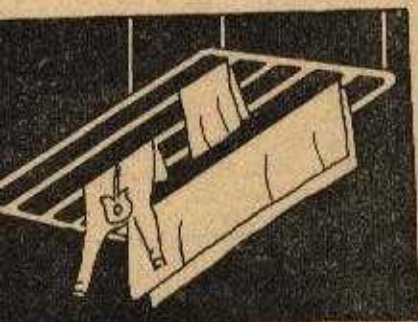
O desejo de obter bom rendimento dos estudos e pesquisas levou a

rcâmbio entre cientistas na-
e estrangeiros que será de
e para o desenvolvimento
co de nossas instituições. A
io Brasileira para o Ano
o, presidida pelo dr. Lelio
diretor do Observatório Na-
tem procurado por todos os
propiciar condições favorá-
execução de nosso programa.
cientistas brasileiros compre-
m claramente a significação
do Geofísico Internacional.
dos recursos em pessoal e
al à sua disposição, procura-
estabelecer os melhores pro-

jetos compatíveis com as exigên-
cias do empreendimento. Na Uni-
versidade de São Paulo procurou-
se estabelecer intensa colaboração
entre os vários institutos interessa-
dos e com instituições não pertencen-
tes à Universidade.

O Conselho Nacional de Pesqui-
sas procurou apoiar as iniciativas
da Comissão Brasileira e das vá-
rias instituições para o Ano Geo-
físico, sendo desejável, para o bom
êxito dos trabalhos, que outros ór-
gãos oficiais também se decidam
a prestar sua colaboração.

IA NKI ENXUGADORES DE ROUPA



De suspensão no teto por cordas
e roldanas.

O EXTENSÍVEL, construído
em ALUMÍNIO, fechado tem
0,85 x 0,60, pode abrir até
1,60 x 0,60

E OS ESMALTADOS A
BRANCO, OU CONSTRUÍDOS
EM ALUMÍNIO, com varas
inteiras e em várias medidas.

N. B.: Todas as peças destes
enxugadores podem ser substi-
tuídas no local, quando
necessário.

Patente: 2.827.

RUA BARÃO DE IGUAQUEMI, 421 — TEL. : 34-7354

(PRÓXIMO DOS FUNDOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO)

(JUNTO DA CERVEJARIA MAURIN, LTDA.)

MINISTÉRIO DA GUERRA
BIBLIOTECA DO EXERCÍTO

O JOCKEY CLUB BRASILEIRO HOMENAGEOU A MARINHA NACIONAL

**FOI BRILHANTE A REUNIÃO TURFISTA-SOCIAL DE DOMINGO
NO HIPÓDROMO DA GÁVEA — DE GRANDE SIGNIFI-
CAÇÃO AS SAUDAÇÕES TROCADAS ENTRE O PRESI-
DENTE DA SOCIEDADE, Dr. MARIO DE AZEVEDO RIBEIRO,
E O ALMIRANTE GERSON MACEDO SOARES**

Domingo último concluiu-se o ciclo das homenagens que o Jockey Club Brasileiro anualmente presta às classes militares, com a que foi dedicada à Marinha Nacional no Hipódromo da Gávea e que, como succedeu com as que foram prestadas ao Exército e à Aeronáutica, transcorreu brilhantemente. Um programa de carreiras em que foram reverenciados nomes gloriosos da nossa Marinha de Guerra foi desenvolvido, tendo, depois da prova principal — G. P. "Almirante Marquês de Tamandaré" — havido, no Salão das Rosas, a entrega, pelo Ministro Almirante Alves Câmara, de belos prêmios ao proprietário, tratador e jóquei de Tirafofo, o vencedor, e que foram os Srs. Sabi Barki, Gonçalo Feijó e Luiz Diaz. Nessa reunião, foi servida uma taça de champanha aos presentes.

ALMOÇO E PESSOAS PRESENTES — OS DISCURSOS TROCADOS

Precedeu a parte turfista lauto almoço, no Salão das Rosas do Hipódromo, estando presentes, em torno do Presidente do Jockey Club Brasileiro, Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, os Srs. Ministro Alves Câmara Júnior e Almirantes Renato Guilhobel, Octavio Medeiros, Antonio Pinto Lima, Antonio Maria de Carvalho, José Espindola, Gerson Macedo Soares, Jorge Mattoso Maia, João Guimarães Roxo, Hugo Pontes, Oswaldo Storino, Diogo Borges Fortes, Américo Silveira, Carlos Brito Silva Filho, Mario Faro Orlando, Luiz Pinto da Luz, Eduardo Bezerril Fontenelle, Ivano Silva Guimarães, Carlos Paraguassu de Sá, Dr. Francisco Eduardo de Paula Machado; Ministros Armando Trompowsky e Luiz Gallotti, Senador Alencastro Guimarães, Almirantes Dodsworth Martins e Augusto Amaral Peixoto, Drs. Pedro Camargo, Alvaro Werneck, Guilherme Penteado, Ibsen de Rossi, Paulo Burlamaqui de Mello, Renato Pacheco Filho, Pedro Magalhães Corrêa, José Manoel Fernandes, Francisco Gonçalves Peña, Humberto Smith de Vasconcellos, Jayme de Oliveira Santos, Julio Moura, Heitor Motta, Luiz Gouveia Rego e Cezar Saboya Pontes.

OS DISCURSOS TROCADOS

Ao champanha, produziram brilhantes discursos o Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jockey Club Brasileiro, saudando a Marinha e, em nome desta, agradecendo, o Almirante Gerson de Macedo Soares. Damos a seguir as orações proferidas.

A SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO

Foi nestes termos que o Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jockey Club Brasileiro, saudou a Marinha Nacional:

"Sr. Ministro, Srs. Almirantes. As festividades cívicas, que marcam as comemorações da semana dedicada à Marinha Nacional, se revestem

de brilho imponente, salientando o elevado aprêço das homenagens programadas. Em torno dos vultos mais eminentes da Armada Brasileira, concentram-se as atenções gerais para ressaltar a importância dos feitos navais na história militar de nossa Pátria. O papel decisivo da esquadra, nas diversas eventualidades em que atuou, permite recordar triunfos notáveis, nos quais se patentearam as qualidades nobres de bravura e coragem dos arrojados marujos. Os serviços prestados à Nação, pela Marinha de Guerra, inscrevem-se no coração do povo reconhecido que se ufana dos seus intrépidos marinheiros. Começam na campanha da independência política de que resultou a liberdade ansiosamente procurada. Seguiu-se a defesa permanente do longo litoral, consolidando a unidade do País nascente. Sem solução de continuidade, deu, ao regime imperial, as garantias da hegemonia nos oceanos sul-americanos. As lutas nas águas do Rio da Prata enaltecem os louros alcançados. A missão capital, que lhe reservou o advento da República, fêz sobressair a função primordial nos acontecimentos que se sucederam. Um sopro renovador parece facilitar a imprescindível tarefa que lhe cumpre desempenhar.

O engrandecimento indispensável de nossa frota é necessidade prevista que não escapa à observação cuidadosa dos governos esclarecidos. É preciso não esquecer que, nos mares, se trava, definitivamente, a grande batalha da preponderância dos países emancipados. Ligando aos episódios de maior emoção as denodadas figuras que se impuseram à gratidão nacional, o culto às virtudes cívicas da briosa oficialidade se repete na exaltação dos lances culminantes. O símbolo de heroísmo e de vitórias esplêndidas está dignamente representado no vulto admirável do Almirante Marquês de Tamandaré que os seus continuadores escolheram para patrono da classe.

Sr. Ministro — O Jockey Club Brasileiro sempre participa das merecidas provas do justificado tributo, oferecidas, todos os anos, à Marinha Nacional. É um motivo de alegria para o quadro social receber a V. Exa. e ao seu luzido corpo de oficiais, no dia de hoje. Traduzindo um sentimento nobre que domina o entusiasmo despertado, desejo reiterar, nesse momento feliz, os votos de fé e confiança nas altas patentes a cuja guarda está entregue o destino glorioso de nossos mares. Tenho o orgulho e a satisfação, como presidente da Sociedade, de erguer a minha taça em honra da Marinha Brasileira!"

A RESPOSTA DO INTÉRPRETE DA MARINHA

O Almirante Gerson Macedo Soares, em nome da Marinha, delegando que foi pelo respectivo titular, Almirante Alves Câmara, assim agradeceu a homenagem prestada pelo Jockey Club Brasileiro:

"Exmos. Srs. Presidente e demais membros da Diretoria do Jockey Club Brasileiro. — Exmo. Sr. Ministro da Marinha — Exmos. Srs. Almirantes — Meus senhores. Já se tornou uma tradição, nos fastos sociais do Rio de Janeiro, a homenagem que o Jockey Club Brasileiro presta, anualmente, à Marinha de Guerra, ao ensejo das comemorações da Semana da Marinha. Aqui temos vindo, cada ano, para sentir, bem de perto, a nimia gentileza dos que dirigem esta distinta Sociedade e o carinho com que, nesta casa, se cultua o vulto insigne de Joaquim Marques Lisboa, tornado nobre, depois de uma vida trabalhosa e dura, pela Graça Imperial, como Marquês de Tamandaré, e patrono da Marinha, como Almirante valente e vencedor, por obra e graça de seus feitos, aos quais a Pátria se tem mostrado justamente agradecida. E aqui, entre os brasileiros que norteiam os destinos deste clube, temos verificado a sadia compreensão do papel que, na vida nacional, tem desempenhado, vai desempenhando e seguramente desempenhará a Marinha de Guerra, nas páginas da História pátria e pelas idades em fora, por mais inquietantes

vaticínios que se façam sobre o futuro das novas armas que vão surgindo. De fato, é com júbilo irreprimível que nós, da Marinha, bem sentimos essa compreensão do que é a tarefa de bem guardar as nossas costas e as águas extensas que as banham, para garantir a sobrevivência da Nação Brasileira, quando surgirem os dias de perigo e de ameaça à nossa liberdade e à nossa soberania. Tal compreensão nos enche de orgulho e de confiança para prosseguirmos no nosso trabalho ininterrupto de preparar o material e os homens que o conduzem e manejam para consecução das finalidades tôdas de uma verdadeira Marinha de Guerra. E é preciso que proclamemos "urbi et orbe" essa compreensão por parte de uma plêiade de brasileiros, aparentemente só voltados, só empenhados, só interessados em atividades bem diversas do que seja a defesa nacional e a imperiosa necessidade de dominar os mares em que devemos manter livres as linhas de comunicações, de abastecimento, de manutenção da vida nacional enfim. É preciso, sim, que desvendemos essa compreensão, tão precisa e patriótica, aos olhos de toda a Nação, pois, em outros setores e até naqueles em que tal estado de espírito mais se devia aprimorar, há brasileiros que proclamam vespugamente a necessidade de extinguir as Forças Armadas, sob a despropositada alegação de que as armas de que ora dispomos e que enchem os nossos paíóis e arsenais, são armas obsoletas que, dizem, nada valem em face dos modernos engenhos de levar a destruição e, portanto, a própria defesa, a distâncias consideráveis, guiados com precisão para que alcancem o alvo desejado. A esses que fazem *tábula rasa* das glórias de nossos antepassados, na defesa da soberania nacional e dos menores tratos do torrão pátrio, e que crêem mais na possibilidade da nossa indispensável evolução para seguirmos os exemplos que daqueles antepassados recebemos — é necessário que se aponte esta desvanecedora homenagem, que hoje aqui recebemos, como confiança de nossa ação nos tempos que correm e nos que hão de vir, tão carregados de nuvens ameaçadoras. Ao invés de recomendar a extinção das corporações armadas, que os incrédulos se comprazem em pregar, estão seguros os que hoje homenageam a Marinha de Tamandaré, de que o verdadeiro caminho está em dotar aquelas mesmas corporações das armas que, agora, se fazem mister à nossa própria defesa e à sobrevivência da Nação Brasileira, livre e soberana, como se formou e como tem sabido manter-se. Sejam essas armas de elementos autônomos nos seus movimentos, propelidos em direções desejadas ou teleguiados, atômicos ou não — o que é necessário é que nos dêem os meios de as adquirir e fabricar, pois que o elemento humano existe com a capacidade indispensável ao seu manejo e ao emprêgo adequado. Essa necessidade, estamos certos, é bem compreendida, considerada com elevação, pelos homens que, além da razão, têm o coração aberto para homenagens como esta que ora prestam à Marinha de Tamandaré, não apenas por motivo de glórias passadas, mas, sobretudo, na justa consideração de que, lembrados daquelas, os Marinheiros de hoje, convenientemente armados e equipados segundo os adiantamentos da técnica guerreira, saibam, com decisão e êxito seguro, escrever novas páginas brilhantes na defesa da grandeza multifôrme da Nação Brasileira.

Senhores do Jockey Club Brasileiro! Em nome do Ministro da Marinha, que representa a totalidade e os anseios dos Homens do Mar do Brasil, posso assegurar que estamos cativos de sua gentileza e de sua compreensiva hospitalidade no dia de hoje. Ao mesmo tempo, orgulhosos da conta em que é tida a nossa Marinha de Guerra, no seio desta Sociedade, fazemos votos pela prosperidade crescente do Jockey Club Brasileiro e pela felicidade pessoal de cada um dos membros de sua Diretoria! Senhor Presidente: queira transmitir ainda a todos os que integram esta benemérita Sociedade os nossos agradecimentos singelos, mas de todo o coração!"

RONDÔNIA : BORRACHA, MINÉRIOS E AVENTURA

(Visão)

O Território Federal de Rondônia é uma unidade da Federação quase totalmente desconhecida do resto do país. Pouco se sabe a respeito do antigo Território do Guaporé. Apenas, vagamente, que produz borracha, que dispõe de estrada de ferro (Madeira — Mamoré) e que é coberto pela floresta amazônica.

O Território criado em 1943, sob a denominação de Guaporé, alterada em 1956 para Rondônia (em homenagem ao marechal Cândido Mariano Rondon, seu desbravador), pouco representa economicamente para a vida nacional. Com uma população estimada em 50 mil habitantes numa área de 242.933 km², a densidade demográfica não passa de 1 habitante por 5 quilômetros quadrados.

Rondônia possui uma longa fronteira de 1.342 quilômetros com a Bolívia, servindo o rio Guaporé como divisa. Por uma das cláusulas do Tratado (13-11-1903) com esse país, o Brasil comprometeu-se a construir uma estrada de ferro na faixa limítrofe, como compensação à Bolívia que reconhecia o Acre como território brasileiro. A ferrovia serviria para escoar os produtos bolivianos, trazendo-os até Pôrto Velho e daí para o Oceano Atlântico, descendo o Madeira e o Amazonas.

Assim surgiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com seus 366 quilômetros de trilhos assentados em plena selva. Foi um empreendimento épico, que custou a vida de milhares de trabalhadores. O paludismo infestava a região.

Na verdade é surpreendente como, já na primeira década deste

século, o Brasil tenha realizado uma obra ferroviária daquele vulto, numa região praticamente isolada do resto do mundo. Somente a visão de estadista do Barão do Rio Branco, de um lado, e, de outro, a extração do látex para a indústria da borracha, então em pleno florescimento em toda a bacia do Amazonas, podem explicar esse empreendimento pioneiro.

O governo brasileiro deu a concessão da ferrovia por 60 anos à Madeira-Mamoré Railway Company, com sede em Maine (EUA) e capital de 11 milhões de dólares. Empreitada a construção da ferrovia pela firma May Jekyll & Randolph, em 1907, informava o médico-chefe da empresa, logo depois, que 30 a 50% dos auxiliares estrangeiros e 40 a 75% dos nacionais estavam incapacitados pela malária. Acrescentava então que não eram de esperar mais de 90 dias de serviço por ano de um trabalhador. Os estrangeiros, especialmente os funcionários mais categorizados da Companhia, viviam em casas de madeiras assobradadas, com amplas varandas, inteiramente cercadas de redes de tela para evitar a entrada de mosquitos.

"Todo o mal da região, toda a sua insalubridade e o que torna essas paragens verdadeiramente inóspitas, é o paludismo, e só ele é responsável pelas vidas e pelo descrédito crescente que infelicitava esta região. As demais moléstias que reinam no trecho do Madeira, que estudamos, beribéri inclusive, a despeito da gravidade que às vezes manifestam, são parte mínima no cômputo de vidas arrebatadas ou de organismos inutilizados

para o resto da existência," disse Osvaldo Cruz, citado por Marijeso de Alencar Benevides, em seu livro "Os Novos Territórios Federais".

Os trilhos, partindo de Pôrto Velho, alcançaram Guajará-Mirim, a um custo de cerca de 170 contos por quilômetro de construção.

Quanto ao sacrifício em vidas, perdura a lenda de que morreram tantos trabalhadores quanto o número de dormentes. Dados oficiais desmentem essa versão. O total de mortes no período de construção de junho de 1907 a julho de 1911 foi de 1.547. O número de dormentes existente no leito da ferrovia atinge 615.000. Todavia, está registrado que de 1908 a 1911 foram internados no Hospital da Candelária um total de 30.430 doentes. E que anualmente eram importadas 2 toneladas de quinina, único remédio conhecido na época para combater a maleita.

Durante a construção, as notícias alarmantes acerca da adversidade do meio dificultaram o recrutamento de trabalhadores. Foram até importados negros das Antilhas Inglesas.

As lendas relativas à insalubridade da região, ainda correntes no Brasil todo, são ainda o eco daquela épica empreitada e também, naturalmente, da luta dos seringueiros, na batalha da borracha.

Ligando as províncias orientais bolivianas ao Oceano Atlântico, a Madeira-Mamoré tinha uma importante missão econômica por cumprir. Deveria ter-se desenvolvido continuamente, estendendo seus trilhos para o interior da Bolívia. Entretanto, ficou nos primeiros 366 quilômetros e sua conservação deixa muito a desejar. Ainda hoje a viagem de Pôrto Velho a Guajará-Mirim leva dois dias, correndo o trem somente de dia, pernoitando numa estação intermediária. (A litorina pode fazer o mesmo percurso em 12 horas). Normalmente há somente duas viagens de trem

por semana, entre Pôrto Velho e Guajará-Mirim.

Eis como Aluizio Pinheiro Ferreira, ex-governador do Território, explica a decadência da região, e por conseguinte da ferrovia:

"Ao tempo em que a borracha, valorizada, era chamada o ouro negro, a direção geral da Madeira-Mamoré Railway Company investiu grandes capitais na exploração comercial do produto e serviços anexos, criando as companhias filiadas Madeira-Mamoré Trading Comp., que operava em comércio e navegação no oriente boliviano, Julio Muller Rubber State, que agia nos rios que cortam a via férrea, Guaporé Rubber Company, que explorava os seringais do rio que lhe deu o nome, Companhia Fluvial, para serviço de navegação e comércio entre Manaus e Pôrto Velho, a Agência Comercial, que enfeixava o movimento das empresas filiadas e as operações comerciais de Pôrto Velho (plano inclinado, fábrica de gelo, água, etc.). Todas essas companhias tinham a borracha como fonte principal e quase única dos seus avultados negócios.

"Desaparecida a miragem do ouro negro, foi impossível recuperar os grandes adiantamentos de mercadorias a crédito que sempre a imprevidência comercial espalhou perdulariamente na Amazônia e que têm sido a causa de tantas desgraças nas praças de Manaus e Belém.

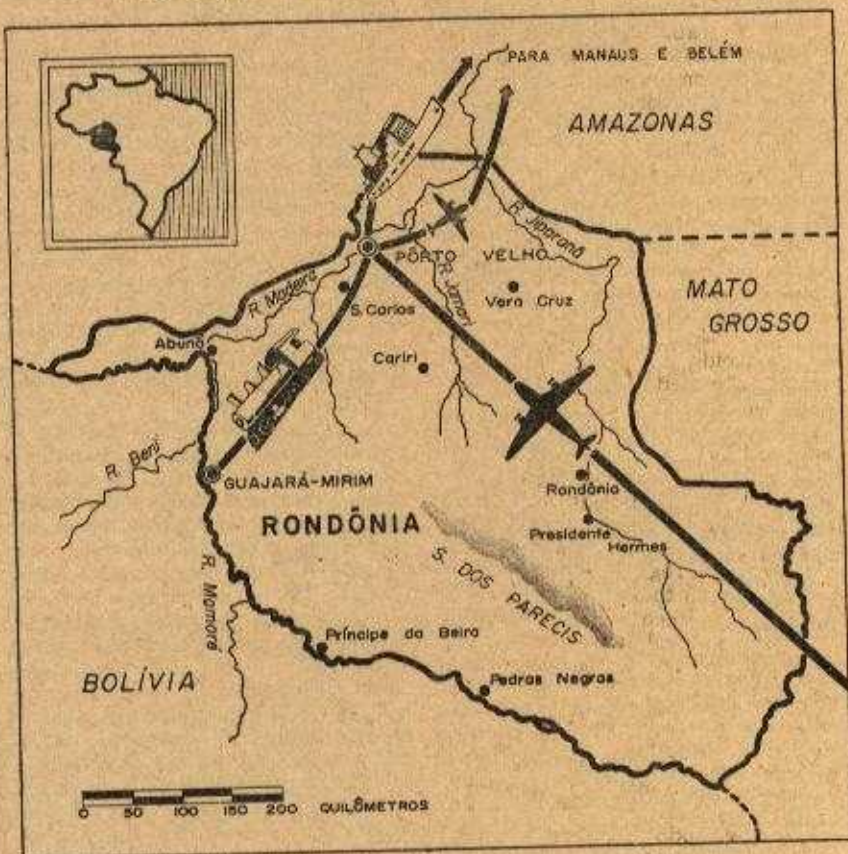
Nunca se cogitou de desenvolver, paralelamente, a lavoura, de proteger a agricultura. Ao contrário, o que se sabe é que a administração da Estrada não incrementava a agricultura (e isto era obrigação contratual) porque os gêneros que subiam para os seringais pagavam frete maior do que se fossem produzidos à margem da linha... Resultado: minguaram os negócios das empresas, que foram pouco a pouco desaparecendo, ficando só a Estrada de Ferro, com a sobrecarga das despesas altas de uma administração luxuosa e

imprevidente. Ficou porque era amarrada pelo contrato de arrendamento."

Entrando em regime deficitário contínuo, a empresa pleiteou e obteve favores do Ministério da Via-

ção, como a incorporação à receita ordinária da Estrada de Ferro da sobretaxa de 10% criada para melhoramentos ferroviários. Novas solicitações foram feitas, mas não foram atendidas pelo Ministério.

Com uma área equivalente a do Estado de São Paulo, Rondônia tem apenas 50 mil habitantes. Hoje produz borracha. Amanhã minérios, talvez, petróleo



VIÇÔ, 10 DE MAIO DE 1957

Em 30 de junho de 1931, a Madeira-Mamoré Railway Company, com flagrante violação do contrato de arrendamento (que estipulava o prazo de 60 anos) abandonava a Estrada de Ferro, que a seguir

passou a ser diretamente controlada pelo Governo Federal.

Houve depois um período de recuperação financeira da Estrada. Mas a administração federal, mais preocupada com outras regiões do

país, tem relegado ao abandono a importante ferrovia. Hoje continua deficitária, com obsoleto trens a transportar a produção local (principalmente borracha) num regime que tem sido francamente antieconômico.

A receita com transporte de mercadorias (50% das quais são representadas pela borracha) atinge cerca de metade da receita total da Estrada. O movimento de passageiros é aproximadamente de 20 mil pessoas por ano e o de animais não passa de 4.000 cabeças. Em conjunto o volume de mercadorias transportadas aproxima-se de... 15.000 toneladas.

A Estrada (bitola de 1 metro) emprega ainda material rodante da segunda década do século. Desempenha, entretanto, papel relevante no desenvolvimento econômico de todo o vale do rio Madeira, abrangendo zonas de Mato Grosso, Bolívia e Acre. As comunicações comerciais dessa região com o litoral eram quase impossibilitadas pelas cachoeiras e corredeiras que obstruíam o curso navegável do Madeira, entre Porto Velho e Guajará-Mirim. A ferrovia veio solucionar o impasse. De outro lado ela estabelece a ligação dos rios navegáveis da Bolívia oriental com o Madeira, facilitando o intercâmbio entre o Brasil e a vizinha república.

O prolongamento da ferrovia para o interior boliviano (que compete ao governo da La Paz executar) e a construção de ramais no Acre, Rondônia e Amazonas seriam passos importantes para o desenvolvimento econômico da vasta região.

O transporte fluvial, pelo menos no tocante ao SNAPP (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará) melhorou ultimamente com a aquisição de quatro navios modernos, de 600 toneladas, de fabricação holandesa. Essas embarcações movidas a óleo abreviaram muito a duração da viagem de Porto Velho a Manaus (três dias) e Belém (9 a

11 dias). A viagem de volta é mais demorada, porque correm em sentido contrário à correnteza do rio. Com boas cabinas de primeira classe, são muito mais confortáveis do que os antigos navios, que levavam pelo menos o dobro do tempo.

Anualmente entram em Rondônia (onde há 6 portos fluviais em utilização) cerca de 290 navios com 20 mil toneladas de carga (tonelagem de registro). São navegáveis os rios Madeira, Jiparaná, Jamari, Lago de Cumã, Mamoré, Guaporé e seus afluentes.

Segundo dados do DNER, em 1954 Rondônia possuía 246 km de estradas de rodagem, assim distribuídas: federais, 185 km, e municipais, 61. Geralmente são de má qualidade, de tráfego difícil. Em Porto Velho, por exemplo, a cidade que dispõe de mais melhoramentos urbanísticos do Território, se usam jipes como táxi, devido ao efeito das chuvas torrenciais da região nas ruas sem calçamento.

A aviação comercial desempenha papel importante neste extremo noroeste do Brasil. Três companhias (Panair, Cruzeiro do Sul e Lóide Aéreo Nacional) operam no território, onde existem três aeroportos: Porto Velho, Guajará-Mirim e Forte do Príncipe da Beira. O número de passageiros embarcados e desembarcados aproxima-se de 7 mil. O volume de carga desembarcada é de 184 toneladas, o de bagagem 64 toneladas e o de correio 6 toneladas. Estes dados referentes ao movimento aéreo são proporcionalmente grandes se considerarmos que o território possui apenas 50.000 habitantes e que a própria capital, Porto Velho, não conta mais de 20 mil almas.

Em matéria de energia elétrica o Território somente tem 4 usinas, geradoras termelétricas, cuja potência alcança apenas cerca de 800 kw. Há grandes esperanças no projeto de construção da usina hidrelétrica na cachoeira de Samuel, a 53 km da capi-

A sua construção (calculada a 30 milhões de cruzeiros) poderá proporcionar maior desenvolvimento industrial da zona, enquanto poucas são no momento as fábricas (63 em 1955).

O valor da produção industrial do Território em 1955 foi de 28 milhões de cruzeiros, sendo 6,5 milhões relativos ao beneficiamento da borracha. A exportação desta para o Sul do país em 1956 foi de 500 toneladas, num valor de cerca de 250 milhões de cruzeiros.

Rondônia ocupa o quarto lugar entre as unidades da Federação na produção de borracha, seguindo-se ao Acre, Pará e Amazonas. Aliás, a borracha ocupa posição de supremacia absoluta, representando em 1956 cerca de 90% da produção embarcada para fora do Território. Rondônia importou no mesmo ano mercadorias no total de 139 milhões de cruzeiros, de maneira que houve um saldo comercial de 141 milhões.

Segundo o Serviço de Geografia e Estatística do Território, chefiado pelo Sr. Cirilo de Arruda, de quem se obteve muitos dos dados estatísticos aqui mencionados, entraram no ano passado 255 pessoas em Porto Velho e saíram 5.618.

Verifica-se crescente afluxo de pessoas de outros Estados para o Território. Segundo o censo de 1950 havia ali apenas 5.702 brasileiros nascidos em Rondônia, sendo 29.136 demais habitantes (29.136) provenientes do Amazonas (12.026), Mato Grosso (6.160), Ceará (2.258), Pará (2.327) e outros Estados (11.067).

Em Rondônia também existe — agravadas as proporções — o problema do congestionamento urbano. Muitos dos que chegam a Porto Velho ali ficam, procurando emprego na Prefeitura, no governo do Território ou na ferrovia.

Elementos que moravam no interior se deslocam para a capital, agravando já problema de habitação que é agravado pelo alto custo de construção. Telhas custam 8 mil

cruzeiros o milheiro e tijolos 3 mil (por isso ainda se constroem casas cobertas de palha na própria cidade).

O salário mínimo é de 2.900 cruzeiros, mas o custo de vida não é nada barato, embora alguns gêneros custem bem menos do que nos centros urbanos do Sul. Ainda de acordo com o SGE, os preços de gêneros subiram de 20 a 50 por cento no período de janeiro a dezembro de 1956, em Porto Velho. Assim o açúcar passou de 12 a 18 cruzeiros o quilo, o mesmo acontecendo com o arroz que, de 12 o quilo subiu para 18. O feijão custa de 40 a 45 cruzeiros o quilo. A carne (que é de gado boliviano) subiu de 25 para 30 cruzeiros, o xarque de 60 para 75 e a manteiga de 100 para 140. Um litro de álcool, que custava 27 cruzeiros, passou a 30; uma garrafa de cerveja custa de 35 a 40 cruzeiros.

Também há diferença de preços entre Porto Velho e Guajará-Mirim, dependendo de ser o produto transportado num ou noutro sentido. Assim o litro de álcool que custa 30 cruzeiros em Porto Velho custa 50 em Guajará-Mirim, a lenha que custa 150 o metro cúbico na capital, não passa de 50 na cidade fronteiriça, e assim por diante.

As rendas municipais do Território atingiram em 1956 o total de Cr\$ 19.879.016 e as federais 14.506.764. A receita orçamentária para o ano corrente está estimada num total de 247.915.350,00.

As colônias agrícolas de Candeias, 13 de Setembro, Presidente Dutra, etc. estabelecidas no Território, estão demonstrando a praticabilidade da policultura. Cereais, verduras e frutas são produzidas em quantidade considerável e de excelente qualidade.

No setor da indústria extrativa, além da borracha, há a coleta de castanha, que dá na floresta. A racionalização dessa indústria, com a plantação de variedades selecionadas, está à espera de homens e capitais.

Também existem riquezas de origem mineral como ouro de alu-

vião, mercúrio, diamante, granito, gipsita, bauxita, cristal de rocha e possivelmente petróleo na planície próxima à faixa andina. Os depósitos diamantíferos do distrito de Rondônia, descobertos em 1951, têm atraído grande número de garimpeiros. Há ainda importantes jazidas nos rios Jiparaná, Jamari e Jaci-Paraná e seus afluentes.

Os modernos recursos médicos e os conhecimentos de higiene estão debelando o flagelo da malária e outras endemias tropicais. Porto Velho, por exemplo, já não tem, praticamente, nenhum caso de malária.

Os imensos recursos ainda por explorar aguardam a chegada de mais levas de homens dispostos a trabalhar para o enriquecimento do Território e do Brasil.

FALA O GOVERNADOR

O General Jaime Araujo dos Santos, governador de Rondônia, declarou que os maiores problemas do Território eram educação, saúde e transporte.

Existem no território 5 estabelecimentos de ensino pré-primário, sendo 2 oficiais e 3 particulares; 70 estabelecimentos de ensino primário, sendo 66 oficiais e 4 particulares. O total de alunos do curso primário matriculados é de 5.134.

O ensino secundário e normal oficial é ministrado num prédio moderno construído na entrada de Porto Velho (para quem desembarca no aeroporto). Nesse prédio, que é bastante espaçoso, funciona o Ginásio Oficial Presidente Vargas (diurno e noturno), Curso Normal Regional Carmela Dutra e o Curso de Formação de Professores Primários (3 anos), num total de 174 alunos. Mantidos por entidades privadas existem o Dom Bosco, (96 alunos), Ginásio Maria Auxiliadora (79) e Curso de Formação de Professores Primários (19).

O governador adiantou que estava no pósto havia apenas cinco meses e por isso pouco tinha podido fazer até o presente. No setor

de saúde conta a colaboração dos médicos federais, cujo quadro, entretanto, está exigindo aumento.

Acentuou a importância e a necessidade da melhoria do sistema de transportes em geral, a começar pelo rodoviário, em seu todo ainda em estado muito precário.

Mostra-se particularmente interessado na instalação da usina hidrelétrica de Samuel. Também deseja instalar reservatório de água com tratamento. No momento, são aproveitados os igarapés, cuja água é bombeada para a cidade.

Observou o General Araujo dos Santos que a descontinuidade administrativa (passaram pelo Território 10 governadores em 14 anos) tem sido muito prejudicial para o progresso de Rondônia. O Território está representado no Congresso por um deputado federal.

Depreende-se das declarações do governador e das informações colhidas pelo repórter que, embora Rondônia apresente seus problemas específicos, os fundamentais são comuns a todo o Brasil: educação, saúde, energia e transporte.

FALA O PREFEITO

Em rápidas declarações, Dorival de Souza França, prefeito de Porto Velho, disse que a cidade enfrenta o problema de urbanização com certa preocupação. A população cresce rapidamente e os recursos são insuficientes. No censo de 1950 Porto Velho tinha pouco mais de 10 mil almas, mas para 1957 está estimada uma população de cerca de 20 mil.

A receita municipal em 1957 foi aumentada de 100% em relação ao ano passado (de 7 milhões de cruzeiros passou para 14,7 milhões). Já se iniciou o calçamento de ruas. As pedras para o calçamento podem ser encontradas em localidades próximas da capital (350 cruzeiros a carrada).

Souza França, que é professor de latim e francês no ginásio oficial, foi nomeado pelo Genera

Jaime de Araujo Santos, pois nos Territórios Federais o cargo é de nomeação do governador.

A Prefeitura conta com apenas 12 funcionários e 132 trabalhadores braçais. Observou Souza

França que, em se tratando de Prefeitura pequena, o próprio prefeito precisa fiscalizar tudo pessoalmente. Por isso percorre as estradas e os igarapês, de jipe ou caiaça, quando não a pé.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRAFICO DA LINGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA

(Do noticiário)

O quadro contendo os índices da distribuição regional da agricultura brasileira no último decênio salienta não só a evolução do "quantum" real produzido, como também o seu comportamento "per capita". Os índices agregativos do "quantum" produzido pela agricultura brasileira, e os seus níveis "per capita" foram elaborados por "Conjuntura Econômica", e tiveram por base 32 principais produtos agrícolas, entre os 48 arrolados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.

As dificuldades estatísticas fizeram com que, até o presente, o estudo da distribuição regional da produção agrícola brasileira fôsse feito levando-se em conta, em vez de uma divisão geo-econômica do país, a sua divisão política, o que sem dúvida determina algumas distorções na compreensão do comportamento da renda rural brasileira. Todavia, sabe-se que novas pesquisas estão sendo feitas por "Conjuntura Econômica", com o fim de distribuir a produção agrícola brasileira segundo critérios mais aproximados da realidade geo-econômica do país. Enquanto isto não fôr feito, os índices já existentes constituem sem dúvida instrumento aferido do desenvolvimento agrícola regional.

COMPORTAMENTO GLOBAL DA PRODUÇÃO

* No último decênio, a produção agrícola brasileira no conjunto

apresentou resultados satisfatórios. Seu crescimento no período foi de 42%, o que significa dizer que cresceu a uma taxa superior ao do crescimento demográfico. Em termos "per capita" nesse decênio o crescimento foi da ordem de 15%. Estas cifras evidenciam que a agricultura brasileira tem se desenvolvido num ritmo suficiente para atender não só à maior demanda externa pelos nossos produtos, e ainda abastecer o mercado nacional de maneira conveniente, isto é, atender às necessidades sempre crescentes dos grandes centros de consumo.

De 1954 para 1955, a produção agrícola brasileira apresentou um extraordinário ritmo de crescimento de 9,2%, e em termo "per capita" de 6,8%. Entretanto, em 1956, relativamente a 1955, a agricultura brasileira regrediu de 0,4% levando o índice por habitante a uma redução de 2,7%. Esse fato deveu-se quase exclusivamente a fenômenos de natureza climática. Cinco produtos apenas, no conjunto da produção de 1956, apresentaram quantitativos inferiores aos de 1955. Estes produtos foram: algodão (— 1,1%), amendoim (— 2,4%), cacau (— 2,1%), cevada (— 8,4%) e café (— 22,1%), conforme ressalta "Conjuntura Econômica" de fevereiro deste ano. Adianta ainda essa publicação da Fundação Getúlio Vargas que estas cinco culturas absorveram em 1956 cerca de 36% do valor total das colheitas, e foram os responsáveis pela

queda do "quantum" da agricultura (notadamente o café), pois os aumentos nos 43 demais produtos arrolados na estatística do Ministério da Agricultura não foram suficientes para compensar aquela perda de alta significação. A acentuada redução da safra cafeeira, foi consequência das geadas no início do segundo semestre de 1955. A quebra da produção de algodão resultou das chuvas abundantes em São Paulo durante a colheita, o que afetou também a qualidade do produto. Os outros três produtos foram sacrificados também por problemas climáticos, especialmente o amendoim e cacau.

É evidente, pois, que foi o setor agrícola de exportação — café, algodão e cacau — o responsável exclusivo pelo declínio do produto rural no ano passado. Senão vejamos: se eliminarmos do cálculo do volume físico da agricultura aqueles cinco produtos que indicaram menores colheitas em 1956, o resto da produção agrícola (43 produtos) apresenta um acréscimo da ordem de 6%. Melhor ainda, para medirmos apenas a influência do café nos níveis do produto agrícola do ano passado, constata-se que, feita a sua exclusão, a taxa de crescimento do conjunto das demais safras atingiu 4,5%, superior "portanto" ao ritmo médio de evolução verificado no último decênio. Destacam-se em 1956 pelos aumentos registrados nas colheitas, em relação a 1955, os seguintes produtos: milho (+ 8,3%), trigo (+10%), batata inglesa (+10,6%), banana (+9,1%), cebola (+ 19,9%), soja (+ 11,5%), mandioca (+ 4,2%), tomate (+ 15,0%), uva (+ 17,3%), cana de açúcar (+ 4,6%), côco da Bahia (+ 3,6%) e arroz (+ 1,2%).

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Conforme mostra "Conjuntura Econômica", quando analisa a produção agrícola brasileira, sob o seu aspecto regional, que esta

em 1956 não foi tão satisfatória como em 1955. Tal exame põe em evidência que apenas na região Norte a agricultura manteve em 1956 o ritmo de crescimento do período de 1955. O acréscimo ali de 4 para 6%. Com excessão da região Sul, acrescenta "Conjuntura Econômica", onde se observou sensível queda da produção em 1956, as demais regiões tiveram aumentado os seus quantitativos, embora em proporção menor que em 1955. Mais uma vez, convém salientar que a redução assinalada na região sul foi consequência da quebra das produções de café e algodão. Na região Nordeste, a taxa de crescimento involuiu de 7 para 6%. Na região Leste, onde os produtos de exportação exercem considerável influência, a taxa de crescimento, que em 1955 foi da ordem de 6%, em 1956 alcançou apenas 1%. Na região Centro-Oeste, onde nos últimos vem se verificando acentuado incremento na produção agrícola, o ritmo de expansão das culturas que em 1955 alcançou 28%, em 1956 foi somente 3%. O declínio da produção da região Sul foi de 4%, em confronto com um acréscimo de 11,5% registrado em 1955.

As observações feitas acima sobre o desenvolvimento regional da produção agrícola merece, sem dúvida, algumas explicações. O incremento mais acentuado que se registrou na região Norte, tem sentido muito relativo, uma vez que esta região detém a apenas 1% das colheitas totais do país. Dessa forma, os aumentos da safra nesta região, embora pequenos, tornam-se de influência muito mais sensível. Por isso, adianta "Conjuntura Econômica", para explicar a expansão da agricultura na região Norte é suficiente lembrar apenas que a cultura da juta em 1956 foi superior em 11,5% à do ano precedente.

No Nordeste, cuja produção agrícola absorve 11% das colheitas totais, as safras de algodão, cana de açúcar, côco da Bahia, mandi-

PRODUÇÃO AGRÍCOLA, "PER CAPITA" E POPULAÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES FISIOGRAFICAS

INDICES : 1948 = 100

DISCRIMINAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956 (*)
Produção agrícola.....	96,2	100,0	100,4	111,9	110,2	117,3	117,9	125,3	136,8	136,5
Norte.....	96,6	100,0	103,2	110,2	118,9	114,0	113,0	137,8	142,9	151,5
Nordeste.....	96,6	100,0	102,3	114,0	85,7	103,6	102,3	124,7	122,9	149,5
Leste.....	99,2	100,0	109,6	112,3	111,6	105,0	116,1	116,4	129,8	24,5
Sul.....	92,5	100,0	103,2	108,8	112,1	125,1	119,2	125,0	138,5	123,5
Centro-Oeste.....	102,2	100,0	114,1	140,8	151,8	151,2	161,6	177,5	233,6	230,0
População.....	97,7	100,0	102,4	104,8	107,3	109,9	112,5	115,4	117,5	120,0
Norte.....	97,9	100,0	102,3	104,7	107,0	100,5	112,0	114,6	117,2	119,5
Nordeste.....	97,7	100,0	102,3	104,7	107,1	109,5	112,2	114,8	117,5	120,0
Leste.....	98,0	100,0	101,9	104,0	105,5	108,2	110,4	112,5	114,6	116,5
Sul.....	97,2	100,0	102,8	105,8	108,9	112,0	115,3	118,5	121,8	125,5
Centro-Oeste.....	96,4	100,0	103,3	107,0	110,7	114,5	118,5	122,5	126,6	130,0
Produção agrícola "per capta".....	98,5	100,0	104,0	106,8	102,7	106,6	104,8	108,6	119,0	112,5
Norte.....	98,7	100,0	106,9	105,3	111,1	104,1	108,8	120,2	121,9	120,0
Nordeste.....	98,9	100,0	100,9	108,9	89,0	94,5	93,7	108,6	113,1	111,5
Leste.....	101,2	100,0	107,6	108,0	105,8	95,0	105,2	103,5	108,0	101,5
Sul.....	95,2	100,0	100,4	102,8	102,9	111,7	103,4	105,6	112,7	101,5
Centro-Oeste.....	106,0	100,0	110,5	137,2	137,1	121,9	136,4	144,9	176,8	171,5

(*) Dados sujeitos a retificação.

Transcrito de "Conjuntura Econômica".

oca, sisal e arroz exercem influência no cômputo regional total. Estes produtos não apresentaram em 1956 uma evolução nos mesmos níveis da de 1955, por isso a quebra no ritmo de crescimento do "quantum" agrícola da região já assinalado.

Cêrca de 25% das safras brasileiras são obtidos na Região Leste. Ai as colheitas em 1956 mantiveram-se praticamente nos mesmos níveis de 1955, registrando-se apenas um acréscimo mínimo de 1%. Isso se explica pelas sensíveis quedas registradas nesta região no tocante às culturas de café, cacau,

milho e cana de açúcar que absorveram consideráveis aumentos assinalados em outras colheitas, principalmente as de arroz, feijão e mandioca.

Como já dissemos, foram as safras de café e algodão as responsáveis pelo recesso verificado na produção agrícola da região Sul. Os motivos da diminuição das duas culturas nessa região foram climáticos, os quais também sacrificaram em demasia as colheitas de cereais e legumes que, embora não tenham diminuído de volume, não cresceram convenientemente como se esperava. A região Sul

absorve 56% da agricultura nacional.

Os mesmos fatos assinalados com referência à região Sul, motivaram também o menor incremento do índice da produção agrícola da região Centro Oeste, relativamente a 1955. É necessário salientar ainda que a corrida dos lavradores em busca de novas terras férteis naquela região se processou em 1956 em escala muito mais reduzida, o que sem dúvida contribuiu também para deter o ritmo de expansão da agricultura naquela área.

Feitas estas considerações sobre o comportamento mais recente de distribuição regional da produção agrícola brasileira, salientamos agora o fato de sua evolução no último decênio. Na região Norte, a agricultura cresceu de 57% no período 1947-56, enquanto a população aumentou somente de 22%. No Nordeste, a produção agrícola evoluiu de 46% e a população de 23%. Na região Leste, o acréscimo das colheitas foi de 26%, e o da população foi de 20%. Na região Sul, as safras agrícolas aumentaram de 44%, enquanto a população cresceu de 28%. Finalmente, destacamos a região Centro-Oeste com um aumento de produção agrícola da ordem de 126% no último decênio e um crescimento demográfico de 34%. Estas cifras evidenciam que em termos "per capita" a produção agrícola brasileira distribuída pelas diversas regiões fisiográficas tem apresentado resultados satisfatórios uma

vez que os quantitativos produzidos têm superado em todas as regiões o crescimento demográfico, notadamente nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste onde se constatarem acréscimos mínimos de uma unidade demográfica para duas de produção agrícola. Ressalta-se a evolução verificada no Centro-Oeste que se traduz numa proporção de um para quatro.



"CADAL"

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALTE DO CHILE PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

R. MÉXICO, 111-12.º AND. - SEDE PRÓPRIA -

42-0881

TELS.: 42-0115 REDE INTERNA

42-0980

*SOLICITEM INFORMAÇÕES E FOLHETOS GRATUITAMENTE

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS BRASILEIROS

Em 1956 o Brasil exportou cerca de 35,4 milhões de dólares de minérios para os Estados Unidos, contra 25,4 milhões em 1955, ou seja um aumento de 40% entre esses dois anos. Tais cifras demonstram que possivelmente se verificou não apenas um maior esforço de vendas por parte do Brasil, mas também um recrutamento na procura desses minérios pelos Estados Unidos e sobretudo de uma valorização dos preços. De acordo com dados fornecidos pelo Escritório Comercial do Brasil em Nova York as importações totais dos Estados Unidos em 1955 e 1956 foram de, respectivamente, 559,4 e 640,8 milhões de dólares.

Desses totais, a participação brasileira foi de apenas 4,5% em 1955, e 5,5% em 1956. Como o aumento total das importações norte-americanas, no ano passado, foi de 14,5, depreende-se que a quota do Brasil aumentou de apenas 1%, enquanto que as dos demais países fornecedores se elevaram de 13,5%. Con-

vém salientar, ainda, que em 1956 o Brasil exportou pela primeira vez para os Estados Unidos, ferro gusa, no valor de 974 mil dólares.

PRINCIPAIS MINÉRIOS

Os principais minérios brasileiros exportados para os Estados Unidos em 1956 foram os de ferro, manganês, tungstênio e mica. Quanto ao minério de ferro, as nossas exportações para aquele país, de 11,2 milhões de dólares em 1955 se elevaram para 15,4 milhões no ano passado. O manganês, também registrou apreciável acréscimo passando de 4,4 milhões de dólares para 7,2 milhões no mesmo período. O valor das nossas exportações de tungstênio, por sua vez, acusou um incremento apreciável, elevando-se de 5,7 milhões em 1955 contra 3.226 mil em 1956.

A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo das principais exportações de minérios brasileiros para os Estados Unidos, nos anos de 1955 e 1956, em dólares.

MINÉRIOS	1955	1956
Cristal de Rocha.....	1.154.300	980.400
Mica.....	2.732.300	3.135.600
Diamantes.....	767.200	386.500
Minério de Ferro.....	11.224.500	15.415.600
Manganês.....	4.365.600	7.249.500
Tungstênio.....	3.226.600	5.721.000
Berilo.....	597.500	808.500
Columbita.....	530.600	241.100
Tantalita.....	502.700	351.200
Zircônia.....	120.100	26.400
Não especificados.....	116.600	10.200

Conforme se depreende do quadro acima, enquanto que aumentaram os valores de nossas vendas para os Estados Unidos, de mica, minério de ferro, manganês, tungstênio e berilo, diminuíram as referentes a cristal de rocha, diamantes, columbita, tantalita, zirconita e outros não especificados.

No que tange ao cristal de rocha, segundo notícias divulgadas pelo nosso Escritório Comercial em Nova York, as importações norte-americanas desse minério estão atualmente em perigo de cessarem por completo. A aquisição de cristal de rocha, pelo Governo dos Estados Unidos, de acordo com o programa de estocagem de materiais estratégicos, é efetuada por intermédio de cinco firmas de Nova York, cujos contratos terminaram em 30 de junho último. Segundo se afirma nos meios comerciais norte-americanos, os estoques em poder das autoridades daquele país são atualmente mais que suficientes para cobrir as possíveis emergências, não sen-

do portanto, provável tenham sido renovados, ou mesmo prorrogados, tais contratos. Isso não obstante, os atuais importadores confiam na possibilidade de ser encontrada uma fórmula conciliatória, mediante negociações entre as autoridades brasileiras e norte-americanas.

As importações totais de mica, pelos Estados Unidos, se elevaram a 11,2 milhões de dólares em 1955 e 11,7 milhões em 1956, sendo de se salientar que o Brasil, com 2,7 milhões em 1955 e 3,1 milhões em 1956, e a Índia (6,7 e 6,8, respectivamente) constituem os principais fornecedores.

Entre 1955 e 1956, os Estados Unidos aumentaram suas compras de minérios de ferro em aproximadamente 41%, tendo passado de 177,3 milhões de dólares para 250,3 milhões. Conforme se poderá verificar pelo quadro abaixo, o aumento da quota brasileira foi proporcionalmente muito menor que o das quotas canadenses, venezuelanas, chilenas, e peruanas.

PAISES	1955	1956
	(US\$)	(US\$)
Canadá.....	79.925.400	117.722.600
Venezuela.....	45.731.600	61.840.000
Peru.....	13.630.000	16.224.200
Brasil.....	11.224.500	15.415.500
Chile.....	5.557.300	10.814.200

As importações totais de manganês, pelos Estados Unidos, não sofreram alteração substancial. Contra os 66,8 milhões de dólares importados em 1955, entraram naquele país, de todas as procedências, em 1956, 65,4 milhões, dos quais, 4,3 e 7,2 milhões de dólares, respectivamente, constituíram a participação brasileira.

No que se refere ao berilo, as compras norte-americanas desse minério de procedência brasileira,

que vinham baixando nos últimos anos, registraram leve aumento. Dessa forma, as nossas exportações de 598 mil dólares em 1955 se elevaram para 868 mil em 1956. Da mesma forma elevaram-se nossas vendas de tungstênio, enquanto que declinaram as de columbita, tantalita, zirconita e diamantes. Quanto a este último, das importações totais norte-americanas de 217,5 (em 1955) e 234,7 (1956) milhões de dólares, a posição do

il foi de apenas 767 mil dólares em 1955 e 388 mil no ano passado, sendo de se salientar que quanto o Brasil exporta, principalmente, diamantes industriais, principal valor das importações latino-americanas corresponde a gemas.

VOLUME DAS EXPORTAÇÕES

Comparando-se, sob o ponto de vista das quantidades exportadas, as cifras registradas nos dois últimos anos, com o valor das exportações brasileiras de minérios no

mesmo período, verifica-se que em alguns casos as nossas remessas para aquele país diminuíram em volume mas aumentaram em valor. Com exceção do cristal de rocha, isto significa que o aumento do valor de nossas exportações de alguns desses minérios resultou fundamentalmente de elevação dos seus preços e não do maior volume das nossas vendas para aquele país.

No quadro abaixo, apresentamos as quantidades das principais exportações de minérios nacionais, registradas nos dois últimos anos, para os Estados Unidos.

MINÉRIOS	1955	1956
	(Tons)	(Tons)
Minério de Ferro.....	1.010.190,0	1.223.000,0
Manganês.....	125.454,0	215.03,9
Castêlho.....	1.117,6	1.751,6
Cristal de Rocha.....	406,9	517,7
Diamantes.....	35,5	15,9
Chumbo.....	592,0	945,4
Carvão.....	1.577,4	2.379,1
Alumina.....	105,9	72,9
Níquel.....	100,8	63,6
Cronita.....	1.407,8	200,6
Outros especificados.....	1.350,3	124,3

De acordo com notícias divulgadas pelo nosso Escritório Comercial em Nova York, a comparação entre as percentagens de aumento ou diminuição das quantidades exportadas e dos valores respectivos constitui aspecto dos mais interessantes relativos às nossas vendas de minérios para os Estados Unidos. Assim, tal comparação permitirá demonstrar que a maior parte do aumento de 10 milhões

de dólares no valor de nossas exportações, neste setor, resultou mais de uma valorização no preço desses minérios de que do maior esforço de venda dos produtores brasileiros. Enquanto que outros países aproveitaram a alta dos preços para aumentarem simultaneamente os volumes das suas exportações para os Estados Unidos, tal não ocorreu com o Brasil.

MINÉRIOS	Quantidade (Diferença)	Valor (Diferença)
Crisol de Rocha.....	+ 40 %	- 17,5 %
Mica.....	+ 10,5 %	+ 15 %
Diamantes.....	- 55 %	- 50 %
Ferro.....	+ 20 %	+ 36 %
Manganês.....	+ 72 %	+ 86 %
Tungstênio.....	+ 58 %	+ 79 %
Berilo.....	+ 50 %	+ 45 %
Columbita.....	- 32 %	- 52 %
Tantalita.....	- 38 %	- 42 %
Zircônia.....	- 79 %	- 71 %
Não especificados.....	- 91 %	- 91 %

Conforme se depreende do quadro acima, sem o aumento dos preços dos minérios de ferro e manganês (1955 em relação a 1956), e sem o incremento registrado no volume das exportações de manganês e tungstênio, a diferença para mais registrada no valor dos minérios, cuja exportação aumentou em volume, teria sido prati-

camente compensada pela queda no volume dos demais.

Finalmente, convém salientar que, no tocante às exportações de minério de manganês, este ano o Brasil talvez consiga exportar quantidades cinco vezes superiores às de 1956, tendo em vista o escoamento da grande produção que se verifica no Território do Amapá.

RECURSOS MINERAIS DA BAHIA

(Do noticiário)

A Bahia, juntamente com Minas Gerais, constitui a Região nacional mais rica em recursos minerais. São por demais conhecidas as possibilidades mineralógicas daquele Estado e em rápidos comentários não se poderia examinar todas as ocorrências ali registradas. Conforme é do conhecimento geral, além do petróleo que por sua importância reúne as preferências dos estudiosos no assunto, a Bahia possui ricas jazidas de manganês, amianto, cristal de rocha, etc. Entretanto, faremos a seguir uma apreciação apenas no que tange aos recursos de minérios de ferro e de cromo. Quanto ao primeiro, a Bahia é o Estado, depois de Minas Gerais, que possui as maiores reservas do Brasil e, no que tange ao último, as jazidas espalhadas em seu território são das mais ricas do país.

MINÉRIOS DE FERRO

Os principais depósitos de minério de ferro, do Estado da Bahia, estão localizados, segundo os técnicos em mineralogia, no médio São Francisco e na bacia do rio das Contas, tanto uns como outros constituídos da série de Minas, isto é, algonquiano inferior. Em Brejões, concentrações de hematita foram localizadas, como também, em Jequiú, depósitos de magnetita numa extensão de cerca de um quilômetro, apresentando um teor de 88,81% de ferro. Ocorrência semelhante encontrou-se no município de Jequiú, na fazenda Palmeiras, onde magnetitas em rochas ferruginosas

estendem-se por longas faixas estreitas.

As condições gerais dessa jazida, entretanto, não são das mais favoráveis à existência de depósitos de importância e acredita-se que dificilmente se poderá determinar, ali, reservas de vulto de minério com 65% de ferro, extraiável a céu aberto. Na fazenda Palmeiras haveria no máximo alguns milhões de toneladas, desse minério com teor de 50% de ferro. Todavia, em toda a região de Jequiú, levantamentos efetuados em 1931, segundo o Eng. Jacques de Moraes, revelaram a presença de mais de cem milhões de toneladas de minério de magnetita. Esse minério, entretanto, requer exame minucioso do local de seus caracteres sob todos os aspectos, por técnicos de comprovada competência, pois as ocorrências mineralógicas do sudeste da Bahia não chegam a constituir, economicamente, matéria-prima para gusa, no estado atual de nosso mercado. É possível, todavia, que em futuro venha a ser aproveitada em pequenas usinas. Estes minérios, de acordo com os técnicos que fizeram o seu levantamento, seriam considerados de boa qualidade, se localizados na Europa, face à sua composição química e seu teor férreo. No Brasil, porém, não têm condições para exportação, nem para a siderurgia clássica no estado atual dos mercados.

Dessa forma, poderia ser encarado como digno de estudos para o nosso país, o processo Krupp Renn, de tratamento do minério em fornos rotativos de calcinação, em mistura íntima com um redu-

tor (carvões comuns), para obtenção de "lupas de ferro" por fusão incipiente em fenômeno semelhante à clinquerização. Os minérios de Jequié, em face à sua situação geográfica, talvez possam ser aproveitados por esse processo, em instalações de âmbito estadual, com raio de ação relativamente limitado.

Por outro lado as jazidas de Pedras do Ernesto e Tapera poderão fornecer, provavelmente, três milhões de toneladas de minérios, com 50 a 60% de teor de ferro. Na bacia do Rio das Contas, no município de Poções, jazidas de magnetita foram encontradas em importantes depósitos ao longo da serra das Águas, constantes de itabiritos e hematitas, com elevado teor de ferro. Aham-se, também, no alto Itapicuru, pequenas ocorrências de magnetita. Entretanto, os depósitos mais compactos do Estado estão situados na zona do médio São Francisco, entre Remanso e Rio Branco. Estendem-se os depósitos de minério de ferro pelos municípios que margeiam o rio, destacando-se os que se avistam no local chamado Serrote do Velho defronte à cidade de Remanso, com espessas camadas de itabirito. No município de Caitité, todas as jazidas ferríferas são concentrações de hematita e itabiritos. Alforamentos destes aparecem ainda nos municípios de Monte Alto, Umburana e Riacho de Santana.

As jazidas situadas no município de Sento Sé ficam entre duas e cinco léguas de Aldeia, na margem direita do rio São Francisco. No morro do Tombador há, sem dúvida, possibilidades de extração do minério, porém a exploração é difícil, o desmonte custoso e a proporção do minério aproveitável insignificante. Dessa forma, a ocorrência não teria valor econômico. Uma análise do minério revelou a percentagem de 55,6% de ferro. Considerando apenas a hematita e o itabirito rico, como minério de ferro, as reservas da Serra do Tombador

foram avaliadas em 40 milhões de toneladas.

No morro do Limoeiro, tal como no Tombador, há insignificantes intercalações de óxidos de ferro e por isso a ocorrência também não apresenta valor econômico. Todavia, no morro da Gameleira, no pico mais alto, aflora uma lente de hematita muito pura, com 100 metros de comprimento mais ou menos e, segundo o Eng. Capper de Souza, uma avaliação aproximada da quantidade de minério daria 300 mil toneladas inferidas, podendo-se considerar um quarto à vista. Assim, segundo salientam os técnicos no assunto, apesar dos fatores desfavoráveis, seria possível utilizar-se o minério numa indústria local em uma usina de tamanho mínimo, aproveitando, por exemplo, 25 toneladas de gusa por dia, com fabricação de aço e de ferramentas ou laminados, num ponto entre Sento Sé e Juazeiro. Seria, portanto, aconselhável o estudo da redutibilidade do minério, isto é, hematita pouco limonitizada, em pequenos altos fornos de Minas Gerais ou nos altos fornos elétricos da Suécia. Em resumo, as reservas de minério de ferro de Sento Sé representam um problema siderúrgico local para uma época ainda remota.

Embora o levantamento dessas reservas ferríferas não possa ser comparado com o das de Minas Gerais, algumas delas são suscetíveis de aproveitamento num futuro próximo, para o abastecimento de pequenas usinas siderúrgicas que se instalem na região.

MINÉRIOS DE CROMO

A região cromífera da Bahia é constituída por três jazidas de cromita: as minas das Pedras Pretas, em Santa Luzia; as minas de Cascabulhos em Campo Formoso; e as de Boa Vista, em Saúde. Esses minérios de cromo são constituídos por cristais de cromita de dimensões variáveis, numa

massa de silicatos de alumínio e magnésio, hidratos, etc.

As condições de lavra da jazida de Santa Luzia, bem como das demais regiões, são bastantes favoráveis, em virtude da consistência das rochas, cuja mineração pode ser efetuada com o uso moderado de aterro. A rica constituição desse minério favorece o seu beneficiamento e os ensaios realizados apresentaram concentrações apreciáveis.

A capacidade das jazidas de Boa Vista foi computada em 200 mil toneladas. As minas de Cascabulhos estão situadas num flanco da serra de Santo Antônio e o minério foi descoberto em 1907, tendo suas amostras figurado com destaque na Exposição Nacional de 1908. Os depósitos de cromita e garnierita, dessa região, distribuem-se numa faixa de mais de dois quilômetros de comprimento por quase um quilômetro de largura. A capacidade visível desse minério em Cascabulhos é de cerca de meio milhão de toneladas. Todavia, essas reservas poderão alcançar a cifra de 4 milhões de toneladas, uma vez que se espera um prolongamento de sua profundidade de até 100 metros. Dessa forma, não há dúvida que as mi-

nas de Cascabulhos encerram uma das maiores reservas de minério de cromo de todo o globo. As condições para a lavra são, também, favoráveis, em virtude da consistência do minério e da escassez de água. Embora a extração se afigure, de um modo geral, econômica, o transporte é difícil. Seria, ainda, recomendável o beneficiamento "in loco", segundo os técnicos que procederam ao levantamento dessas áreas, a fim de que os trabalhos se reduzissem a uma fragmentação apenas e a uma concentração em mesas oscilantes, para classificação da ferrocromita.

Outros depósitos de menor tonelagem poderiam ser separados, notadamente as ocorrências, de qualidade muito baixa, registradas em Cansa Cavallo, Brejo Grande, Limoeiro e Angelim.

Quatro soluções poderiam ser encontradas para os minérios daquela região, ou sejam: exportação, fabricação de ligas no país por processos eletro-térmicos, indústria química dos cromatos e indústria de refratários. No caso do emprêgo do minério na indústria metalúrgica, há a necessidade de uma moagem relativamente fina, a fim de processar-se um enriquecimento maior.

INAUGURADO NO IPASE O "MUSEU SANTA ROSA"

Lançado um Prêmio de Pintura de Cr\$ 50.000,00 — Entregues os Prêmios Literários de 1957 — Palavras do Sr. Paiva Muniz, na solenidade a que compareceram funcionários, escritores, pintores, escultores e amigos do grande pintor brasileiro

Realizou-se no Gabinete do Presidente do IPASE, com a presença de escritores, pintores, funcionários públicos e amigos de Santa Rosa, a inauguração do "Museu Santa Rosa", em comemoração ao primeiro aniversário da morte do grande pintor brasileiro falecido o ano passado.

A CERIMÔNIA

O Sr. Paiva Muniz, Presidente do IPASE, assinou ato transformando o atelier de Santa Rosa, constituído de duas salas de propriedade do IPASE, no Museu que agora tem o seu nome. Na ocasião fez pequeno discurso, dizendo da razão por que o IPASE homenageava Santa Rosa, a quem o país tantas iniciativas deve no setor artístico.

Agradeceu ainda o Sr. Paiva Muniz à família de Santa Rosa, que cedeu ao IPASE os três mil volumes, bem como os quadros e desenhos de Santa Rosa, que constituirão o acervo do Museu. "O Governo brasileiro tributou ao grande pintor falecido — frisou — inúmeras homenagens quando da sua morte em Nova Deli. Não fazemos mais do que seguir a feliz iniciativa do Governo, cultuando a memória de quem tanto significou em vida e muito representa mesmo depois de morto para as artes plásticas brasileiras contemporâneas".

Fazendo um histórico dos fatos que culminaram com as solenidades, falou o escritor Saldanha Coelho, que passou a palavra ao pintor e escritor Luiz Jardim. Em seu improviso, o autor de "Mária Perigosa" lembrou Santa Rosa, enaltecendo-lhe as qualidades de homem e artista, ao mesmo tempo que se congratulou com a Administração do IPASE pela iniciativa. A seguir falou o Sr. Paiva Muniz, ressaltando a importância da homenagem e dizendo à família de Santa Rosa, ali presente, da satisfação com que o IPASE cultua a memória do grande pintor brasileiro, cujo primeiro aniversário de morte se comemorou ontem.

Entre os presentes, anotamos, entre outros, Portinari, Mario Barata, Murilo Miranda, Odonias Filho, Simeão Leal, Fernando Tud de Souza, João Condé, Eliseo Condé, Yellen Kerr, Alfredo de Belmont Pessoa, Orval, Milton Pedrosa, Barbosa Melo, Willy Lewin, Celso Cunha, Cláudio Tavares Barbosa, Roberto Assunção, José Mari Monteiro, Jayme Adour da Câmara, Yone de Sá Motta, Geraldo de Freitas, Fernando P., Dulce de Oliveira, Vicente Sales, Geir Campos Heli Menegale, Mauritonio Meira, além de representantes das revistas literárias "Jornal de Letras", "Leitura" e "Para Todos".

PRÊMIO DE Cr\$ 50.000,00

Na ocasião, o Sr. Paiva Muniz assinou outro ato, criando o Prêmio "Santa Rosa", para pintura, de Cr\$ 50.000,00, a ser concedido em 1958 a um funcionário público pintor. A regulamentação do prêmio será divulgada oportunamente pelo Serviço de Publicidade do IPASE.

PRÊMIOS LITERÁRIOS

O Presidente do IPASE aproveitou também a oportunidade para fazer entrega dos prêmios literários de conto e poesia de 1957, que fizeram jus funcionários públicos residentes em diversos Estados brasileiros. Com o prêmio de conto ("João Alphonsus"), foram laureados os funcionários Oscar Silva (1º prêmio, de Cr\$ 15.000,00), Fernando Jorge Uchôa, Beatriz de Mendonça Martins, Agnelo Corrêa Viana, José Ferreira da Silva Júnior, Diva de Lemos Picanço Barbosa e Paulo Caldeira Brant (Menções Honrosas). Com o prêmio de poesia ("Cruz e Souza"), foram laureados Pierre Santos e Edinéia Margarida Maria Rosa (1º prêmio de Cr\$ 15.000,00), Vicente Sales Yone de Sá Motta, Alice Nery Domingos e Edmundo Lins (Menções Honrosas).

COLABORAÇÃO DE "LEITURA"

Colaborando com o IPASE, na divulgação e estímulo dos trabalhos premiados, a revista "Leitura", dirigida por Barbosa Melo, publicará em suas páginas os trabalhos dos autores laureados.

COMISSÃO JULGADORA

Foram os seguintes escritores que julgaram os concursos literários de 1957: Antonio Callado, Brito Broca e Saldanha Coelho ("Prêmio João Alphonsus"); Valdemar Cavalcanti, Antonio Olinto e Reynaldo Jardim ("Prêmio Cruz e Souza").



WASHINGTON LUIZ E A ERA RODOVIÁRIA NO BRASIL

Nota da Revista: Com o passamento de tão illustre homem público julgou a Revista de elementar justiça não deixar de abordar o aspecto de governo a que deu maior expressão. A simples leitura justifica sua transcrição.

("O Estado de S. Paulo" — 11-VIII-1937)

Não nos é possível precisar quando e onde começou o vivíssimo interesse — verdadeiro programa de vida — de Washington Luiz pelas estradas de rodagem. Nem talvez ele mesmo poderia determinar, exatamente, o local e a época nos quais o seu especial apreço pelos caminhos terrestres sem trilhos, tanto e de tal modo o empolgou que o destinaram a ser o guia, e ao mesmo tempo o executor de uma fase verdadeiramente nova na viação do Brasil. Bem podemos supor, entretanto, que o período de 1892 a 1904, durante o qual viveu e trabalhou e produziu em Barra Mansa e Batatais, pondo-o em contato direto e imediato com as deficiências dos nossos transportes interiores, despertaram, intensificando-a, a tendência latente que o levou à formulação do lema de que "governar é abrir estradas". E quando veio para a Capital paulista, nos primeiros anos deste século, não lhe escaparam, com certeza, as possibilidades do automobilismo nascente. Já em 1906 firma-

ra com Antonio Prado Júnior, o maior "volante" da época, as relações de uma amizade que durou 50 anos e que, levando-os a muitas e várias, mas sempre difíceis excursões pelos arredores da Paulicéia, lhes demonstravam como e quanto precisávamos de estradas de rodagem que, adequadas ao veículo motorizado, fôsem "boas para todos os dias do ano e para todas as horas do dia". E assim tanto um como outro estavam preparados, e dispostos, para apressar e orientar o advento da Era Rodoviária no Brasil.

Quando em 1933, a ditadura, tendo aparentemente vencido a revolução constitucionalista de São Paulo, sentiu-se bastante firme para estender todos os seus tentáculos sobre um dos mais valiosos patrimônios do País, que é a sua História, baixou um decreto, considerando uma sumária restauração da rodovia Rio-Petrópolis, "inaugurada" em 13 de Maio de 1926, como início da Era Rodoviária no âmbito brasileiro. Antes, muito an-

tes dessa data, porém, já figuras e fatos e atos e coisas tinham ocorrido, em impressionante convergência, para incontestavelmente conferir a São Paulo o especial destaque de centro máximo da viação rodoviária brasileira e a Washington Luiz o excepcional título de principal inspirador e realizador desse movimento. Em 1903, quando, provavelmente, apenas existiam no País umas poucas centenas de automóveis, de carga e, principalmente, de passageiros, o reide automobilístico Rio de Janeiro-São Paulo, feito pelo esportista francês conde Lesdain, determinou, quase a seguir, a realização da primeira viagem de automóvel entre São Paulo e Santos, a fundação do Automóvel Clube de São Paulo e a disputa da primeira corrida de automóveis da América do Sul, no "Circuito de Itapetcerica", antes dela freqüentemente percorrido por Antonio Prado Júnior e Washington Luiz e, na sua maior parte, restaurado por influência direta d'este.

Nessas realizações, porém, a iniciativa particular adiantava-se excessivamente ao pensamento e à ação do governo, também excedendo as restritas possibilidades gerais de local e de momento. De uma parte o automóvel não viera encontrar em São Paulo, e muito menos no resto do País, os caminhos suficientemente bons que desde o seu aparecimento havia achado na Europa. E ele mesmo, como veículo de total importação, ainda estava na infância, do ponto de vista do rendimento prático. Quase todos o julgavam, e com razão, uma viatura cara, difícil, incerta e até perigosa. Não nos surpreendamos, pois, de que nos anos imediatamente seguintes a 1900 tenha havido esmorecimento, em flagrante contraste com o entusiástico toque de alvorada rodoviária e automobilística, facto bem explicável, ainda, por perdurar na mente de governantes e governados a "mística ferroviária", ferrenha inimiga do desenvolvimento da rodoviação.

Entretanto... o primeiro passo para resolver um problema é tomar conhecimento d'ele. Deste mo-

do, a boa semente, lançada por Washington Luiz, se não germinara desde logo, fôra, contudo, posta em ambiência favorável, na qual êle não cessava seus propósitos estimuladores. Como deputado estadual apresenta, em 1912, um projeto (que foi a Lei n. 1.406, de 26 de dezembro de 1913), determinando que "os sentenciados trabalharão na abertura, construção e conservação de estradas públicas de rodagem". Já então o automóvel acelerava sua evolução de viatura de esporte, que a princípio apenas fôra, para veículo de transporte, que podia e precisava ser. Não era mais possível afastá-lo do cenário dos nossos transportes terrestres.

Como 1908, foi 1913 um ano especialmente fecundo, no tangente ao automobilismo e à rodoviação. Nêle o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva publica, em livro, o seu merecidamente famoso "Plano de Viação" para São Paulo, no qual atribui às estradas de rodagem existência e importância autônomas, pois elas, como as vias fluviais, devem ser consideradas distintas e independentes, embora possíveis colaboradoras das estradas de ferro. Nêle é começada a restauração do histórico "Caminho do Mar", entre São Paulo e Santos, percorrido em 1909 por Washington Luiz, que com Antonio Prado Júnior fez há 44 anos, a primeira viagem de automóvel de São Paulo a Curitiba, num trajeto de cerca de 700 quilômetros, percorridos em 12 dias!

* * *

A partir de 1913, mesmo a despeito da 1ª Guerra Mundial, ou talvez por causa dela, encurtam-se as etapas que, sob a constante influência de Washington Luiz, determinam a implantação definitiva da rodovia moderna em São Paulo. Em 1915, assumindo a Prefeitura da capital paulista, êle nela estabelece — primeiro ato dessa espécie em todo o Brasil — uma secção técnica de estradas de rodagem, fazendo construir, até 1919, quase toda a rede estradal do município, num volume de, aproximadamente, 500 quilômetros. Em 1916 começa

er aplicado, em benefício dos cabos sem trilhos de aço, o trabalho dos sentenciados, com a abertura do trecho inicial da São Paulo-Campinas, para o qual o grande asilheiro já sugeria, em 1920, o nome de "Via Anhanguera". Em 1917 em 1919 reúnem-se os I e II Congressos Paulistas de Estradas de Rodagem, grandes e férteis sistematizações da opinião pública no sentido caminheiro e dos quais nasceu a eficientíssima Associação Paulista de Boas Estradas. A guerra de 1914-18 havia, por um lado, demonstrado que a ferrovia não podia — em mesmo devia — chegar a toda parte. E, de outro lado, tinha a conflagração acelerado a evolução técnica do automóvel, tornando-o materialmente capaz de segura e facilmente atingir os mais longínquos recantos da hinterlândia paulista, desde que lhe proporcionassem rodovias e não estradas apenas carroçáveis. Em 1919 contavam-se, no território paulista, 3.316 automóveis de passageiros e somente 133 de carga, mas na sua grande parte concentrados na capital, por falta de linhas de desafogo para o interior.

Em todo o processo evolutivo de que vimos tratando, 1921 é, verdadeiramente, um ano máximo. Tanto pode ser considerado um ponto de chegada, termo da fase de tentativas e experimentações da iniciativa particular, às quais as administrações públicas eram mais ou menos indiferentes, quando não hostis, como um ponto de partida, assinalando rumos e ritmos rodoviários inteiramente novos. Foi, parodiando Churchill, o "fim do começo". É que, na presidência de São Paulo, não mais aceitava Washington Luiz as incertezas e as imperfeições contra as quais vinha lutando desde 1908. Já em 1920, estando ele na chefia do Estado, o lento regime do braço sentenciado fôra substituído pelo braço livre, com trabalho muito mais produtivo. Nesse ano gastou o governo paulista nada menos de 1.015 contos de réis com a abertura de novas estradas, quando no decênio

imediatamente anterior — de 1910 a 1919 — suas despesas viatórias haviam sido praticamente iguais: 1.018 contos para o total de 10 anos!

Voltemos, porém, a 1921. Em abril desse ano o governo de São Paulo baixa o ato, primeiro não só no Estado, mas em todo o País, dando instruções especiais, sob orientação moderna — quase diríamos "motorizada" — para a conservação, reconstrução, comodidade e segurança das estradas de rodagem. Em maio seguinte inaugura-se a São Paulo-Campinas, a primeira "rodovia" realmente digna desse nome, pois antes dela nenhuma outra artéria havia sido projetada e construída, em território brasileiro, especialmente adequada ao trânsito de veículos automotores. E em dezembro, também do mesmo ano (1921), fica criada a Inspetoria de Estradas de Rodagem, primeira iniciativa brasileira no gênero, formulando, então, o plano rodoviário paulista, por sua vez com a prioridade de constituir a afirmação viatória de um governo estadual, precedendo a própria administração federal, no declarado propósito de proporcionar à viatura automobilizada uma rede de estradas a ela especialmente destinada. E projetando-se pela área territorial inteira de uma grande unidade da Federação brasileira.

São Paulo contava, em 1921, o total de 6.588 automóveis de passageiros e 329 autocaminhões, indicando a extravasão da capital para a hinterlândia. As despesas do governo com a construção de novas rodovias chegavam, então, a 1.817 contos de réis. Já no ano seguinte (1922) subiam a 8.831 contos, para em 1924, termo do quadriênio Washington Luiz, alcançar o total de 13.968. Washington Luiz deixava em São Paulo 1.236 quilômetros de rodovias estaduais, todas novas e construídas por plano sistemático. E, muito mais do que isso, deixava implantada, não só no Estado como no país, a mentalidade estradal da administração e da opinião pública, sem a qual não

poderia prosseguir, nem mesmo se manter, a Era Rodoviária no Brasil.

Já é tempo, porém, que fale diretamente o grande amigo das rodovias, nos seguintes trechos da mensagem que em julho de 1923 apresentou ao Congresso Legislativo:

Hoje, a maior dificuldade administrativa está em atender aos reclamos, justos e legítimos, que surgem de todos os municípios, para as novas construções de estradas de rodagem, visto que o programa rodoviário tem sido realizado dentro dos recursos ordinários, que não oferecem margem a tais empreendimentos.

"Nenhum empréstimo foi feito para tal fim, de nenhum recurso extraordinário lançou mão o governo para a construção das estradas de rodagem.

"Alguma coisa já se tem realizado a respeito de estradas de rodagem, mas bem pouco é, em comparação ao que São Paulo precisa e em relação ao que, por consequência, tem de ser feito. O que aí está é apenas modesto esboço do que há de ser em São Paulo.

"As maiores despesas já estão feitas e são, em geral, como se sabe, o aparelhamento para o serviço com compressores, escarificadores, britadores, carroças e automóveis de transporte etc. No mesmo caso particular, as despesas com as cinco saídas de São Paulo são as mais vultosas, por causa da conformação dos terrenos, em regra extraordinariamente acidentados. Ultrapassado esse largo círculo montanhoso e com grandes rios, as estradas vão se desenvolver em planos levemente ondulados, de modo que em muitos quilômetros os trabalhos serão de simples raspagens. A despesa por quilômetro vai baixar de muito, permitindo apresentar um custo médio bem menor".

Da sua mensagem, a última, apresentada em 1924 ao Con-

gresso Legislativo, cabe ainda extrair:

"A campanha rodoviária está completamente vencedora. Já não há quem censure a construção de estradas de rodagem.

"O serviço está definitivamente organizado, com aplausos gerais, e com real utilidade, nas nossas leis, nos nossos regulamentos, nos nossos costumes.

Grças a um estudo do engenheiro Carlos Quirino Simões, conhecemos as despesas rodoviárias do Estado de São Paulo, ano por ano, de 1904 a 1939, inclusive. A simples relação dos gastos estaduais com a conservação das estradas paulistas e a construção de novas, é a mais persuasiva prova, na fria eloquência dos números, de que desde 1920, com o começo da presidência Washington Luiz, se iniciou em São Paulo, e por extensão no Brasil, a Era Rodoviária. E nos mostra, ainda, êsse rol de despesas administrativas, como depois de 1930 a ditadura Vargas, cortando as verbas de conservação, não soube — ou não quis — preservar o patrimônio novo que Washington Luiz proporcionou à terra paulista.

Todos sabem, perfeitamente, que o pensamento e a ação rodoviários de Washington Luiz não cessaram em 1924, quando deixou o governo do Estado de São Paulo. Prolongaram-se direta e imediatamente, até 1930, pelo menos. E ainda hoje prossegue, mesmo dificultada, devido às atividades dos continuadores, que soube reunir e preparar. Nossos limites de espaço não permitem, porém, aqui e agora, relatar, sumariamente embora, o que fez pelas artérias de rodagem, quando, de 1926 a 1930, na presidência do País, tendo passado da área de um Estado apenas, conquanto grande e então próspero, foi no âmbito nacional pôr em prática o lema de que "O Brasil precisa de estradas do tamanho da sua geografia".

"ROMMEL, SOLDADO E ESCRITOR"

Por LIDDELL H/ AT

Trad. do Cel P. E. F. DA SILVA

O impacto da espada de Rommel sobre o mundo aumentou de muito com a força de sua pena. Em toda a história nenhum comandante jamais escreveu suas campanhas com a clareza e fidelidade de Rommel, agora dado à publicidade, depois de terem sido seus documentos retirados de vários esconderijos, onde eram guardados.

Nenhum outro comandante militar possibilitou um quadro tão real e objetivo sobre as operações e seu método de comandar. Nenhum conseguiu até então convencer pelo dinamismo da descrição da "Blitzkrieg" e do emprego em massa dos carros de combate. O sentimento exato do movimento rápido e das decisões oportunas nos é dado de modo eletrizante em várias passagens das suas narrativas — Rommel leva consigo o leitor em seu carro de comando, sempre nas primeiras linhas.

Os grandes comandantes têm sido geralmente pobres escritores. Além de falhos na descrição dos acontecimentos, demonstram sempre certa confusão em apresentar as idéias. No que respeita ao que eles fizeram, pouco ou quase nada esclareceram de como e porque. Napoleão é uma exceção, mas o valor de seus relatos é empanado por uma incomum inescrupulosidade em tratar dos fatos e por uma intenção manifesta em falsificar os fatores postos em jogo. Assim como Cesar, suas narrativas têm algo do colorido da propaganda.

Os relatos de Rommel são objetivos e sobretudo apresentados graficamente. Na verdade, ao redigi-los

não desprezou jamais sua posição na história. Mas, enquanto mostra o desejo natural de justificar-se ao apontar os acontecimentos, subordina-os completamente às lições que essas campanhas poderão oferecer. Sua evidência é impar quando no campo da crítica. Pode-se realmente apontar alguns erros, mas em número bem inferior aos que se encontram nas narrativas oficiais, feitas no após-guerra. Há mesmo algumas interpretações combatíveis, mas não do ponto de vista distorcido, por questões nacionais ou de cunho pessoal.

A clareza e o alto grau de segurança que caracterizam as narrativas de Rommel, ainda mais se destacam em face das impressões muito confusas que nos causam as batalhas sempre muito movimentadas de tanques, especialmente no deserto. A clareza que apontamos define bem o traço fundamental do sistema de comando desse general. Seu hábito de estar permanente e à frente de suas tropas e destarte acompanhar vivamente os acontecimentos, de preferência nos pontos críticos, é um reflexo.

Muito também deve ele ao costume de treinar-se frequentemente na observação, hábito levado ao mais alto grau, permitindo-lhe apreciar rapidamente uma cena e dela concluir imediatamente o que decidir. Sua paixão pelas fotografias, à medida que avançava, era um sintoma daquela característica — como foi de Lawrence, no teatro da Arábia, na Primeira Grande Guerra.

Há muitas semelhanças entre esses dois mestres da guerra no de-

serto, muito embora seus temperamentos se diferenciassem bastante, além de suas filosofias. Eram ambos idênticos no que toca ao senso do tempo e espaço, ao instinto da surpresa, da oportunidade de ação, da combinação de flexibilidade com a habilidade e das suas idéias de liderança. Outro laço que os unia, era o da aplicação da mobilidade na guerra do deserto. Lawrence, que se popularizou nos raids com os camelos, situou-se entre os primeiros que perceberam o poder da mobilidade, transformando o panorama da luta naquelas paragens. Demonstrava ele assim, em miniatura, é óbvio, e com poucos elementos móveis, essa verdade. Rommel explorou tais características em larga escala e deve ter deleitado Lawrence, perfeito conhecedor que este era da arte militar e dotado de certo espírito revolucionário.

Além do mais, Rommel sempre teve muita pressa em passar para o papel aquilo que havia feito no terreno. Isto se tornou evidente algum tempo depois que se tornara famoso como chefe militar, pela sua extraordinária visão da tática da infantaria, inspirada em suas experiências como jovem oficial na Primeira Guerra Mundial e suas reflexões a respeito. Muitos textos publicados existiam, mas, verdadeiramente, sem expressão. Rommel deu-lhes vida. As operações extremamente móveis na guerra seguinte e o papel preponderante que nelas desempenhou, deram-lhe um maior relêvo, de que tirou vantagens reais. Rommel nasceu escritor além de combatente. Isto pode ser apreciado nos seus esquemas de campanha, traçados a lápis ou a gis, ao planejar as operações em campanha, ou quando as imaginava. Através de suas atividades na Segunda Grande Guerra, alimentou sempre o projeto de escrever um livro e para isso tomava suas notas diariamente, as quais desenvolvia a medida que o tempo e a luta consentiam.

Morto, por ordem de Hitler, não pôde completar sua obra, porém o que havia esboçado deu para se compor um livro que não encontra

competidor no seu gênero. Pode faltar-lhe polidez, mas seu poder literário é enorme. Afora clareza descritiva nos oferece intensidade dramática, enquanto que o seu valor é aumentado pelos comentários que acompanham e iluminam as narrativas. A seção desse livro ("Documentos de Rommel"), denominada "Regras da Guerra no deserto" representa uma obra-prima do pensamento militar, ao passo que as narrativas todas encerram reflexões sadias, muitas vezes de senso perfeitamente compreensível sobre a concentração no tempo, mais do que no espaço; sobre os efeitos da velocidade se sobrepondo ao número; quanto à flexibilidade como um meio de surpreender; sobre a segurança garantida pela audácia; sobre a exdrúxula convicção do pensamento logístico predominante; quanto à criação de novos processos e à não sujeição rígida às normas existentes; sobre o valor da resposta indireta ao inimigo ao invés das reações diretas, sempre esperadas; quanto ao dogma de que a inferioridade numérica exige uma mudança radical no campo das operações terrestres; quanto, afinal, ao abuso das represálias e da brutalidade.

Até que se desse à luz os documentos de Rommel era ele apreciado mais como um grande tático do que um estrategista. Não se podia vislumbrar o seu senso neste outro campo de arte militar. É uma verdadeira surpresa perceber-se que sua audácia era calculada. Em certos casos, seus movimentos podem ser criticados como feitos ao azar, mas jamais como tendo sido executados às cegas, com a cabeça quente de um jogador inespiciente. Ao analisarmos suas operações poderemos ver que algumas delas frouxeram-lhe riscos sérios, mas ocasionaram também graves preocupações aos seus oponentes. Mesmo assim, elas, embora falhas, sempre lhe permitiram escapar.

Um dos aspectos pelo qual um comandante pode ser julgado é a extensão da impressão causada ao seu adversário. Nestes termos, Rom-

mel eleva-se bastante. Durante os vários séculos de guerra, somente Napoleão teve igual repercussão sobre os Ingleses, além do mais não o foi puramente no campo estritamente militar, como ocorreu a Rommel.

Rommel tornou-se mais do que um mito para os britânicos. Devido ao seu dinamismo invulgar, desenvolveu-se em torno de seu nome uma verdadeira admiração como homem. Inspirava-se ela sobretudo na velocidade e surpresa de suas campanhas a par do alto conceito de decência em que se inspirou no trato para com os vencidos, sobejamente demonstrado na campanha da África. Tornou-se mesmo um herói para as tropas do Oitavo Exército que combatiam contra ele — a tal ponto que tornara-se hábito dizer que fazer as coisas bem era fazê-lo à moda Rommel.

Tal admiração pela sua personalidade refletia-se no moral dos soldados inimigos. Destarte, os britânicos (os chefes e os estados-maiores) se viram na contingência de tudo fazerem no sentido de eliminar a "lenda de Romell". E constitui um verdadeiro tributo à sua linha de conduta que essa contra-propaganda não se tivesse dirigido para obscurecer seu caráter nem diminuir sua honra, mas tão somente para reduzir seu valor militar. A este respeito suas últimas derrotas foram um recurso nas mãos de seus antagonistas — seria difícil a estes se valerem de outro meio dadas as diferenças em efetivos e materiais de que Rommel se ressentia. A comparação entre o seu valor e o de seus adversários, a história se incumbirá de fazer, pois ela se encarrega geralmente de aparár os julgamentos superficiais que se seguem às vitórias. Aníbal, Napoleão e Lee sofreram derrotas, mas se sobrepuseram a seus vencedores nos degraus da história.

Para um julgamento certo deve-se levar em conta as condições e recursos relativos, além de outros fatores que fogem ao controle do comando. Somente aí poderemos estimar com exatidão a qualidade

de seus valores como chefes. O traço característico dos sucessos de Rommel reside em que foram sempre obtidos com inferioridade de meios e sem o domínio dos ares. Nenhum outro general, de qualquer dos lados contendores, na Segunda Grande Guerra, obteve vitórias em tais circunstâncias, exceto no caso de Wavell, mas que combatia os italianos...

As vitórias de Rommel não foram sem riscos e de fato algumas reviravoltas sofreu. Mas quando combatia forças superiores e alguma ação pudesse resultar em derrota, soube sempre tirar partido de outros fatores. Sua audácia e rapidez de movimentos, além de pronta decisão, muito o auxiliaram em compensação, bem empregando o que dizia Napoleão "o maior general é aquele que comete menos erros".

Esta asserção, entretanto, ressalta como passiva em face da natureza atual da guerra. Seria talvez mais profundo dizer então: "o maior general é aquele que leva o inimigo a cometer o maior número de erros". Neste ponto Rommel surge com mais brilho ainda.

A melhor linha de comparação entre chefes famosos, de épocas diferentes, encontra-se na sua arte, que pode ser distinguida pela evolução da técnica. Pode-se mesmo fazer um estudo comparativo do emprego que eles fazem dos meios à sua disposição para conseguirem os efeitos desejados — particularmente da mobilidade, flexibilidade e surpresa a fim de compensar o desequilíbrio em presença. E mesmo possível, uma vez conhecidas suas concepções, transformar esta comparação numa questão de números.

No nosso caso, acima de tudo, eis em que reside o valor das narrativas de Rommel — ainda mais porque elas não foram revistas à luz de um conhecimento do após guerra e seus documentos frequentemente nos dão a evidência de como resolvia seus problemas. É na concepção, mais do que no ato, que o indivíduo revela o sentido de seu

pensamento e a direção que vai tomar.

Os "Documentos de Rommel" desde logo desmancham o véu de controvérsias que tem surgido em vários campos. As narrativas desse general foram escritas muito antes de surgirem tais controvérsias fora da Alemanha; suas cartas à esposa tem ainda mais imediatismo. E de se notar o grau de franqueza que elas traduzem, tendo-se em conta a possibilidade que havia de serem abertas antes de chegarem a destino. Daí quem as lê pode ter uma impressão clara do pensamento de Rommel. Na verdade, o quadro varia de acôrdo com as predisposições do leitor mas pouco se poderá divergir de sua personalidade, em suas diversas facetas.

Rommel era muito humano — a par de sua extraordinária energia e gênio militar. Estes traços são bem revelados em suas narrativas e cartas. Como muitos dos líderes da espécie humana, estava ele ainda em estado de imaturidade. Na explicação de seus sucessos, sua atitude tinha algo de infantilidade que cativava, mas que era perigosamente antifilosófico e sua exteriorização apresentava certos aspectos que garantem o êxito na liderança. Na última parte da guerra, suas cartas sugerem seu pensamento quanto ao que julgava da luta, um grande jogo — ao qual, a serviço de seu país, devotara-se inteiramente. Para dispor de maior poder, um comandante qualquer deve assim se sentir — e os mais acreditados deles o sentiram. Rommel possuía uma especial capacidade de reflexão, mas esta qualidade não o acompanhou até os últimos meses de vida.

Como muitos outros soldados de valor, Rommel nem sempre achou facilidade em aceitar pontos de vista contrários aos seus, especialmente entre os que combatiam de seu lado. Isto se evidencia claramente em suas críticas para com Halder e Kesserling em particular, até certo modo injustas. Devemos recordar que Rommel era um homem doente no último estágio da cam-

panha africana, condição que naturalmente tendeu para aumentar esta peculiaridade de seu temperamento. Havia um pouco de malícia no que ele dizia — as suas explosões de temperamento eram superficiais — manifestava-se sempre disposto a reparar uma injustiça quando a ira passasse. Pode-se ver por exemplo o alto tributo que pagou a Kesserling no final de suas reflexões. Além do mais, seus comentários sobre o adversário — franceses, ingleses ou americanos — mostra-nos uma notável liberdade de pensamento ao reconhecer suas qualidades.

A atitude de Rommel para com o Fuehrer e sua extremada lealdade para com ele, são estranhas somente para os que não compreendem o hábito adquirido por um profissional treinado desde cedo, sobretudo na Alemanha, e incapaz de ter outro ponto de vista sobre as coisas. Os documentos, entretanto, demonstram claramente dois fatores que a uma só vez definem essa lealdade. É fácil perceber como Rommel, pelo seu dinamismo, tornava-se responsável à ação de Hitler e como o mal-estar que lhe causava qualquer intermediário entre ambos mais lhe fazia aproximar do Fuehrer. Isto prosseguiu enquanto os reflexos de Rommel eram puramente militares. A enorme independência de autoridade que lhe foi confiada no norte da África, os grandes problemas com que teve de lidar e a grande impressão que lhe causou a enorme superioridade material dos aliados, fizeram com que aqueles reflexos extravasassem o campo estritamente militar e pavimentassem assim o caminho para uma mudança radical de atitudes ao regressar à Europa e estreitar mais o contacto com Hitler. Deve ter havido certa loucura de parte de Rommel ao recordar em seus documentos este processo de evolução em sua personalidade — de fato, algumas de suas cartas mostram bem isto — mas há vários indícios desta mudança nas páginas de suas narrativas. Seu filho e alguns mais íntimos, suplementaram tais indicações,

com esclarecimentos evidentes de sua nova atitude, e sua resolução de acabar com Hitler mesmo à custa de sua vida.

O maior valor de seus documentos repousa, sem dúvida, na luz abundante que traz quanto à liderança militar de que era possuído. Tal evidência confirma o conceito que lhe atribuem os ingleses, que o combatiam, e mostra como este conceito bem equivalia à contra propaganda movida para empanar o brilho que lhe era peculiar. A "lenda de Rommel" oferece fundamentos mais sólidos que outras. Salvo da prisão e da morte em inúmeros casos, na batalha, dependeu ele menos da sorte do que outros heróis. Agora que seus documentos trazem luzes para a história, vê-se que tais fatos se deviam mais à sua argúcia do que à sorte. Dá-lhe então o traço marcante de seu gênio militar. Não se trata aqui de focalizar uma biografia de Rommel — que já foi vivida no livro de Demonds Young, que complementa o atual. Mas não seria demais acentuar certos aspectos de sua liderança e discuti-los em relação à sua experiência de guerra.

Em muitos aspectos, o gênio é associado à originalidade. De outro lado, tem ela sido rara entre os que são apontados como tal. Muitos deles obtiveram sucessos utilizando instrumentos convencionais de modo excelente e somente alguns pensaram em métodos novos. Isto é estranho pois a história nos mostra que a sorte de nações tem sido decidida repetidamente pela mudança de armas e de táticas, especialmente estas últimas.

Mas tais desenvolvimentos têm se produzido geralmente por algum estudante de guerra com idéias novas e por sua influência progressiva sobre os soldados da época ao invés da ação dos altos comandos. Na história das guerras, as grandes idéias têm sido menos numerosas que os grandes generais, mas têm surtido efeitos acentuados. A distinção entre ambos é que há duas formas de gênio militar — o de concepção e o de execução.

No caso de Rommel ambas se combinaram. Enquanto que a teoria da Blitzkrieg — o novo estilo super desenvolvido de guerra de blindados — fora concebida na Inglaterra, muito antes que se cristalizasse ali, vemos a rapidez com que Rommel a compreende e a desenvolve mostrando seu enorme poder de concepção. Tornou-se ele, depois de Guderian, o expoente líder da nova idéia. Isto ainda mais se destaca pois não tinha ele, depois de Guderian, o expoente líder da nova idéia. Isto ainda mais se destaca pois não tinha ele experiência de carros de combate antes que lhe fosse dado o comando da 7ª Divisão Panzer em fevereiro de 1940 e em menos de três meses estudou a teoria de seu emprego e tornou-se seguro do problema antes que entrasse em ação. Sua brilhante atuação com as unidades mecanizadas e que produziu o colapso da França, levou-o à concepção de uma nova forma de emprego desses engenhos no norte da África, com a vantagem do comando independente, jamais dado à Guderian na Europa, para felicidade dos aliados. Além disso, Rommel demonstrou na África uma sublime aplicação da nova teoria, brindando a defensiva com a ofensiva, arrastando os tanques adversos para armadilhas, antes que lhes desse os golpes magistrais definitivos.

É significativo que Rommel tivesse ganho notoriedade como pensador e escritor militar. Mais notável ainda é o fato de que a chance de demonstrar seu poder como comandante tenha decorrido de seus escritos. Daí o seu livro "Tática de Infantaria" que atraiu a atenção de Hitler e que lhe abriu o caminho à fama.

Rommel estava fadado à fama também pelo seu gênio executivo. A extensão deste conceito pode ser avaliada à luz das qualidades que os grandes capitães da história mostraram possuir — embora o grau de cada uma tenha variado em cada caso.

Antigamente, quando os exércitos eram de pequeno porte e com-

batiam com armas de alcance reduzido, e quando o campo de batalha, ao invés do teatro de guerra, era a arena do general, a qualidade mais exigida do chefe era o golpe de vista um termo bem expressivo que conciliava observação acurada e intuição. Todos os grandes capitães possuíam em grande escala tal faculdade de apreender instantaneamente tudo o que se passava à sua frente e dentro da situação. Rommel apresentou mais claramente esta qualidade, que tomou maior importância na África em face da mobilidade da guerra blindada e a escala reduzida de forças naquele teatro.

Nos tempos modernos, à medida que o alcance das armas aumentou e os exércitos se tornaram maiores, também aumentou a necessidade de um "golpe de vista" mais caracterizado. O poder de penetração, que Wellington bem definiu como indo até o "outro lado da colina" — por detrás das linhas inimigas e no próprio pensamento dele. Agora, mais do que no passado, o líder precisa ter uma compreensão profunda da psicologia em geral e em particular do comandante que se lhe opõe. O grau a que Rommel levava este aspecto nos é mostrado em seus documentos e em suas campanhas.

Tal consenso psicológico é a base de outro, ainda mais positivo, elemento do gênio militar — o poder de surpreender, de fazer quebrar o equilíbrio existente. Para uma existência real, como mostra a história, esse sentimento deve ser reforçado pela acuidade em considerar o tempo e pela faculdade de desenvolver em alto grau a mobilidade. Velocidade e surpresa são qualidades gêmeas. Surgem sobretudo na ofensiva e são qualidades de um verdadeiro líder. Seu desenvolvimento, como do senso da informação, depende da faculdade que melhor se pode definir — imaginação criadora.

No poder de criar as condições de mobilidade e oportunidade, é difícil encontrar-se um similar de Rommel, exceção feita de Guderian, o primeiro mestre em Blitzkrieg.

Mais tarde, na última grande guerra, Patton e Manteuffel demonstraram iguais qualidades, mas compará-los com o nosso general, aqui biografado, torna-se difícil devido ao objetivo mais limitado que tinham em vista. Da mesma forma ocorre se quisermos voltar um pouco ao passado, quando os instrumentos de luta eram tão diversos — embora nós saibamos que Seydlitz, Napoleão e Bedford Forrest foram hábeis na obtenção da mobilidade e muito embora se possa encontrar um dinamismo similar nos grandes líderes mongóis, como Khan e Sultai. O segredo de suas combinações jamais foi tão bem descrito como agora se vê através dos documentos de Rommel.

Ao apreciar as possibilidades do inimigo, um comandante precisa julgar primeiro as suas. Precisa possuir aquela qualidade que Voltaire descrevia como a chave mestra do sucesso de Marlborough — "aquela calma corajosa em meio ao tumulto, aquela serenidade face ao perigo, que os ingleses denominam de sangue frio". Para tal é necessário acrescentar a qualidade de que falam os franceses, em uma frase muito significativa — "senso da praticabilidade". O senso do que é possível e do que não o é — tática e administrativamente. A combinação de ambas as qualidades pode ser consubstanciada na expressão — cálculo frio. As areias da história estão repletas dos destroços de planos muito bem concebidos que não respeitaram essas condições.

Neste particular surgem mais nitidas as qualidades de Rommel. A par de uma coragem invulgar, possuía ele o que se pode chamar de temperamento artístico. Passava, além disso, rapidamente da exaltação à depressão — e isto suas cartas o demonstram. Foi frequentemente criticado pelos círculos de estado-maior alemão, mesmo o seu, por que não levava muito em conta os problemas logísticos e considerava mais ainda as questões estratégicas do que as administrativas. Em grande número de casos,

suas operações fizeram por terra tais críticas. De outro lado, seus documentos nos mostram que os riscos por ele corridos haviam sido sempre previamente calculados. Sempre pediu mais do que podiam os seus auxiliares da logística e ultrapassou a todos no caminho de uma nova estratégia. Muito embora as linhas desta última as vezes tivessem falhado, é de salientar como pôde se sobrepôr às dificuldades administrativas, conseguindo resultados que, de outra forma não teria sido possível atingir.

Finalmente, e acima de tôdas as qualidades que bem definem um grande comandante, surge seu po-

der de liderança. Isto é, o dinamismo em seu carro de comando e sua intervenção em toda parte. E através dessas manifestações de liderança que as tropas são inspiradas a executarem coisas mais do que o possível, sobrepondo-se às vantagens oferecidas pelo inimigo.

Não pode haver dúvida quanto a esta qualificação de Rommel, de um "Grande Capitão". Vivia exasperando os oficiais de estado-maior; suas tropas combatentes, porém, adoravam-no e obtinham resultados surpreendentes; e o que Rommel delas conseguia estava sempre fora de qualquer base racional de cálculo.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

COMPREENSÃO HUMANA, CONDIÇÃO BÁSICA DA LIDERANÇA

Coronel JAMES E. MRAZEK

O Cel. de infantaria James E. Mrazek foi comandante de um batalhão de pianadores durante a 2ª guerra mundial. Em 1949-50 serviu no estado-maior do Adido Militar dos Estados Unidos em Praga e, depois, no estado-maior do Departamento do Exército. É formado pela Academia Militar dos Estados Unidos, pela Escola de Comando e Estado-Maior, Fort Leavenworth, e pela Universidade de Georgetown, onde conquistou o grau de "Master of Arts" em Relações Internacionais. Serve agora na Escola de Comando e Estado-Maior, como chefe da Seção Aliada.

NOTA do Tradutor — O presente artigo constitui uma exaltação ao 3º dos Princípios de Chefia, que é assim enunciado pelo nosso C 22-10: "Conhecer seus homens e interessar-se pelo seu bem-estar. É, realmente, um princípio muito prestigiado pelo exército norte-americano, que por isto mesmo deu grande desenvolvimento à 1ª seção de seu Estado-Maior, interessando-a particularmente nos problemas do moral e bem-estar. Certas qualidades de chefia entre as que constam nos §§ 11 e 12 do citado regulamento, são aqui particularmente enaltecidas, tais como a modestia, o bom humor, a simpatia e o desprendimento.

Tradução do Ten-Cel ADOLPHO J. DE PAULA COUTO
(Do "ARMY", Novembro 1954)

Uma palavra ou gesto de bondade ou estímulo, que nascem da compreensão humana, podem conduzir os homens ao heroísmo.

A compreensão humana, diz o Gen. Maxwell D. Taylor, Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, é uma das três virtudes que caracterizam um verdadeiro líder militar.

Apesar de sua importância na liderança, poucos conhecem esta genuína qualidade de caráter e seus elementos componentes, e um menor número, ainda, realmente a domina e usa. É uma qualidade que mais facilmente se vê ou sente, do que se descreve ou aplica. Entretanto, na próxima

guerra, seu conhecimento e uso serão essenciais.

A natureza da guerra muda rapidamente. A ameaça da destruição nuclear amplia o campo de batalha; para diminuir a eficiência do ataque atômico inimigo, unidades de combate auto-suficientes terão de defender áreas maiores do que as atuais; as distâncias entre as unidades combatentes serão aumentadas; as organizações militares terão alta mobilidade e flexibilidade, de modo que as forças possam ser rapidamente deslocadas, para evitar os efeitos das armas inimigas ou para explorar os efeitos de nossas próprias armas.

O campo de batalha, amorfo e confuso, fervilhará com unidades amigas e inimigas, misturadas e aferradas no combate. As comunicações poderão talvez preencher o vazio que se estabelecerá entre os comandos superiores e os subordinados, porém mais provavelmente estes últimos se sentirão isolados. A imaginação será exigida para obter o máximo dos recursos humanos e materiais disponíveis. Os comandantes esforçar-se-ão por usar todos os possíveis recursos de liderança para manter a coesão, a eficiência combativa e o elan.

A compreensão humana, um dos recursos que estão à disposição imediata dos comandantes, desempenhará um papel muito importante e, por este motivo, deve ser plenamente compreendida e cultivada.

O que se deve entender por compreensão humana? Tem ela um significado único para o oficial do Exército; e este significado é duplo: em primeiro lugar, significa conhecer a alma dos homens, as coisas que eles amam, suas esperanças, seus temores e, também, suas fraquezas. Significa, porém, ainda mais; não deve ser considerada como algo passivo, como um conjunto de fatos conhecidos a serem meramente catalogados. Deve, ao contrário, ser ativa, e usada como um instrumento psicológico, por meio do qual o líder pode criar um estado de espírito que conduza os homens à ação heróica, na hora decisiva.

De preferência a tentar descrever o que seja a compreensão humana em termos técnicos de psicologia, alguns incidentes reais, tomados ao acaso da lição de duas guerras, servirão para ilustrar melhor suas qualidades fundamentais.

Um deles é um inspirador exemplo, dado pelo Gen. Clarence R. Huebner, quando um avanço de sua 1ª Divisão de Infantaria, então em sua sexta campanha, ficou imobilizado em um mar de lama e desespero.

O "front" na Alemanha tremia com o furor da batalha. A divisão estava tendo as suas dificuldades, avançando polegada por polegada através elevações cobertas de densos bosques, com chuva fria e lama, contra um inimigo tenaz e hábilmente disfarçado, apoiado por poderosa artilharia. Dois mil homens, a nata da divisão, tinham sido perdidos em poucos dias. O ataque da manhã, que nunca chegara a tomar impulso, estava detido, as fileiras rarefeitas e exaustas.

O Gen. Huebner vinha acompanhando o combate com um sentimento misto de determinação e ansiedade. Tentara todos os recursos, mas nada dera resultado. O escalão superior fazia-lhe sentir que o resultado da guerra dependia de seu ataque. Não havia outra alternativa se não atacar e ser bem sucedido. Resolveu então o General ir aos "fox-holes" da linha de frente e ver a situação com seus próprios olhos.

Abrindo seu caminho através uma área submetida a pesado fogo, atingiu os remanescentes de dois batalhões detidos próximos a uma linha de crista, que conduzia ao objetivo da divisão. Examinando a elevação cheia de inimigos, ele percebeu que se tratava do terreno chave que teria de ser tomado, para que o ataque fosse bem sucedido.

Olhou atentamente à distância por alguns minutos, aparentemente desapercebido ou indiferente ao pesado fogo que caía por todos os lados. Falando a diversos homens que estavam cavando o terreno, sua voz dificilmente audível acima do ruído do fogo que crepitava, apontou na direção do flanco esquerdo, dizendo:

"Estão vendo aqueles homens lá?"

Os homens olharam atentamente, piscando os olhos cansados; não viram ninguém:

"Não senhor", responderam.

Volveu o general:

"Olhem de novo; há milhares de homens lá!"

Desta vez os soldados deixaram cair a ferramenta de sapa para esticar o pescoço. Embaraçados, eles olharam novamente. Não vendo nada, um deles murmurou: "O comandante está fora de juízo!"

Com os olhos marejados de lágrimas de emoção, o general continuou: "Há milhares de homens lá; são os fantasmas da 1ª Divisão das duas guerras mundiais; estão nos contemplando, ansiosos para que sejamos dignos de sua fama. Eles caíram em Soissons e Cantigny, Oran e Passo de Kassérina, Sicília e praia de Omaha; eles são parte de nós. Temos de tomar aquela elevação! Nós devemos isto a eles!"

Suas palavras espalharam-se rapidamente; os espíritos se reanimaram; a tropa adquiriu vida nova. Os batalhões detidos atacaram mais uma vez e avançaram irresistivelmente sobre a linha de crista e o objetivo. A divisão inteira avançou avassaladoramente.

* * *

Entretanto, não pertenceu à 1ª Divisão o monopólio desta espécie de liderança. Há ainda outra história, ocorrida no Pacífico, e que é contada por um jovem capitão, membro da 38ª Divisão. Ele gosta de contá-la à sua maneira:

"Os japoneses partiram para o assalto, emergindo de seus campos de kunai. Suas balas atingiram-me no peito, mas não em região vital. Felizmente o meu bom amigo filipino Oscar e capitão Brown, comandante da companhia H, responderam aos tiros com vantagem.

Durante os momentos de consciência nos dias que se seguiram, os meus pensamentos vagaram, detendo-se ora em casa, ora nos companheiros, ora no fato de que eu não precisava mais dormir no chão. A medida que me ia tornando razoavelmente seguro de que não me transformaria em mais

uma estatística de guerra, a situação ia se tornando dia a dia mais rósea. Os lençóis limpos, colchões macios, médicos amistosos e boa comida, acabaram por me convencer de que eu já tinha tido bastante da guerra. E esta foi a segunda vez que os japoneses quase me liquidaram.

Foi então que eu recebi uma nota de minha divisão. Escrito no verso de uma ordem geral, lia-se: "A divisão vai indo muito bem e todos estão caçando japoneses por tudo o que eles merecem. Sentimos muito ao saber de seu ferimento. Fique bom depressa, pois nós precisamos de você aqui de volta. Chase, Gen-Div."

Apenas uma nota, dizendo pouco mais do que nada. Entretanto para mim, ela significou mais do que uma carta de dez páginas vinda de casa, pois, se havia um homem ocupado naquele momento, este era o Gen. William C. Chase, que estava passando grandes dificuldades, com suas forças dispersas face aos japoneses.

Comecei a pensar na bondade, solicitude e humildade desse homem, que lhe faziam ocupar seu tempo em escrever a um modesto capitão, provavelmente perdido de qualquer modo para a sua divisão; e recobrei o meu senso de valores.

Três semanas mais tarde eu estava de volta à minha antiga unidade, ausente do hospital sem licença, é verdade, mas 800 milhas longe dele e de meus sonhos de descanso despreocupado."

* * *

A compreensão humana muitas vezes se manifesta através da preocupação que um comandante mostra pelo bem-estar de seus comandados. Um simples gesto, uma demonstração de humildade a despeito das grandes diferenças de hierarquia, farão muito mais no sentido de grangear admiração e respeito pelo chefe, do que a disciplina rígida, as demonstrações exteriores de respeito e todos os outros adornos que são parte de nos-

so exército, visando assegurar a autoridade do chefe. Não quero dizer que devamos nos despreocupar deste último aspecto, mas sim que devemos aprender quão generosamente a compreensão humana recompensará o comandante que lhe saiba dar o devido valor e aplicá-la.

E aqui temos outro exemplo, dado por um soldado não menos eminente do que o Gen. Matthew B. Ridgway.

Em uma visita de inspeção às unidades da linha de frente na Coreia, o Gen. Ridgway notou que um soldado, conduzindo uma carga de munição, vinha penosamente pela mesma pista, na direção oposta. Fazia frio e o chão estava lamacento; o soldado tinha os braços carregados de munição. E o Gen. Ridgway saiu da pista, pisando na lama que lhe cobria os coturnos, para ceder passagem ao soldado. Quando este passava, o general notou que um dos cordões de seus coturnos estava desamarrado; e então ele próprio amarrou-os, dizendo: "Seria fácil para qualquer um, principalmente com os braços ocupados, tropeçar nestes cordões soltos e ferir-se."

Foi sem dúvida, um gesto pleno de conteúdo humano, sincero e desinteressado. O Gen. Ridgway não perdeu sua dignidade, muito ao contrário, cresceu no respeito e admiração daqueles que o viram praticar este simples ato de prestimosidade.

• • •

Fatos como o que vem de ser citado não são raros; e podemos citar outro semelhante, ocorrido também na 2ª grande guerra.

Era u'a madrugada, no rigoroso inverno de 1944-45. A luta pela posse da ponte tinha sido árdua. Um pelotão de engenharia trabalhava na lama e na neve, reparando a estrada que conduzia à ponte. Todos estavam fatigados e cobertos de lama gelada; o trabalho era lento e tedioso.

Foi quando apareceu um jipe e dele saltou um homem corpulento e de presença impressionante, que se aproximou. O sargento que dirigia o trabalho saiu da lama, escorregando, e dirigiu-se apressadamente na sua direção, saudando-o. O homem respondeu a saudação e examinou o sargento e seus homens com olhar incisivo. Perguntou então: "Onde estão suas galochas?"

"Dei-as a um de meus homens, senhor."

"Onde está ele?"

"Foi evacuado esta noite", respondeu o sargento.

A esta altura, todo o pelotão parara de trabalhar, preocupado com o que poderia acontecer ao seu sargento. Todos esperavam pelo pior. Foi quando o corpulento homem abaixou-se, e então suas insígnias luziram através da neblina. Era o comandante do Exército que, neste instante, descalçava desajeitadamente suas galochas e as entregava ao sargento. E seus olhos brilharam quando lhe disse:

"Aqui estão. Você precisa mais disto do que eu."

Dito isto, o Cmt do Exército voltou ao seu jipe e partiu. Nenhum homem do pelotão jamais esqueceu este episódio.

A compreensão humana pode também se revelar através da manifestação do senso de humor. Este foi o caso do Gen. John W. Leonard, que era então comandante de uma divisão, e que parecia sempre surgir no lugar exato e na ocasião oportuna.

Nesta tarde, quando tiros de artilharia e morteiros calam em volta, e tiros de armas portáteis crepitavam em ritmo mais acentuado que o normal, o general caminhava, de pé e erecto, demonstrando completa despreocupação. O comandante da unidade da linha de frente que estava sendo visitada, ao contrário, já tendo passado mais do que três dias sob quase constante bombardeio,

estava em dificuldade para manter a mesma atitude airosa. De repente, uma granada arrebentou nas proximidades, os fragmentos zuniram e o comandante da companhia, numa reação automática, lançou-se ao chão. Poucos segundos depois, olhou para cima e, muito desconcertado, viu seu general ainda calmamente de pé. O general sorriu ao ver a expressão de desapontamento estampada em sua face, e disse:

"Não se preocupe, filho; eu apenas tenho de fazer isto cerca de vinte minutos de cada vez; além disto, os seus homens haviam de pensar que você era um completo idiota se não se tivesse atirado ao chão. Há sempre um lugar certo e uma ocasião oportuna para demonstrar a verdadeira coragem."

* * *

O Gen. Joseph P. Cleland usava um processo que provou particular eficiência. Escrevia pessoalmente uma carta amistosa e tranquilizadora à esposa de cada um de seus oficiais de estado-maior e comandantes subordinados e também às esposas de tantas praças quantas o tempo lhe permitia, dizendo a cada uma que seu marido ia bem e que estava desempenhando suas funções com muita eficiência. Para evitar a apreensão inicial que a esposa poderia sentir antes de abrir o envelope, escrevia do lado de fora de cada um, de modo incisivo: "Boas notícias".

Ai está um gesto realmente simpático e compreensivo, que nem pelo fato de ter sido executado deliberadamente, visando um fim calculado, torna-se menos admirável. Quem pode medir os dividendos em lealdade, afeição e moral elevado que resultaram para a divisão, como consequência deste ato de solicitude? Quem pode avaliar os benefícios que dele resultaram para a satisfação íntima de seu autor?

Não é somente entre os chefes americanos que combateram além-mar, que se encontram exemplos como os que acabamos de ver. Um deles, particularmente digno de menção, ocorreu no Pentágono. O General Omar Bradley, acompanhado pelos Generais Collins e Vandenberg, caminhava ao longo de um corredor, conduzindo cada um deles um pesado livro de notas, com a agenda do dia e diversos outros papéis. Quando se aproximavam da sala de conferências, um soldado, que vinha na direção oposta carregando uma pilha de catálogos telefônicos do Pentágono, intimidado ao deparar com tantas estrelas, recuou apressadamente para um canto. Em sua pressa, deixou cair cerca de uma dúzia de livros aos pés do Gen. Bradley.

A reação deste foi automática: "Segure isto por um momento, por favor, Joe", disse ele entregando ao Gen. Collins os papéis que conduzia; curvando-se, apanhou então os catálogos no chão e colocou-os por cima daqueles que o soldado ainda sustinha nos braços. E virando-se para um ajudante-de-ordens que estava perto, disse: "Você se incomodaria de ajudar este jovem? É evidente que ele tem livros demais para carregar. Se a conferência já não tivesse começado eu mesmo o ajudaria."

* * *

A compreensão humana não é uma virtude que deva se cingir aos oficiais gerais. Nesse sentido, eu gostaria de citar um último exemplo, para mostrar como um jovem major americano compreendia seus homens.

O fato ocorreu em uma dessas pequenas aldeias francesas, durante os combates que culminaram com a ruptura da frente inimiga em St. Lô. O major era jovem e popular; sua unidade tinha sido detida por vigorosa resistência nas proximidades imediatas de St. Lô. Para estimular o espírito ofensivo de seus homens, ia lhes dizendo, à medida que passava por

êles: "Encontrarei vocês em St. Lô!"

Mais tarde, à frente de suas tropas, caiu mortalmente ferido, nas orlas da cidade. Recordando suas palavras de estímulo, seus homens carregaram cuidadosamente seu corpo até um monumento no centro da cidade, onde o colocaram de maneira tal, que todos os que passavam poderiam verificar que êle tinha cumprido sua promessa de "encontrá-los em St. Lô".

Hoje, um monumento erigido naquele mesmo lugar, homenageia o jovem major, que tão bem soube inspirar seus homens com o estímulo da compreensão humana.

. . .

É-me grato sentir que, apesar de toda a nossa superioridade de meios, todo o nosso poderio econômico e a força da democracia que combate por uma causa em que acredita, tem sido este dom da compreensão humana, enriquecendo o caráter de muitos de nossos líderes, tanto dos altos escalões, como os mais modestamente situados na escala hierárquica, que

nos tem conduzido com sucesso através de nossas guerras. Foi a sua força que nos levou através de desertos escaldantes e selvas úmidas; rompeu os fortes do canal e as sebes da Normandia; parou o contra-ataque alemão na batalha das Ardenas e, finalmente, rompeu a linha Siegfried, da qual Hitler se jactava de que nunca cairia.

Transformou ela em soldados, os jovens fazendeiros de Iowa, os mineiros de carvão da Pensilvânia, os caixeiros de Brooklyn, dedicados todos a ocupações pacíficas, e os conduziu a façanhas imprevisíveis. E isto foi possível em grande parte, por que êles foram liderados por homens que também vinham de fazendas e de cidades e que, por isto mesmo, os conheciam e compreendiam.

É conveniente para todos nós, procurarmos nos aproximar de nossos irmãos em armas, de modo que possamos conhecê-los tão bem como a nós próprios e, pela compreensão humana, consigamos conquistar seu respeito e admiração, estimulando-os, assim, a darem o máximo de si mesmos.

BRASILIANAS

● Villares produz 50 tipos de aços especiais

(Visão)

Com as obras da produção da aciaria, inauguradas em fins de julho, a capacidade de produção da usina de aços especiais da Aços Villares, em São Caetano do Sul (SP), será elevada para 30 mil toneladas anuais. Já está em funcionamento o novo forno, com capacidade nominal de 15 toneladas por corrida, podendo atingir até 25 toneladas com revestimento reduzido.

Funcionando 24 horas por dia, embora com capacidade reduzida, o novo forno, com 5 corridas, produz cerca de 75 toneladas diárias de aço, multiplicando por três a antiga capacidade de produção da usina. Com um diâmetro de cuba de 4 mil mm e alimentado por um transformador de 5.500 kva, fabricado pela Brown Boveri S.A., esse forno é o maior existente no País feito com material nacional. Pesa, com eletrodos de 14 polegadas, exclusive a parte elétrica, 160 toneladas.

A Usina de Aços Villares iniciou-se em 1939, como uma divisão da firma Elevadores Atlas S.A., em São Paulo. Com a ampliação do mercado, foi transferida para novas instalações em São Caetano do Sul, onde começou a trabalhar em 1945. Em janeiro de 1954, a usina foi incorporada à firma Aços Villares S.A., que até então se dedicava exclusivamente ao comércio de aços especiais.

Atualmente ocupa uma área total de terreno de 140 mil metros quadrados e tem 40.000 metros qua-

drados de área coberta. Conta com cerca de 1.100 empregados, que trabalham em 5 departamentos e 5 assessorias. Aproximadamente vinte técnicos, na maioria engenheiros, cuidam da direção técnica da usina.

Os principais departamentos são os de aciaria, forjaria, laminação, fundição de peças, trefilação e acabamento de barras, tratamentos térmicos, oficina mecânica, laboratórios de análise química e de ensaios físicos, fabricação de brocas para pedreiras com pontas de metal duro, etc.

A firma tem acôrdo de assistência técnica para a produção de aços especiais com uma das mais famosas usinas do mundo, a Gebr. Boehler & Co. A. G. da Austria (Kapfenberg) e Alemanha (Düsseldorf). Engenheiros e técnicos são enviados periodicamente para aperfeiçoar seus conhecimentos naqueles dois países, e especialistas da Boehler vêm ao Brasil para prestar assistência aos técnicos da Villares. Os produtos da usina, mais de 60 tipos de aços especiais, são vendidos em todo o Brasil através da matriz em São Paulo, das filiais no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, e de agentes nas cidades mais importantes.

A Villares produz entre outros tipos de aços especiais: aços para ferramentas (rápidos, para trabalhos a frio e inoxidáveis), aços para construção mecânica (cementação, beneficiamento), aços carbono de forno elétrico, perfis laminados, barras, anéis, blocos e discos forjados, etc. A indústria está preparada para fabricar, mediante consulta prévia, outros tipos de aço

que não constam da sua linha normal de produção.

Além do novo forno, já citado, a usina conta com outras unidades: Brown Boveri, com capacidade nominal para 3 toneladas; Lectromelt, para 5 toneladas; Villares (fabricação na própria usina), para 20 toneladas; e Ajax, para 300 quilos. Aliás, o forno Villares é o primeiro forno a arco para 20 toneladas construído no Brasil.

Para tratamento térmico existem 7 fornos para recozimento e beneficiamento de barras, aquecidos a óleo e equipados com carros de transferência, além de fornos para serviço de têmpera.

O serviço de controle dos produtos está cuidadosamente organizado, contendo, entre outros instrumentos: 2 aparelhos de inspeção por ultra-som, 1 aparelho para inspeção por partículas magnéticas, diversas máquinas de ensaios mecânicos, um laboratório de controle de areias, um laboratório químico, um laboratório metalográfico, microscópios, etc.

A matéria-prima principal é a sucata, adquirida na praça de São Paulo (ocupa 75 a 80% do peso de todas as matérias-primas empregadas pela usina). No momento são usadas cerca de 1.800 toneladas mensais de sucata. Outras matérias-primas nacionais são: ferro-cromo alto carbono, ferro-manganes alto carbono, ferro-silico-manganês, rutilo (para fabricar ferro-titânio), xelita (para fabricar ferro-tungstênio) e ferro-níquel.

Apenas 3% do valor das matérias-primas é importado do exterior: ferro-molibdênio, ferro-vanádio, níquel eletrolítico, cobalto e elétrons de grafita.

Com um investimento total calculado (até agora) em 700 milhões de cruzeiros, o faturamento anual da usina atinge cerca de meio bilhão de cruzeiros. Mas com a expansão planejada, cuja primeira etapa é a aciaria ora inaugurada, ela elevará o investimento total a mais de um bilhão de cruzeiros. A usina está construindo já uma nova

forjaria que deverá começar a funcionar em princípios de 1959.

Diretores da firma declararam que os seus planos de expansão (que estavam com anos de atraso em relação à demanda do mercado) somente puderam ser realizados depois que a SUMOC e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico adotaram uma política de estímulo à indústria nacional, aquela autorizando e facilitando a importação de equipamentos, e este fornecendo um financiamento de 115 milhões de cruzeiros.

A Aços Villares S.A. está ligada à Trolleybus Villares S.A., juntamente com a Elevadores Atlas S.A., Grassi S.A. Indústria e Comércio, e Companhia Paulista de Material Elétrico S.A., na fabricação de ônibus elétricos.

● Porto para São Luís

(Visão)

Já se encontra bastante adiantada a construção do cais de Itaqui, futuro porto de São Luís, o que significa muito para a vida econômica do Maranhão. O velho cais, na desembocadura dos rios Anil e Bacanga, tem constituído sério entrave ao desenvolvimento do comércio marítimo na Capital maranhense, em vista de sua profundidade reduzida, da permanente necessidade de dragagens e das constantes variações das marés. O porto de Itaqui terá entrada permanentemente franca e poderá receber navios de qualquer calado. Essas vantagens deverão compensar o fato de ficar bastante afastado do centro comercial de São Luís.

O porto de Itaqui converterá São Luís em centro comercial distribuidor de áreas produtoras das regiões do Tocantins e do Parnaíba, cujo abastecimento atualmente é feito por Belém e Tutóia. O porto deverá ter 400 metros de cais para navios de qualquer calado, permitindo entrada e atracação em qualquer fase da maré, e 792 metros de cais para embarcações com calados até 7 metros. Terá ainda um armazém.

goas. No período observado, a migração em aprêço nem sempre assumiu a composição acima assinalada.

● Descoberto na Paraíba um povoado de negros

(Do noticiário)

Desde que surgiu a "scheelita" no Rio Grande do Norte, os geólogos passaram a pesquisar esse minério em todo o Nordeste, procurando novas jazidas. Na Paraíba, esse trabalho de diagnóstico do solo tem sido permanente e tenaz e os resultados já foram assinalados auspiciosamente. Para cumprir essa tarefa, os técnicos vasculharam toda a terra paraibana, percorreram os vales, entraram no sertão, subiram morros, numa jornada penosa e desbravadora. E foi ao cabo de uma dessas jornadas pioneiras que eles descobriram um núcleo humano inteiramente isolado do mundo — uma curiosa civilização de negros plantada no alto da Serra da Talhada, município de Santa Luzia.

A povoação é de difícil acesso. Penosamente se consegue atingir essa estranha e misteriosa cidade, onde não chegou ainda o sópro da civilização. Os seus habitantes vivem em perfeita comunidade, com leis próprias e costumes originais, isolados por autodeterminação, defendidos pela natureza que não permite a entrada de pessoas estranhas. Os raros contatos estabelecidos na planície são feitos por elementos escolhidos, de toda a confiança e capazes de não se deixar contaminar pelos atrativos do progresso, que, embora incipiente no pé da serra, sempre é melhor do que a vida rústica de lá de cima.

Revela um relatório do Secretário de uma escola primária, dirigido ao Dr. Simeão Cananêia, presidente da campanha de instrução, educação e orientação de menores:

"Quase toda a população é constituída de negros; mulatos ou descendentes deles, existindo sempre

sinais de origem na côr, nos cabelos e na forma do rosto, lábios ou nariz.

Há uma espécie de mulatos de compleição franzina, olhos castanhos, órbitas profundas, nariz quase reto e rosto estreito ou oval, que apresenta muita lucidez mental, sagacidade, facilidade de aprender e habilidade nos negócios, em contraste com os mulatos de rosto redondo, nariz chato, olhos afastados e órbitas salientes, com compleição gorducha e estatura baixa, os quais são bastantes rudes, parvos e têm dificuldade de compreensão".

Tomando por base as informações fornecidas pelos pesquisadores de "scheelita", os secretários da escola primária (dr. Felipe Medeiros), localizada em Talhada, tem-se uma idéia daquele povo, que certamente constitui um remanescente dos quilombos:

"O povo vive quase exclusivamente do trabalho de cerâmica de barro vermelho, no fabrico do qual se ocupam na sua grande maioria as mulheres. O produto é levado para as feiras de São Mamede e Santa Luzia (por seis negros de absoluta confiança), com grandes sacrifícios, por falta de estradas. Estas, até mesmo para pedestres são péssimas.

As mulheres vivem como escravas dos pais, irmãos ou esposos. O produto do seu trabalho pertence aos homens, recebendo deles somente o indispensável.

Durante o inverno, homens, crianças e mulheres trabalham na agricultura desde a madrugada até a noite, com duas refeições diárias, compostas de feijão macassar, farinha de mandioca e rapadura, cada uma. As mulheres pagam as contas com a sua humilde indústria de barro ou louças".

● Coloca-se o Brasil em 13º lugar entre os produtores de ferro no mundo

Existem no mundo imensas reservas de minério de ferro. Os dois

países mais ricos, nesse campo, são Brasil e a Índia. Mas a distribuição das reservas está longe de corresponder à da produção atual, pois o nosso País, classifica-se como 13º dos países produtores e a Índia como 11º. Entre os produtores de minério há que distinguir, naturalmente, os que possuem indústria siderúrgica que absorve a maior parte do que produzem e os que o destinam principalmente à exportação.

Dos 15 principais produtores de minério de ferro, 9 têm a produção absorvida em grande parte pela própria indústria — os Estados Unidos, a França, Alemanha Ocidental, URSS, Grã-Bretanha, Austrália, Luxemburgo, Austrália e Chi-

na. Outros, como a Espanha e a Índia, embora exportem quantidade apreciável do que produzem, absorvem grande parte na própria siderúrgica. O Brasil, finalmente, classifica-se, como a Argélia, a Venezuela e o Canadá, entre os países cuja produção se destina *principalmente à exportação*.

É interessante notar que, para uma produção mundial calculada em 1955 em 380,5 milhões de toneladas de minério de ferro (de conteúdo), a nossa produção na mesma época (em conteúdo de ferro) não passou de 0,5%. Se examinarmos a evolução da produção nos principais países do mundo, verificaremos que os nossos progressos não têm sido grandes:

(Milhares de toneladas)

PAISES	Conteúdo de ferro	1943-47 (média)	1950	1952	1956
Estados Unidos	50%	90.972	99.619	90.490	98.856
URSS	60%	19.000	44.000	50.000	78.000
França	35%	18.722	29.983	41.176	52.680
Canadá	55%	2.003	3.271	4.722	19.988
Suécia	60%	7.552	13.611	17.381	19.056
Grã-Bretanha	30%	14.515	13.143	16.234	16.572
Alemanha Ocident.	30%	—	10.882	15.401	12.216
Venezuela	65%	—	198	1.970	11.016
Luxemburgo	30%	2.762	3.849	7.245	7.596
Espanha	50%	1.476	2.088	2.891	4.344
Índia	65%	2.477	3.005	3.455	4.272
China	60%	4.727	2.000	4.000	?
Brasil	65%	685	1.987	2.972	(*) 3.382
Áustria	30%	1.575	1.859	2.653	3.252
Argélia	55%	1.080	2.573	3.092	(**) 2.472

(*) Em 1955. Em 1956 a produção da Companhia Vale do Rio Doce foi de 2.270.107 toneladas, contra 1.629.211 em 1955.

(**) Média estabelecida a partir dos dez primeiros meses do ano.

Observa-se que a produção foi bastante estável e que algumas vezes diminuiu nos países, grandes utilizadores do minério, como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Luxemburgo e Alemanha Ocidental.

Sob esse aspecto, a França faz exceção, grandemente favorecida pelo Mercado Comum do Carvão e do Aço, assim como a URSS, que procura levar a produção de minério a acompanhar o desenvolvimento da sua indústria siderúrgica.

● A mineração no Nordeste

A atividade mineira no Nordeste, com exceção de alguns poucos minérios, é ainda praticada de maneira pouco racional. Todavia, o Nordeste do Brasil já produz mais de 20 minerais diferentes. O incremento que experimentou a produção nos últimos anos foi de certo modo notável, pois aquela região passou de simples produtora de gipsita, diatomita e pequenas quantidades de ouro a ser uma importante área de produção mineira do país. Essa situação chegou mesmo a imprimir certa modificação no cenário da economia nordestina, e a despertar intenso interesse por essa modalidade de exploração de riqueza. Daí, chegou-se a localizar grandes depósitos de magnesita, rutilo (minério de titânio), de grande riquezas minerais, foi encontrado um grupo de minérios hoje conhecidos como estratégicos como a tantalita (minério de tântalo), berilo (minério de glúcinio), cassiterita (minério de estanho) e xilita (minério de tungstênio). Este último, de maior ocorrência no Estado do R. G. do Norte, chegou a ser largamente explorado e exportado. Atualmente, conforme salienta o Relatório do Banco do Nordeste do Brasil, dos diferentes minerais produzidos, alguns com relativo sucesso, como a xilita, colombo-tantalita, berilo, ambligonita, mangânês, magnesita, fluorita, baritina, gipso, diatomita, e finalmente, fosfato de cálcio, cujas possibilidades são realmente animadoras, concretizadas em sua industrialização em Pernambuco, através da fábrica de fosfatos recentemente instalada em Olinda.

Embora em escala reduzida e de maneira precária, outros minerais são explorados na região

nordestina, tais como ouro, cassiteritas, coridón, quartzo, etc. Sabe-se, também, da existência naquela região de jazidas de cobre e chumbo. De um modo geral, a produção mineral no Nordeste é desenvolvida de forma primária, o que acarreta desperdícios, sendo poucas as empresas em condições de trabalho racional. Todavia, essa modalidade de produção vem aos poucos superando a fase de improvisações e adotando métodos mais eficientes de operação.

O gráfico mostra a participação da produção mineira nordestina no conjunto da mineração brasileira, além de salientar a parcela da renda daquela região no total da renda nacional.

Sobre o primeiro aspecto, merece destaque o fato de que, tendo-se em conta o Brasil como um todo, a produção mineira apresenta-se em um crescendo desde 1950. Enquanto isso, não obstante os progressos realizados pela produção mineira nordestina, a sua participação na renda do setor mineração do Brasil, vem decrescendo em termos relativos, o que significa dizer que o nordeste não tem acompanhado o desenvolvimento das atividades mineiras das outras regiões produtoras do país.

No tocante ao segundo aspecto mencionado no gráfico acima, ressalta-se que a renda nacional do nordeste, relativamente à renda global do país, também tem apresentado ligeira tendência declinante, embora pareça estabilizar-se em torno de uma participação de 18% nos últimos três anos.

Finalmente convém salientar que as cifras que serviram de base para a construção do gráfico em apreço incluem a produção de petróleo e de sal de cozinha, uma vez que se considerou região nordestina os Estados do Piauí e da Bahia.

Os grandes cursos d'água podem tem a sua navegação dificultada e mesmo impedida em virtude de grandes derrubadas florestais em suas margens.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

R.R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel. : 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz : Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais : Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo : Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba : Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores : Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre : Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador : Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife : Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

FABRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica : Rua 29 de Julho, 220 — Depósito : Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja : Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

LATICINIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

GRAFICA ARTECOR LTDA. — Tricomias — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

RADIO TÉCNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

A METALÚRGICA FEDERAL — Fundição de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA. TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

MACHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMERCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Charque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Del-fim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

JORGE MENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de Junho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.



CONTRIBUIÇÃO DA AERONAUTICA PARA O PROGRESSO INDUSTRIAL

(Do noticiário)

“O Brasil vive num círculo vicioso. Não tem dinheiro. Sua única fonte é o Café que precisa de máquinas para ser melhorado e dar mais dinheiro. Porém, sem dinheiro não se compram máquinas e sem estas não teremos melhor café que dê mais dinheiro” — disse o Cel. Aviador Aldo Weber Vieira da Rosa, na conferência que pronunciou, como parte das comemorações da “Semana da Asa”, de 1957, na Confederação Nacional da Indústria.

O Cel. Weber, do Centro Técnico de Aeronáutica de São José dos Campos, frisou que trouxera como exemplo esse problema fundamental do País, para tornar mais compreensível a política industrial do Ministério da Aeronáutica. “Essa política” — disse — “é inspirada na coragem de enfrentar soluções a longo prazo, como a criação e manutenção do Centro Técnico de São José dos Campos”.

Afirmando a certa altura que o Ministério prefere sacrificar a construção de aviões militares em benefício da aviação comercial, disse que o progresso atingido nesse segundo setor deve-se à ini-

ciativa privada, que tem sabido levar o prestígio da nossa Bandeira a quase todas as partes do mundo, e à coragem do Ministério da Aeronáutica que soube ver o alcance das soluções a longo prazo, criando um centro de estudos para a formação de homens que viessem, mais tarde, trabalhar nas indústrias direta ou indiretamente ligadas à Aeronáutica.

“Depois de dez anos, ou pouco menos — disse — estamos agora colhendo os primeiros resultados, com engenheiros formados pelo Centro Técnico de São José dos Campos, e que estão trabalhando na primeira indústria de aviação (Fokker) instalada no Brasil, e na indústria eletrônica. Esta é uma missão que visa, embora indiretamente, a elevar o bem-estar médio do nosso povo, criando os cérebros do desenvolvimento industrial que são os engenheiros e os pesquisadores.”

“Em 1941, continuou, quando se começou a notar a falta de engenheiros tanto militares como civis, começou-se a mandar alunos para o estrangeiro. O Ministério da Aeronáutica, entretanto, viu logo que era muito mais van-

Petit, Virgínius de Lamare, Anor Teixeira dos Santos e Dyott Fontenele. Estavam todos de acôrdo e acharam a idéia excelente.

Nesse "Dia do Avião" o jornal de Irineu Marinho apresentou, no alto da primeira página, um "passe-partout" com a fotografia de todos os mortos de nossa aviação. Justamente 1920 foi o ano mais cruel. É que as atividades aéreas cresciam rapidamente entre nós.

O primeiro a ser lembrado foi Augusto Severo. E seu mecânico Sachet também não foi esquecido. Depois, foi o Ten. Juventino da Fonseca, morto também em balão. Lembrado também foi Ambrósio

Caraggiolo, falecido em fevereiro de 1915. Lá estava a foto do mecânico, ao lado da de Ricardo Kirk, morto num vôo de reconhecimento no Contestado.

As duas mortes seguintes se deram na Inglaterra. Em 4 de setembro de 1918, a do Tenente Eugênio da Silva Possolo, da Armada, que juntamente com outros companheiros, fazia um curso de especialização naquele país. Em novembro do mesmo ano, já terminada a guerra, morreu ao aterrar em Londres, vindo da França, o Príncipe D. Antônio de Orleans e Bragança, terceiro filho dos Condes d'Eu. Ele se alistara no serviço de comunicações da Royal Air Force.

20ª EXPOSIÇÃO DE EQUÍDEOS DO EXÉRCITO — DISCURSO DO GEN. RAFAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA

"Excelentíssimas autoridades, minhas senhoras, meus senhores. Na presente exposição de Equídeos que é a 20ª, se propôs a Diretoria-Geral de Remonta, mostrar ao público e aos meios militares, um conjunto de animais das diversas raças do Brasil, cujas características estão definidas e que constituem um orgulho dos nossos criadores. O registro genealógico de muitas delas se achava assegurado e as do nordeste foram agora amparadas de forma definitiva pela Diretoria. Procuraremos recriar os tipos do nordeste nas Coudelarias centrais do País e depois retorná-los como raçadores para a sua região natal. É uma experiência que vamos fazer e que servirá para encorajar os criadores do nordeste num tratamento mais racional dos seus produtos. Difundiremos o cavalo crioulo do Sul em Mato Grosso, Paraná e Estado do Rio. Numa época de transição sofre a Diretoria os impactos dos descrentes do transporte hipomóvel, mas mesmo quando a motorização triunfar definitivamente, o cavalo e o jumento, continua-

rão entre nós com o seu inestimável valor econômico. O Brasil está fadado a ser um dos grandes países pecuaristas do mundo e o cavalo será por certo a condução normal do serviço nos estabelecimentos médios rurais. O jumento já coopera conduzindo uma carga anual de 3 milhões de toneladas, da Serra Geral, para as zonas urbanas do litoral. No nordeste, adusto e inclemente, é ele o companheiro jovial de tôdas as horas do sertanejo. Na nossa futura fazenda experimental em Ricão, S. Borja, faremos a hibridação de várias raças para tirarmos o cavalo de sela dos oficiais. Uma manada de crioulos já está formada como núcleo para a montada definitiva dos nossos soldados. Ao ensejo dêste certame agradeço a presença das autoridades e das Exmas. Senhoras que honraram esta festa e de todos os interessados que aqui vieram apreciar o nosso esforço. Realço mais uma vez os méritos do General Antônio da Silva Rocha que passou quase uma existência da sua profícua carreira na organização das nossas novas

coudelarias. Aos meus subordinados diretores de coudelarias os meus agradecimentos pelo abnegado concurso. Asseguro a todos que a Diretoria é invulnerável à insidiosa campanha de descrédito da criação de equídeos que se faz no Brasil.

Defenderemos até o último alento o valor do cavalo e rebateremos sistematicamente as diatribes dos infelizes que não merecem os benefícios e os prazeres que este nobre animal proporciona à Humanidade".

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de novembro do corrente ano :

a) Do exterior :

Espanha — Ejército — Revista ilustrada de las armas y servicios.

— Guion — Revista de los mandos subalternos.

França — Revue Militaire d'Information

b) Nacionais :

"Carta Mensal", da Confederação Nacional do Comércio.

"Mensagem Econômica", da Associação Comercial de Minas Gerais.

"Revista do Conselho Nacional de Economia".

"Revista do Clube Militar".

"Revista Agulhas Negras", do Corpo de Cadetes da AMAN.

ATOS OFICIAIS

PR 41.510-57 — N. 249, de 30 de julho de 1957. Encaminha o Parecer n. A-18, sobre pedido de promoção com amparo no Decreto-lei n. 3.940, de 1941, em que é interessado o Subtenente da Reserva Remunerada Leogildo Corrêa do Couto. "Aprovo. Em 14-XI-57" (Rest. proc. MG, em 19-XI-57, por intermédio do Gabinete Militar da PR).

PARECER

Número de referência : A-18

I

O Sr. Ministro da Guerra suscita, por intermédio do Gabinete Militar da Presidência da República, pronunciamento desta Consultoria-Geral sobre a aplicação do art. 59 da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, em face do pedido formulado pelo Subtenente da Reserva Remunerada Leogildo Corrêa do Couto.

Trata-se de saber se aquêlê texto legal da lei atinge aos militares que, antes de sua vigência, ingressaram na atividade e se encontram sob a égide das Leis ns. 1.156 e 1.267, ambas de 1950.

O interessado, também amparado pelo art. 54 do Decreto-lei n. 3.940, de 1941, pretende acumular três promoções, de modo a alcançar o posto de Capitão e tem, a seu favor, as opiniões da Diretoria do Serviço Militar e da Consultoria Jurídica do Ministério, enquanto o Departamento-Geral do Pessoal se manifesta contrariamente ao triplice acesso.

II

O art. 59 da Lei de Inatividade dos Militares, que limita o acesso ao máximo de dois postos acima do que o militar tiver na ativa, fixa norma de efeitos futuros, como assinala no processo o Sr. Assistente Jurídico do Ministério da Guerra, à semelhança do Parecer n. 5-Y do Dr. Francisco Brochado da Rocha, quando no exercício da Consultoria-Geral da República.

O requerente transferido à reserva, em 1943, pleiteia a revisão do ato de inatividade com apoio em leis que antecedram à fixação expressa do limite máximo de acesso.

Ocorre, porém, que, mesmo à luz do direito anterior, não faz êle jus a três promoções sucessivas, como ambiciona.

Mesmo antes da explícita definição da lei atual, o Supremo Tribunal Federal, em memoráveis decisões adotou o princípio de que o militar somente se beneficiaria de uma única promoção, ao passar para a reserva, podendo, a seguir, ascender, na inatividade, mais outro posto se abrangido na Lei n. 1.267, de 1950.

Os arestos do emérito colégio judiciário nos Mandados de Seguranças ns. 2.804, 1.703, 1.781, 1.708 e 1.727, entre outros, consolidavam êsse entendimento.

O ilustre titular desta Consultoria-Geral Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira, teve oportunidade de indicar, com apoio nessa jurisprudência, o número de promoções admissíveis na inatividade. Em Parecer n. 33-U, de 7 de dezembro de 1954, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, repeliu a acumulação de três promoções, decorrentes de leis sucessivas (Pareceres do Consultor-Geral da República — volume único — 1955 — pág. 177-180).

A jurisprudência dominante mesmo antes da vigência do art. 59 da Lei n. 2.370, de 1954, concebia, assim, que o militar alcançasse de passagem, para a reserva, uma promoção decorrente da lei geral ou especial, podendo, ainda, na inatividade, beneficiar-se com outro acesso, em função da Lei n. 1.267, de 1950, como participante da repressão ao movimento comunista.

O postulante, que, segundo as informações, atente aos pressupostos legais exigidos, poderá, conseqüentemente, acumular o duplo acesso, mas não faz jus a que se lhe assegure, como pretende, uma terceira promoção com a qual não se afina a lei presente, nem a hermenêutica anterior.

À luz desses esclarecimentos deve, a meu ver, o Ministério orientar a decisão do pedido.

Salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1957 — Caio Tácito, Consultor-Geral da República.

("Diário Oficial" de 19-XI-57.)

* * *

PORTARIA N. 2.187 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista reduzir as despesas com a movimentação dos Subtenentes e Sargentos, facilitar o controle das verbas previstas para esse fim no Orçamento deste Ministério e dirimir dúvidas quanto à aplicação da Portaria Reservada n. 132, de 27 de agosto de 1957, resolve aprovar as presentes instruções que regulam a movimentação de Subtenentes e Sargentos, decorrente ou não de promoção, e cancelar a classificação Reservada da citada Portaria.

Instruções reguladoras da movimentação dos Subtenentes e Sargentos

1 — Estão em pleno vigor os dispositivos da Lei de Organização Básica do Exército (Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956), art. 55, ns. 4, 5, 6, 7 e 8.

2 — Continua em vigor a Nota n. 477-D-5-D, que regula a movimentação com ônus para os cofres públicos.

3 — São introduzidas as seguintes modificações na Portaria número 2.100, de 19 de novembro de 1956:

A — O art. 2º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. As promoções, dentro das vagas existentes, serão realizadas:

1 — à graduação de Subtenentes no âmbito do Território Nacional pelo Departamento-Geral do Pessoal, mediante autorização do Ministro da Guerra, no último dia dos meses de janeiro, maio e setembro;

2 — à graduação de 1º Sargento no âmbito das Zonas de cada Exército e a seu cargo, mediante autorização do Ministro da Guerra, no último dia dos meses de fevereiro, junho e outubro;

3 — à graduação de 2º Sargento, no âmbito do Território de cada uma das Regiões Militares, a cargo dos Exércitos, mediante autorização do Ministro da Guerra, no último dia dos meses de março, julho e novembro;

4 — as vagas serão computadas até o dia 15 dos meses, já estabelecidos nos ns. 1, 2 e 3;

5 — nos Quadros Especiais, pelo Departamento-Geral do Pessoal, nas datas marcadas nas alíneas anteriores, conforme a graduação, e mediante autorização do Ministro da Guerra."

B — Ficam sem efeito o art. 5º e o parágrafo único do art. 7º.

C — O art. 7º passa a ter a seguinte redação :

"Art. 7º. É facultado ao 1º Sargento candidato à promoção de Subtenente a desistência de promoção quando esta acarretar transferência de Guarnição, devendo declará-lo expressamente, de próprio punho, perdendo, em consequência, direito à promoção no quadrimestre para o qual foi escriturada a ficha ou seu complemento".

4 — Nas classificações de Sargentos decorrentes de promoção, devem ser observadas, fielmente, as prescrições estabelecidas pela Portaria Reservada n. 132-57.

5 — A movimentação de Subtenente e Sargentos, excedentes, para efeito de reajustamento de efetivos (letra d) do art. 45 da LMG), deverá ser feita na forma estabelecida pela Portaria Reservada n. 132-57, procurando-se evitar ao máximo o deslocamento dos mesmos. A efetivação deverá ser estudada dentro da mesma Guarnição ou, não sendo possível, para a Guarnição mais próxima; para isso, o estudo deverá ser feito, obrigatoriamente, na seguinte sequência: pela Grande Unidade e Região Militar, Exército e, finalmente, pelo Departamento-Geral do Pessoal (exceto para aquelas cuja movimentação seja da alçada dos Diretores de Serviço), que fará o reajustamento entre Exércitos, apenas uma única vez por ano, dentro do primeiro quadrimestre e mediante autorização ministerial.

6 — A movimentação de Subtenente e Sargentos, efetivos em suas Unidades, quando requerida pelo interessado ou proposta por autoridade competente, mesmo por troca (letra a) do art. 45 da LMG), qualquer que seja seu caráter (sem ônus, por interesse próprio ou necessidade do serviço) só será efetuada depois de observada a legislação em vigor e apenas para preenchimento de claro existente, da mesma graduação e qualificação militar do interessado, na Unidade de destino.

7 — A classificação, de Subtenente e Sargento, por término de curso será feita pelo Departamento-Geral do Pessoal ou Diretoria de Serviço quando fôr o caso.

8 — A classificação será feita simultaneamente com a promoção, pela mesma autoridade que fizer a referida promoção, dentro do espírito da Portaria 132-57-Reservada, isto é, estudadas as possibilidades da classificação na mesma Unidade, Guarnição, Região Militar ou Exército em que servia o recém-promovido.

9 — O Departamento-Geral do Pessoal e os Exércitos, de acordo com a letra A) do n. 3 desta portaria, farão as promoções para preenchimento das vagas resultantes da diferença entre os efetivos, numéricos, na mesma graduação, mesma QMG e mesma QMP.

10 — A fim de evitar possível duplicidade na movimentação de Sargentos e criar facilidades para manutenção em dia dos fichários de Sargentos pela Diretoria do Pessoal da Ativa, convém que o Chefe do Departamento-Geral do Pessoal e os Comandantes de Exército, comuniquem-se previamente quando se tratar de movimentação de Sargentos entre os Exércitos e no âmbito deles.

11 — As presentes Instruções entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 1958.

("Diário Oficial" de 19-XI-957.)

DECRETO N. 42.624 — D7 12 DE NOVEMBRO DE 1957

Reduz o interstício para a promoção nos quadros de Oficiais de Administração e de Oficiais Especialistas do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e de acordo com o art. 20 da Lei n. 3.222, de 21 de julho de 1957 e § 7º do art. 20 do Decreto n. 42.251, de 6 de setembro de 1957, decreta :

Art. 1º. Fica reduzido de 50% (cinquenta por cento) o interstício nos postos de 1º Tenente e 2º Tenente, dos Quadros de Oficiais de Administração e Oficiais Especialistas do Exército (QOA — QOE) até 25 de agosto de 1958.

Art. 2º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 12-XI-57.)

* * *

AVISO N. 1.061 — EM 12 DE NOVEMBRO DE 1957

De acordo com a Lei n. 2.982, de 30 de novembro de 1956, termina em 31 de dezembro do corrente ano o prazo para o novo alistamento eleitoral.

O art. 3º dessa lei, além de sujeitar os que, estando legalmente obrigados a promover a sua inscrição, não o fizerem até o dia 31 de dezembro de 1957, à pena prevista no art. 175, n. I, do Código Eleitoral, declara que, a partir de 1 de janeiro de 1958, os brasileiros natos, ou naturalizados, maiores de 18 anos, não poderão, entre outras restrições, inscrever-se em concurso, receber vencimentos, remuneração ou salário de emprego ou função pública, ou proventos de inatividade, obter passaporte ou carteira de identidade, etc., sem a prova de estarem alistados.

Assim, a fim de evitar atropelos de última hora e as graves consequências decorrentes da omissão do respectivo alistamento, recomendo aos militares e servidores civis deste Ministério, a conveniência de apresentarem, até 31 de dezembro do ano em curso, os seus títulos eleitorais, devendo, para isso, requererem, desde já, caso não o tenham feito ainda.

("Diário Oficial" de 16-XI-57.)

* * *

PORTARIA N. 2.135 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as Instruções para o funcionamento da Comissão de Promoções do Corp de Oficiais da Reserva do Exército, de acordo com o § 2º do art. 69 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército, aprovado pelo Decreto n. 41.475, de 8 de maio de 1957.

(*) As Instruções a que se refere a presente Portaria serão publicadas no Boletim do Exército.

("Diário Oficial" de 5-XI-57.)

AVISO N. 1.028 D/5-F — EM 1 DE NOVEMBRO DE 1957

Em solução às comunicações dos Exmos. Srs. Generais Comandantes das 1ª e 2ª Regiões Militares e de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército resolvo que os alunos dos Cursos de Saúde dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, durante a realização do estágio de instrução, de que trata o art. 7º da Lei n. 1.842, de 13 de abril de 1953, deverão usar o uniforme de 3º Sargento e perceber os vencimentos correspondentes.

("Diário Oficial" de 5-XI-57.)

* * *

DECRETO N. 42.659 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1957

Altera o Regulamento baixado pelo Decreto n. 21.816, de 4 de setembro de 1946

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Ficam suprimidas do art. 20 do Regulamento baixado com o Decreto n. 21.816, de 4 de setembro de 1946 (Regulamento para os Grandes Comandos) as expressões "por motivo de férias ou".

Art. 2º. Ao referido Regulamento é acrescido o seguinte artigo: "Art. 22 — As substituições por motivo de férias ou afastamento por prazo provável superior a dez dias obedecem ao princípio hierárquico da precedência militar".

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 18-XI-57.)

* * *

AVISO N. 1.072 — EM 14 DE NOVEMBRO DE 1957

Tendo em vista o aprimoramento, o estímulo, a coordenação e a divulgação das atividades científicas dos Cirurgiões Dentistas do Exército, resolvo, de acôrdo com a Diretoria-Geral de Saúde, autorizar o funcionamento do Centro de Estudos Odontológicos do Exército, na Policlínica Central do Exército, até que o referido Centro disponha de suas instalações definitivas.

("Diário Oficial" de 19-XI-57.)

* * *

DECRETO N. 42.620 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1957

Modifica o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Passa a ter a seguinte redação o n. 9 do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n. 22.429, de 2 de janeiro de 1947:

"9 — A Inspeção compreende:

— Chefia;

— Subchefia;

- 1ª Divisão — Pessoal e Treinamento (I-1) ;
- 2ª Divisão — Contrôl e Estatística (I-2) ;
- 3ª Divisão — Material e Serviços (I-3) ;
- 4ª Divisão — Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos (I-4)".

Art. 2º. A 4ª Divisão — "Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos" — compete :

1. Assistir o Inspetor-Geral nas atividades do Serviço de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e na elaboração de normas e planos para a inspeções relativas àquele serviço ;
2. Realizar, por ordem do Inspetor-Geral, as inspeções que forem julgadas necessárias, nos Serviços de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos das Organizações da FAB ;
3. Analisar os relatórios das inspeções, destacando as recomendações relativas à prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos, submetendo-as ao Inspetor-Geral, que decidirá sobre o seu cumprimento ;
4. Analisar e avaliar os relatórios das investigações de acidentes aeronáuticos, sugerindo ao Inspetor-Geral as correções julgadas necessárias, para decisão dessa Autoridade ;
5. Organizar a publicação de informações e normas essenciais a um intenso programa de prevenção de acidentes aeronáuticos ;
6. Registrar e arquivar os originais dos relatórios de investigação de acidentes aeronáuticos e proceder o levantamento estatístico dos mesmos.

Art. 3º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1957 ; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 9-XI-1957.)

* * *

AVISO N. 1.075 D3/E — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1957

Arregimentação de militares que servem em Fernando de Noronha

Considerando o disposto no art. 11 e seus parágrafos da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955 que regula as promoções no Exército ;

Considerando o disposto no Aviso n. 177 D3/E que bem define os diferentes casos de arregimentação ;

Considerando que o Aviso n. 464, de 9 de maio de 1947, mandou computar como arregimentado o tempo de Serviço dos Oficiais classificados na Guarnição de Fernando de Noronha, atendendo a uma situação especial da época ;

Resolvo de acôrdo com o parecer do EME :

a) revogar o Aviso n. 464, de 9 de maio de 1947 ;

b) declarar que os militares que servem em Fernando de Noronha, somente os integrantes do Pel Cmdo e Serviço são arregimentados para todos os efeitos ; os demais são considerados arregimentados, apenas para fins de percepção de Gratificação de Tropa.

("Diário Oficial" de 19-XI-1957.)

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para a
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual	Cr\$ 100,00
Numero avulso	Cr\$ 10,00



INFORMAÇÕES

A remessa da Revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1957, só existirá uma forma de pagamento:

— assinatura anual de Cr\$ 100,00, paga no início de cada ano.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação, sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas, desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anun-

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Cel Paulo Enéas F. da Silva.

Abrahão de Morais.

Ten Cel J. Campos Aragão.

Ten Cel Adolpho J. de Paula Couto.

Cap Nelson Cibulars.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte



Cr\$ 10,00

SMG
IMPrensa DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1957